

Rejane Júlia Duarte

**A MARCAÇÃO DAS RELAÇÕES TEXTUAIS EM TEXTOS
DE GÊNEROS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO: UMA
ABORDAGEM MODULAR**

Belo Horizonte

Faculdade de letras da UFMG

2008

Rejane Júlia Duarte

**A MARCAÇÃO DAS RELAÇÕES TEXTUAIS EM TEXTOS
DE GÊNEROS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO: UMA
ABORDAGEM MODULAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Área de concentração: Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientadora: Profa. Dra. Janice Helena S. R. Chaves Marinho

Belo Horizonte

Faculdade de letras da UFMG

2008

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha orientadora, Profa. Dra. Janice Helena Chaves Marinho,

pela grande atenção e pela paciência;

por ser uma professora tão competente;

por ter sido sempre uma excelente orientadora, mesmo quando estive longe;

por me apontar as possibilidades e os caminhos a serem percorridos;

por estar sempre disposta a compartilhar seus conhecimentos;

e, principalmente, por acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dra. Delaine Cafiero, pela disposição em me ajudar e pelas valiosas contribuições;

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos;

Aos verdadeiros amigos, que sempre acreditaram em mim;

Ao amigo Gustavo Ximenes Cunha, que esteve ao meu lado durante toda a jornada, sempre disposto a ajudar;

À amiga Marilúcia Marques, minha irmã de coração, por compreender minha ausência e torcer tanto por mim;

Ao amigo Carlos Roberto, pela atenção dispensada à leitura deste trabalho e pela constante motivação;

Aos professores e funcionários do Instituto Educacional Gabriela Leopoldina que me apoiaram e me compreenderam nos momentos difíceis;

À Prof. Lígia Ribeiro, por se dispor a ler o trabalho e apresentar suas sugestões;

A todos os meus alunos, por me ajudarem a encontrar não as respostas, e sim, as perguntas;

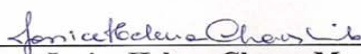
À minha irmã Jeane Júlia, por me socorrer nos momentos difíceis e ser tão compreensiva;

Aos meus pais, Edna e João, pelo amor incondicional.

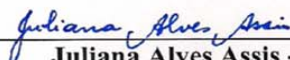
Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. O educador diz: “Veja!” – e, ao falar, aponta. O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu. O seu mundo se expande. Ele fica mais rico interiormente. E, ficando mais rico interiormente, ele pode sentir mais alegria e dar mais alegria – que é a razão pela qual vivemos. Vivemos para ter alegria e para dar alegria. O milagre da educação acontece quando vemos um mundo que nunca se havia visto.

Rubem Alves


Dissertação defendida por REJANE JÚLIA DUARTE em 12/08/2008 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas Profas. Dras. relacionadas a seguir:



Janice Helena Chaves Marinho - UFMG
Orientadora



Juliana Alves Assis - PUC/MG



Maria Beatriz Nascimento Decat - UFMG

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Introdução	
1.1 - Colocação do problema	14
1.2 - O instrumento de análise do discurso adotado	20
1.3 - Constituição do corpus	27
1.4 - Perguntas e hipóteses iniciais	32
1.5- Percurso de análise	36
CAPÍTULO 2 – A dimensão hierárquica	
2.1 - O discurso como negociação	41
2.2 - Análise do <i>corpus</i> sob perspectiva da dimensão hierárquica	45
2.2.1 - A segmentação em atos	46
2.3 - A estrutura hierárquica das notícias	50
2.4- A estrutura hierárquica dos artigos de opinião	56
2.5- Considerações parciais	62
CAPÍTULO 3 - A forma de organização relacional do discurso	
3.1- A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero <i>notícia</i>	
3.1.1 - A relação de topicalização	70
3.1.2 - A relação de preparação	78
3.1.3 - A relação de argumento	81
3.1.4 - A relação de contra-argumento	90
3.1.5 - Considerações parciais	100

3.2- A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero *artigo de opinião*

3.2.1 - A relação de topicalização	102
3.2.2 - A relação de argumento	106
3.2.3 - A relação de contra-argumento	110
3.2.4 - Considerações parciais	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS A- Textos segmentados em atos	122
ANEXOS B- Estruturas hierárquicas	151

Lista de Figuras

Figura 1: Apresentação do Modelo de Análise Modular	25
Figura 2: Trecho da notícia (N1-FSP) segmentado em atos	30
Figura 3: Representação do processo de negociação	42
Figura 4: Representação do processo de negociação subjacente à produção de uma notícia	43
Figura 5: Representação do processo de negociação subjacente à produção de um artigo de opinião	44
Figura 6: Trecho da notícia (E2-EM) segmentado em atos	48
Figura 7: Macro-estrutura hierárquica da notícia	50
Figura 8: Estrutura hierárquica (N1-FSP)	51
Figura 9: Estrutura Hierárquica (N1-FSP)	53
Figura 10: Macro-estrutura hierárquica (N5-FSP)	55
Figura 11: Macro-estrutura hierárquica (N2-OT)	55
Figura 12: Macro-estrutura hierárquica (N6-EM)	55
Figura 13: Macro-estrutura hierárquica (N8-SN)	55
Figura 14: Macro-estrutura hierárquica do artigo de opinião (A3-OT)	56
Figura 15: Estrutura hierárquica do texto (A3-OT)	57
Figura 16: Estrutura hierárquica de um trecho extraído do texto (A2-EM)	59
Figura 17: Macro-estrutura hierárquica (A5-FSP)	60
Figura 18: Macro-estrutura hierárquica (A2-EM)	60
Figura 19: Macro-estrutura hierárquica (A3-OT)	61
Figura 20: Macro-estrutura hierárquica (A8-SN)	61

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se dá a marcação das relações textuais presentes em textos de dois gêneros pertencentes ao domínio jornalístico. Partindo da hipótese de que textos de diferentes gêneros tenderiam a apresentar diferenças quanto à marcação das relações textuais, investigo a forma de organização relacional de textos desses dois gêneros, adotando como referencial teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular. Em função do *corpus* selecionado para esta pesquisa - notícias e artigos de opinião publicados em quatro jornais impressos - e de meu interesse, que se encontra centrado na descrição e explicitação da marcação das diferentes relações textuais na organização do discurso, abordo sucessivamente a dimensão hierárquica, que define os constituintes de base da estrutura do texto bem como as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todos os textos possíveis, e a organização relacional, que trata da determinação das relações textuais e do papel dos conectores na marcação ou no estabelecimento dessas relações, como percurso de análise.

ABSTRACT

This research aims at main goal analyzing how the marking process of textual relations work in texts pertaining to two particular orders in journalism domain. Coming from the hypothesis that texts from different orders tend to present differences when it comes to the marking process cited above, we investigate the related organization form of two texts, taking as reference the theoretical-methodological model known as Modular Analysis Model. Duo to the corpus selected for this research, news and articles of opinion published in four printed newspapers – and from my interest, which is centered on the description and explanation of the different textual relations on the speech composition, I also try later to approach the hierarchical dimension, which provides the hierarchical structures of all possible texts, and the related organization, concerning the determination of textual relations and the role of connectors on the marking process and also on the establishment of these relations, as a route of analysis.

APRESENTAÇÃO

Nesta pesquisa, objetivamos analisar e descrever a forma de organização relacional de textos de gêneros textuais pertencentes ao domínio jornalístico. A forma de organização relacional do discurso se ocupa da descrição das relações textuais que se estabelecem entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores. Através dessa descrição, buscamos, especificamente, explicar como se dá a marcação de diferentes relações textuais pelo uso de conectores, em textos dos gêneros notícia e artigo de opinião.

No Capítulo 1, apresentamos o problema que deu origem ao presente trabalho, a saber, o tratamento dado à marcação das relações textuais em diferentes gêneros textuais abordados nas aulas de Língua Portuguesa. Em seguida, apresentamos, em linhas gerais, o Modelo de Análise Modular, instrumento de análise adotado para a descrição da organização relacional da notícia e do artigo de opinião. Ainda neste capítulo, apresentamos algumas explicações concernentes à constituição do *corpus*, trazendo à tona algumas características acerca dos dois gêneros textuais estudados. E, finalmente, explicitamos os objetivos e as hipóteses das análises, sob a perspectiva do referencial teórico-metodológico adotado.

No capítulo 2, apresentamos os pressupostos teóricos da dimensão hierárquica bem como as análises feitas sob essa dimensão, as quais nos permitiram visualizar como os textos de diferentes gêneros textuais se estruturam hierarquicamente.

No capítulo 3, apresentamos os pressupostos teóricos da forma de organização relacional e as descrições das relações textuais presentes nos textos dos dois gêneros contemplados. Neste capítulo, focalizamos nossas análises em alguns tipos de relações textuais para explicitar como se dá a sua marcação em textos de diferentes gêneros textuais.

Por fim, nas Considerações Finais, apresentamos as conclusões do trabalho, procurando apontar as contribuições alcançadas com esta pesquisa e seus possíveis desdobramentos para as reflexões quanto ao tratamento da notícia e do artigo de opinião nas aulas de Língua Portuguesa.

CAPÍTULO 1 – Introdução

1.1- Colocação do problema

Durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa centrou-se na gramática tradicional. Os alunos deveriam aprender um conjunto de regras relacionadas à norma padrão, para que passassem a usá-la, tanto na modalidade oral quanto na escrita. Como aponta Bezerra (2005, p. 37), “[...] ensinar Português era levar ao conhecimento (ou reconhecimento) dos alunos as regras gramaticais, de funcionamento dessa variedade lingüística de prestígio.”

A produção de textos, pouco aplicada nas aulas de Português, tinha como objetivo fazer com que os alunos aprendessem a fazer uma narração, uma descrição e uma dissertação. Nesse tipo de ensino, não eram consideradas as características dos gêneros textuais, tampouco os elementos lingüísticos que atuam na articulação textual, como, por exemplo, os conectores. Aliás, os conectores, tradicionalmente chamados de conjunções, só eram contemplados quando se desejava ensinar a análise sintática. A partir de uma lista de conjunções compendiada pela gramática tradicional, os alunos faziam apenas a classificação das orações presentes em um período composto.

A partir da década de 70, a Lingüística Textual começou a ganhar força, e as produções textuais (escritas/orais) dos aprendizes foram se tornando, aos poucos, objeto de estudo em pesquisas aplicadas ao ensino ou a vertentes teóricas de análise textual. As contribuições teóricas das pesquisas realizadas nessa área apontaram que era necessário refletir, em sala de aula, tanto sobre a noção de gêneros textuais quanto sobre a articulação textual, para que o aluno se tornasse um autor/leitor autônomo e mais crítico

em relação ao domínio do funcionamento da linguagem nas diferentes situações de comunicação.

Os novos parâmetros curriculares propostos para o ensino de Língua Portuguesa desencadearam muitas pesquisas sobre os gêneros textuais. Vários autores da área da Lingüística Textual e de outras a ela relacionadas buscaram explicar e descrever os diversos conceitos e termos que permeiam as discussões sobre os gêneros textuais bem como apresentar algumas experiências que pudessem, de alguma forma, nortear o trabalho realizado em sala de aula.

Grande parte das reflexões acerca do conceito de gêneros textuais tem como base os estudos de Bakhtin. No capítulo, *Os gêneros do discurso*, presente na obra *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin afirma que o uso da linguagem é tão variável e multiforme quanto as possibilidades de atividade humana. Os integrantes de uma atividade interacional produzem seus enunciados individuais (orais ou escritos) de acordo com o meio em que se encontram inseridos e, conseqüentemente, esses enunciados acabam refletindo as condições específicas e as finalidades de cada um dos diversos campos, o que faz com que o uso da linguagem seja bastante heterogêneo. Entretanto, apesar de os enunciados serem proferidos individualmente, cada campo acaba elaborando seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais Bakhtin denominou *gêneros do discurso*.

Bronckart (1999) é um dos autores que discute a noção de gêneros textuais tomando como base as propostas bakhtinianas:

“[...] na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de **gêneros de texto**) e que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores.” (Bronckart, 1999, p. 137)

Essa definição proposta por Bronckart reforça a idéia de Bakhtin acerca da heterogeneidade dos gêneros textuais. Os enunciados produzidos pelos sujeitos nas diversas interações devem ser vistos como formas de ação de linguagem, sujeitas aos diferentes objetivos e características de cada um dos campos da atividade humana. Como são inúmeras as possibilidades da atividade humana, conseqüentemente, os textos produzidos pelos sujeitos também são inúmeros, já que a produção de textos é o resultado das representações que um sujeito possui perante as várias possibilidades de situações de interação.

Marchuschi (2005), baseando-se nas concepções de Bakhtin e de Bronckart, salienta que, à medida que cada campo de atividade humana cresce e se torna mais complexo, o repertório de gêneros textuais também cresce e se modifica, devendo haver, portanto, um maior cuidado em relação ao uso dos termos “*relativamente estáveis*”. Certamente, os gêneros textuais possuem uma identidade, a qual permite que os indivíduos reconheçam e escolham, dentre as diversas possibilidades de gêneros, aquele que lhes pareça mais pertinente e adequado a determinada situação de interação social. Entretanto, deve-se ter um certo cuidado para que o termo “estáveis” não se sobreponha ao termo “relativamente”, pois os gêneros não são formas fixas e imutáveis, ao contrário, são flexíveis e variáveis, assim como a linguagem. Como assinala

Marchuschi (2006, p. 24), “assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se.”

Marchuschi (op. cit.) destaca ainda que os gêneros textuais não possuem características definidas e estáticas, mas sim uma estrutura “maleável”, sujeita às diversas circunstâncias de comunicação. Entretanto, o fato de os gêneros textuais apresentarem uma estrutura “relativamente estável” não impede que eles se tornem objeto de ensino da Língua Portuguesa, pois o professor pode trabalhar com os que são mais constantes em nosso dia-a-dia e que podem ser produzidos de forma mais sistemática, como, por exemplo, os que circulam nas diversas mídias (jornais impressos, televisivos, revistas, Internet etc).

Além disso, o estudo dos gêneros textuais na escola se torna viável porque eles refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo da atividade humana através de seu conteúdo temático, estilo da linguagem empregada (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e estrutura composicional. (Bakhtin, 2003, p.261)

Quanto ao conteúdo temático, pode-se dizer que os gêneros textuais regulam, de alguma forma, o que é possível ou não dizer em determinada situação interacional. Como aponta Abdon (2005), em alguns gêneros, como a conversação, os falantes possuem maior liberdade para tematizar os mais diferentes conteúdos e apresentar afirmações que não apresentem um embasamento teórico ou uma investigação da realidade. No gênero notícia, por exemplo, devido ao seu caráter informativo, o autor busca priorizar apenas um tema, baseando-se em uma investigação prévia da realidade e não em impressões subjetivas acerca do tema. Já no artigo de opinião, o autor pode tratar de vários temas que sejam, de alguma forma, de interesse da sociedade. Trata-se de um gênero propício à defesa de opiniões pessoais ou do senso comum, as quais podem se fundamentar em outros textos ou em outras vozes.

Em relação ao estilo, pode-se afirmar que alguns gêneros são mais propícios ao reflexo da individualidade de quem o produz. Conforme Bakhtin (2003), documentos fiscais ou militares, por exemplo, apresentam uma forma mais padronizada, por isso são menos propícios aos reflexos individuais. Em outros gêneros, como a notícia e o artigo de opinião, o estilo individual de seus autores poderá ser refletido através das escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais. Como aponta Abdon (2005), mesmo que os diferentes gêneros textuais apresentem diferenças significativas de expressão, eles apresentam um estilo e composição característicos, portanto cabe aos estudiosos distinguir os modos de expressão peculiares de cada um desses gêneros.

Finalmente, pensando na estrutura composicional de cada um dos gêneros textuais, percebe-se que cada gênero tende a apresentar uma estrutura (maleável) que faz com que cada indivíduo o reconheça nas diversas situações de interação verbal. De acordo com Bronckart,

“[...] os textos são produtos da operacionalização de mecanismos estruturantes diversos, heterogêneos e por vezes facultativos. Esses mecanismos se decompõem em operações também diversas, facultativas e/ou em concorrência, que, por sua vez, se realizam explorando recursos lingüísticos geralmente em concorrência. Qualquer produção de texto implica, conseqüente e necessariamente, *escolhas* relativas à seleção e à combinação dos mecanismos estruturantes, das operações cognitivas e de suas modalidades de realização lingüística. Nessa perspectiva, os **gêneros de texto** são produtos de *configurações de escolhas* entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente ‘cristalizados’ ou estabilizados pelo uso.” (Bronckart, 2006, p. 143)

As contribuições dos autores que se ocupam da descrição e da conceituação dos gêneros textuais são de grande valia para o ensino. Cabe ao professor de Português chamar a atenção de seus alunos para as características peculiares de cada um dos

gêneros textuais, no que concerne ao conteúdo temático, estilo e estrutura composicional.

Considerando a importância do estudo das características dos gêneros textuais para o ensino de Língua Portuguesa, investigamos, nessa pesquisa, a forma de organização relacional de textos dos gêneros notícia e artigo de opinião, visto que esses dois gêneros são frequentemente abordados tanto nas salas de aula quanto em livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio. Além disso, levantamos a hipótese de que textos de diferentes gêneros textuais apresentam diferenças quanto à sua forma de organização relacional.

A forma de organização relacional do discurso se ocupa da descrição das relações textuais estabelecidas entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores. Através da descrição da organização relacional dos textos, procuramos tratar de algumas peculiaridades desses dois gêneros e propor uma reflexão sobre a marcação discursiva de tais relações, buscando pontuar algumas particularidades que devem ser contempladas no tratamento da notícia e do artigo de opinião nas aulas de Língua Portuguesa.

1.2 – O instrumento de análise do discurso adotado

Nesta seção, apresentamos o instrumento de análise adotado para a pesquisa, seus objetivos e o funcionamento do dispositivo modular (módulos e formas de organização), o qual permite descrever e compreender a complexidade dos textos analisados.

O Modelo de Análise Modular começou a ser desenvolvido pelo Professor Eddy Roulet e sua equipe em 1979, na Universidade de Genebra. O desenvolvimento desse instrumento de análise tinha como objetivo suprir a necessidade de se dispor de um instrumento que permitisse analisar os discursos autênticos de uma forma global, e não apenas parcial, como já havia sido feito por inúmeras pesquisas (Roulet, 2007).

A elaboração do modelo foi feita a partir da contribuição de propostas de várias correntes de pesquisa, tais como: (1) a obra de Bakhtin, na qual o autor afirma que o objeto da lingüística é o discurso enquanto interação verbal; (2) a teoria apresentada por Pike, discípulo de Sapir – de acordo com essa teoria, toda forma de comportamento humano pode ser analisada, a princípio, a partir de um certo número de constituintes ligados por funções específicas e cada um desses constituintes pode, ainda, ser analisado em constituintes de nível inferior e assim sucessivamente, até que se chegue às unidades do comportamento verbal, como o enunciado ou a palavra (conceito de estrutura hierárquica); (3) as reflexões anglo-saxônicas de Austin, Searle e Grice sobre os conceitos de ilocutório e implícito, que acarretaram uma mudança nos estudos lingüísticos; (4) as pesquisas sociológicas americanas de Goffman, Sacks e Schegloff, as quais trouxeram grande contribuição para a descrição da articulação do discurso e para a compreensão do papel do implícito na interação; (5) as pesquisas sociolingüísticas sobre os vários tipos de conversações autênticas (Sinclair e Coulthard,

Stubbs, Labov, Hene e Rehbock), que, por integrarem as abordagens dos filósofos da linguagem e as dos sociólogos, trouxeram grande contribuição para a sistematização da estrutura dos diálogos e para a formulação de regras de encadeamento e de interpretação dos elementos do discurso; (6) a Teoria da Enunciação, proposta por Ducrot e Anscombre, a qual focalizou o encadeamento dos atos de linguagem no discurso e a atuação dos conectores argumentativos nesses encadeamentos. (Marinho, 2004)

Baseando-se no conceito de discurso proposto por Bakhtin, o modelo adota a hipótese de que o discurso, concebido como interação verbal, é o objeto de análise do lingüista, e propõe que toda forma de discurso é um objeto complexo, formado por três dimensões: a lingüística, a textual e a situacional.

Sob a perspectiva do Modelo de Análise Modular, a decomposição de todo e qualquer discurso nos permite descrever, de maneira independente, em um primeiro momento, um certo número de sistemas de informações, para, posteriormente, proceder à combinação das informações resultantes das análises de cada um desses sistemas, conforme os objetivos do analista.

Dessa maneira, é possível, então, realizar a análise de qualquer forma de discurso, seguindo uma dupla exigência proposta pelo modelo:

- Decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de subsistemas (ou módulos);
- Descrever, de maneira bastante precisa, a forma como essas informações podem ser combinadas para dar conta das diferentes alternativas de organização dos discursos analisados.

Segundo Roulet (1999), são essas exigências que permitem distinguir os diferentes módulos do sistema (sintático, lexical, hierárquico, referencial e interacional), das formas de organização elementares (fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, seqüencial e operacional) e complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica), cuja descrição se faz através da *couplage* (acoplagem) entre as informações dos diferentes módulos e formas de organização elementares ou complexas.

Os módulos são os subsistemas de conhecimento independentes que se distribuem em subconjuntos nas dimensões lingüística, textual e situacional:

♦ **Dimensão lingüística** (módulo lexical e módulo sintático): o módulo lexical indica as propriedades gramaticais e conceituais de determinada língua, e, ainda, o sentido procedural de determinadas classes de palavras, como os dêiticos e os conectores, os quais dão instruções sobre as informações que devem ser recuperadas na memória discursiva para o processo de interpretação do discurso. O módulo sintático indica as instruções fornecidas por certas classes de palavras, como os pronomes anafóricos e os conectores, e os tempos verbais, bem como as propriedades de certas estruturas sintáticas, como as construções coordenadas ou subordinadas.

♦ **Dimensão textual** (módulo hierárquico): o módulo hierárquico é resultante de um processo de negociação subjacente a uma situação interativa. Ele permite descrever a forma de organização de qualquer discurso através de uma estrutura hierárquica, a qual revela os constituintes de base da estrutura de um texto bem como as relações que se estabelecem entre eles. Os constituintes da estrutura hierárquica são: a troca (maior unidade dialógica); a intervenção (maior unidade textual); e o ato (unidade textual

mínima). Os constituintes da troca são ligados por três tipos de relação: **dependência**, **interdependência** e **independência**. A relação de **dependência** ocorre quando a presença de um constituinte depende de um outro. Neste caso, aquele constituinte que pode ser suprimido sem comprometer a estrutura global do texto é chamado de subordinado, enquanto o outro é chamado de principal. A relação de **interdependência** ocorre entre dois constituintes quando um não pode existir sem a presença do outro, o que ocorre no nível de uma troca. A relação de **independência** se estabelece quando a presença de um constituinte não depende de outro. Neste caso, trata-se de uma intervenção formada por constituintes coordenados.

♦ **Dimensão situacional** (módulo referencial e interacional): O módulo referencial descreve as representações mentais, conceituais e praxeológicas do universo no qual se desenrola o discurso e do universo ao qual ele se refere. O módulo interacional descreve a materialidade das interações, que se define por três parâmetros:

- a) O **canal** da interação, ou seja, o suporte físico utilizado pelos interactantes: *oral*, *escrito*, *visual*.
- b) O **modo** da interação, ou seja, o grau de *co-presença espacial e temporal* dos interactantes.
- c) O **elo** da interação, ou seja, a *reciprocidade* ou *não-reciprocidade* entre os interactantes.

As formas de organização elementares são resultantes da acoplagem das informações provenientes dos diferentes módulos e constitui uma das possibilidades de análise dos discursos. As formas de organização elementares são: a fono-prosódica, semântica, relacional, operacional, informacional, enunciativa e sequencial.

A descrição das formas de organização elementares é feita a partir dos interesses e objetivos do analista, entretanto deve ser relacionada às regras de acoplagem, que possibilitam combinar as informações provenientes dos diferentes módulos.

Para apresentar a descrição da forma de organização relacional, por exemplo, é necessário fazer a acoplagem entre as informações provenientes dos módulos hierárquico, lexical e/ou referencial. O módulo hierárquico constitui uma etapa essencial e incontornável para a análise da organização do discurso, visto que, através das estruturas hierárquicas, é possível representar o processo de negociação subjacente à situação interacional. O módulo lexical é fundamental para a análise da forma de organização relacional porque é nele que são analisados os conectores, os quais oferecem instruções sobre as informações a serem recuperadas na memória discursiva dos interlocutores para a interpretação do discurso. As informações provenientes do módulo referencial também são consideradas para a análise da forma de organização relacional de um discurso porque elas oferecem uma representação das ações típicas de uma situação interacional bem como os objetos que constituem o universo do discurso.¹

As formas de organização complexas são obtidas a partir da acoplagem entre as informações advindas dos diferentes módulos e das formas de organização elementares. O modelo propõe cinco formas de organização complexas: periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica.

Para se propor, por exemplo, a descrição da forma de organização composicional de um discurso, o analista deve fazer a acoplagem entre as informações provenientes dos módulos hierárquico, referencial e lingüístico e das formas de organização seqüencial e relacional.²

¹ Os módulos hierárquico, lexical e referencial serão apresentados com maiores detalhes no capítulo 3.

² A descrição da forma de organização composicional foi citada apenas como exemplo. Para maiores informações acerca dessa forma de organização, remeto a Roulet, Filliettaz & Grobet (2001).

Os diferentes módulos e formas de organização elementares ou complexas podem ser visualizados através do seguinte quadro:

	Módulos <dimensões>	Formas de organização	
		<elementares>	<complexas>
Lingüístico	Lexical	Fono-prosódica	Periódica
	Sintático	Semântica	
Textual	Hierárquico	Relacional	Tópica
		Informacional	Polifônica
		Enunciativa	
Situacional	Referencial	Seqüencial	Composicional
	Interacional	Composicional	Estratégica

Figura 1: Apresentação do Modelo de Análise Modular

Neste trabalho, propomo-nos a apresentar a descrição da forma de organização relacional do discurso, que é uma forma de organização elementar que visa a identificar as relações textuais existentes entre os constituintes do discurso e as informações presentes na memória discursiva dos interlocutores. A descrição dessa forma de organização, como já dito, é obtida com a acoplagem entre as informações do módulo hierárquico, o qual define os constituintes textuais; as informações do módulo lexical,

referentes às instruções fornecidas pelos conectores presentes ou que podem ser inseridos nos textos; e as do módulo referencial, referentes às informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores sobre o universo do discurso. (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001)

1.3 - Constituição do *corpus*

São analisados, nesta pesquisa, notícias e artigos de opinião publicados em quatro jornais impressos, recolhidos durante o período de outubro a dezembro de 2007.

Foram extraídas duas notícias e dois artigos de opinião de cada um dos jornais, de forma que o *corpus* se constitui de oito notícias e de oito artigos de opinião, totalizando dezesseis textos.

Das oito notícias selecionadas, quatro se referem a diferentes fatos, e quatro se referem a um mesmo fato, o qual foi relatado nos quatro jornais, em uma mesma data.

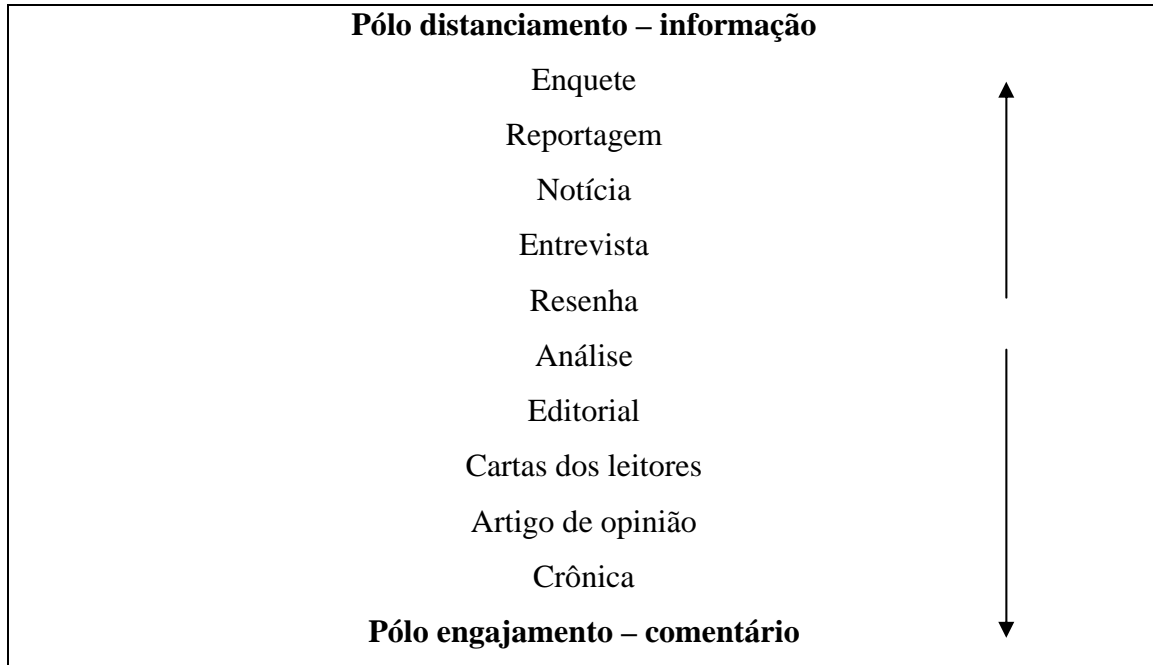
Os artigos de opinião foram selecionados de forma aleatória, portanto se referem a diferentes temas e são assinados por diferentes autores.

A opção de analisar a notícia e o artigo de opinião se deve, principalmente, ao fato de que esses dois gêneros são constantemente contemplados nas aulas de Língua Portuguesa. Além disso, tais gêneros tendem a apresentar uma distinção bastante significativa quanto à função e aos objetivos dos autores.

Conforme De Brouker (1995, apud Adam, 1997), os textos do domínio jornalístico podem ser agrupados em dois grande gêneros redacionais: o gênero da informação (notícia, entrevista, reportagem, etc) e o gênero do comentário (artigo de opinião, editorial, crônica, carta do leitor, charge, etc). Esses dois grandes tipos de gêneros se opõem em relação ao tema (fato versus idéia), à intenção comunicativa (reportar versus opinar) e em relação à posição enunciativa (distanciamento versus engajamento).

Como não existem fronteiras estanques claramente definidas entre as categorias dos gêneros, De Broucker (op. cit.) considera que os textos jornalísticos podem ser

distribuídos em dois pólos através de um continuum, em que os textos se distribuem conforme as duas posições enunciativas polares, como apresentado no quadro abaixo:



Como se pode ver, a notícia se encontra mais próxima do pólo do gênero da informação. Ela se centra em um fato ou acontecimento de interesse geral de seus leitores, procurando informar e apresentar maiores esclarecimentos acerca desse fato. Sendo assim, seu conteúdo é mais voltado para o relato de um fato. Geralmente, o jornalista procura focalizar um assunto principal e apresentá-lo de forma objetiva, sem a expressão ostensiva de seu ponto de vista. Portanto, pode-se dizer que o autor da notícia, ao produzir seu texto, tende a centrar-se mais no relato de um fato do que na exposição de seu ponto de vista.

O artigo de opinião, por sua vez, se encontra mais próximo do gênero do comentário. Nos textos desse gênero, o autor expõe uma idéia principal e procura expressar a sua opinião sobre ela, visando ao convencimento do leitor. Seu conteúdo é, portanto, mais voltado para a exposição e discussão de uma idéia do que para o relato de

um fato. Com base nessas considerações, é possível dizer que, nos textos de opinião, os autores tendem a fazer valer uma opinião acerca de determinada idéia, e não apenas relatar, informar.

Tomando como base as considerações feitas acerca dos textos dos gêneros notícia e artigo de opinião, parece razoável afirmar que cada um deles tende a apresentar relações textuais distintas. Nas notícias, o compromisso com a objetividade pode restringir a ocorrência de relações de argumento ou contra-argumento, por exemplo. Já nos artigos de opinião, tem-se uma situação interacional propícia para que o sujeito se posicione ostensivamente, apresentando opiniões e pontos de vista. Essa característica faz com que o gênero se torne mais propício à presença de relações textuais de argumento e contra-argumento, marcadas por conectores ou quaisquer outras marcas discursivas que evidenciem a orientação argumentativa dos enunciados. Conforme aponta Abdon (2005, p.37), “A liberdade do falante em fazer escolhas não é ampla e irrestrita, mas parece ser condicionada à função social que o texto realiza, portanto, ao gênero.”

Os textos que compõem o *corpus* foram retirados dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícias*. A *Folha de S. Paulo* é o jornal de maior circulação, pois alcança todos os estados do Brasil, ou quase todos. O *Estado de Minas*, *O Tempo* e o *Super Notícias* atuam, principalmente, no estado de Minas Gerais, portanto possuem um público mais restrito. A *Folha de S. Paulo*, o *Estado de Minas* e *O Tempo*, considerados como tradicionais, são direcionados a um público de classe média. O jornal *Super Notícias* é direcionado à classe popular, e não é considerado como

tradicional. Além disso, este jornal se difere dos demais por estar circulando há menos tempo no mercado e ser vendido a um valor mais acessível.³

Todos os textos selecionados foram digitados com fidelidade, sem quaisquer alterações, portanto não houve qualquer diferença quanto ao que foi efetivamente publicado. Como o nosso interesse reside apenas no aspecto verbal do texto, os demais elementos que a eles são relacionados, como, por exemplo, imagens e legendas, foram ignorados.

Todos os textos que compõem o *corpus* e as respectivas estruturas hierárquicas propostas encontram-se nos anexos do trabalho. Ao final de cada texto, está indicada a fonte e também uma legenda, criada para facilitar a identificação do texto em análise. Abaixo, reproduzimos o trecho de uma notícia segmentada em atos:

FORTALEZA

Policial mata um e fere quatro ao abrir fogo em churrascaria

Da Agência Folha, em Fortaleza

[1] Um policial militar à paisana matou uma pessoa [2] e feriu outras quatro [3] ao abrir fogo em uma churrascaria, na periferia de Fortaleza (CE), na madrugada de ontem.

[4] É mais um caso de ação equivocada de um PM na cidade. [5] No último dia 26, [6] policiais metralharam um carro por engano [7] e deixaram um turista espanhol paraplégico.

(N1-FSP)

Figura 2: Trecho da notícia (N1-FSP) segmentado em atos

³ Como o objeto de pesquisa deste trabalho não é propriamente o meio de comunicação (jornal impresso), não serão discutidos maiores detalhes acerca da formatação e das características dos jornais. Ao trabalhar com os mesmos gêneros textuais publicados em diferentes jornais, interessa-me apenas observar se as mudanças da situação de interação verbal acarretam alterações que mereçam ser destacadas.

Ao propor a segmentação dos textos em atos⁴, os títulos, subtítulos e assinaturas não foram numerados, uma vez que esses elementos foram considerados como paratextuais⁵ e, portanto, não significativos para a descrição da estrutura hierárquica e da forma de organização relacional dos textos.

Nesse trecho, o título “Fortaleza” e o subtítulo “Policial mata um e fere quatro ao abrir fogo em um churrascaria” não foram considerados como atos textuais, visto que são elementos paratextuais, ou seja, não fazem parte do texto propriamente dito, como propõe Adam (1997). O mesmo critério foi utilizado para a assinatura “Da Agência Folha, em Fortaleza”, por isso esse elemento também não constituiu um ato na segmentação proposta para o texto.

⁴ A segmentação de textos em atos, ou unidades textuais mínimas, é uma exigência do Modelo de Análise Modular para se realizar a análise dos textos.

⁵ Conforme Adam (1997), todos os gêneros que circulam em jornais são propícios a apresentar elementos que não fazem parte do texto propriamente dito, os quais ele chama de elementos paratextuais. Os elementos paratextuais podem ser verbais, como o título e subtítulo, dentre outros; e gráficos, como as legendas e ilustrações.

1.4 - Perguntas e hipóteses iniciais

A notícia e o artigo de opinião são gêneros textuais do domínio jornalístico produzidos com objetivos diferentes. A notícia é um texto mais voltado para a informatividade. O jornalista, geralmente, relata um fato que julga ser atual e de interesse dos leitores do jornal em que seu texto será publicado, buscando apresentá-lo com objetividade. Entretanto, mesmo que a notícia possua um caráter mais informacional, ela também apresenta a posição enunciativa de quem a produz, afinal, a simples escolha das palavras e a forma de abordar um acontecimento são feitas a partir do ponto de vista do autor. É o que aponta, por exemplo, o *Manual da Folha de São Paulo*:

“Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível.” (Manual da Folha de S. Paulo, 2006, p. 46)

Além da busca pela objetividade, a notícia também apresenta uma forma de organização caracterizada, principalmente, pela hierarquia das informações a serem apresentadas no corpo do texto. Geralmente, os principais dados acerca do fato são apresentados no primeiro parágrafo e buscam responder às questões: *o quê? quem? quando? onde? como? por quê?* Essa introdução da notícia é conhecida, principalmente no meio jornalístico, por lide:

“O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. Pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a idéia mais significativa de um debate,

o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem.” (op. cit., p. 28)

Enquanto a notícia tende a priorizar a informação, o artigo de opinião se encontra voltado para comentários do autor e possui um caráter mais subjetivo. O artigo pode ser produzido por um jornalista ou colaborador do jornal e é sempre assinado, uma vez que a opinião que será veiculada nem sempre pressupõe a opinião do jornal. Como o objetivo do autor de um artigo de opinião é apresentar seu ponto de vista sobre o que comenta e, assim, convencer o leitor de suas idéias, pode-se considerar que esse gênero é mais argumentativo.

Os temas tratados no artigo são sempre diversos, pois seu autor pode focalizar algo que não seja necessariamente atual, como requer a notícia. Ou seja, é possível que o autor opine sobre uma notícia publicada recentemente no jornal ou sobre um tema que seja de amplo interesse dos leitores e que possa, por isso, ser trazido à tona freqüentemente, como é o caso de assuntos relacionados a questões sociais, políticas ou econômicas.

De acordo com tais características próprias aos dois gêneros estudados, ocorreram-nos as seguintes perguntas para investigação:

- a) A notícia e o texto de opinião se estruturam hierarquicamente de forma distinta?
- b) As notícias publicadas em diferentes jornais, visando a diferentes leitores, apresentam estruturas hierárquicas semelhantes?
- c) Os artigos de opinião publicados em diferentes jornais, visando a diferentes leitores, apresentam estruturas hierárquicas semelhantes?
- d) Quais são as relações textuais mais freqüentes nos textos do gênero notícia?
- e) Quais são as relações mais freqüentes nos textos do gênero artigo de opinião?
- f) Que papel assumem os conectores na marcação dessas relações?

Para dar início à investigação que poderá nos conduzir às respostas para essas questões, partimos de algumas hipóteses.

- Quanto à descrição da estrutura hierárquica:

Partimos do pressuposto de que os autores das notícias apresentam as principais informações acerca do fato noticiado no parágrafo inicial do texto, o qual corresponde ao lide, seguindo as orientações oferecidas nos manuais de redação de textos jornalísticos.

Dessa forma, a notícia pode ser constituída por uma intervenção com estatuto de principal, na qual seria apresentado o lide, seguida de uma intervenção subordinada, na qual seria apresentado o relato mais detalhado do fato noticiado bem como maiores explicações e comentários acerca desse fato.

Em relação aos artigos de opinião, partimos do pressuposto de que os autores tendem a apresentar inicialmente o tema do texto. Em seguida, apresentariam seu desenvolvimento, com a inserção de argumentos e/ou contra-argumentos que vão corroborar seu ponto de vista. Finalmente, os autores fechariam o seu texto com uma conclusão, visando ao convencimento do leitor.

Sendo seguida tal estrutura, típica de textos que contêm predominantemente o tipo textual argumentativo, levantamos a hipótese de que textos desse gênero são constituídos por uma intervenção inicial que se subordina a uma intervenção final, que terá o estatuto de principal.

As hipóteses para o estabelecimento das estruturas hierárquicas dos textos desses dois gêneros se fundam no critério da supressão, como explicaremos no próximo capítulo.

- Quanto às relações textuais:

Considerando as características desses dois gêneros textuais expostas anteriormente, a hipótese é a de que, nas notícias, haja um maior número de relações textuais não marcadas pelo uso de conectores ou de outros marcadores textuais, uma vez que o objetivo do autor é manter um distanciamento em relação às informações apresentadas.

Já em relação aos artigos de opinião, por se tratar de um gênero mais argumentativo, levantamos a hipótese de que ele seja bastante propício à presença de relações marcadas por conectores ou outros marcadores textuais, pois essas expressões lingüísticas atuam na marcação da orientação argumentativa dos enunciados e evidenciam a posição assumida pelo autor diante de determinadas afirmações.

1.5 - Percurso de análise

Como já exposto no item 1.2, a forma de organização relacional de um discurso é obtida com a acoplagem entre as informações provenientes dos módulos hierárquico, lexical e/ou referencial. As informações obtidas através do módulo hierárquico definem os constituintes textuais (dimensão textual); as informações provenientes do módulo lexical ou sintático indicam as instruções dadas pelas eventuais marcas dessas relações (dimensão lingüística); e as informações de ordem referencial fornecem os conhecimentos sobre o universo do discurso estocados na memória discursiva dos interlocutores (dimensão situacional).

Essa forma de organização visa a identificar as relações textuais ilocucionárias (iniciativas, reativas, etc) e interativas (argumento, contra-argumento, reformulação, etc) entre os constituintes textuais da estrutura hierárquica e as informações presentes na memória discursiva dos interlocutores. Nessa forma de organização, são definidas também as relações textuais específicas, aquelas que não são marcadas por um conector ou outra marca discursiva, mas que podem ser identificadas através de um percurso inferencial.

Para a descrição da forma de organização relacional dos textos, faz-se necessário seguir as seguintes etapas de análise:

- 1- Segmentação dos textos em atos, ou unidades textuais mínimas;
- 2- Interpretação dos textos visando ao estabelecimento de sua estrutura hierárquica;
- 3- Identificação das relações textuais genéricas presentes nos textos com a ajuda de critérios heurísticos, tais como a presença ou a possibilidade de inserção de marcas lingüísticas (conectores ou deslocamentos sintáticos) nos textos;

4- Determinação das relações que resultam de um cálculo inferencial, fundado na combinação de informações de natureza lingüística, hierárquica e referencial.

Esperamos que, com a descrição da forma de organização relacional das notícias e dos artigos de opinião, possamos responder às questões propostas para a investigação desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - A dimensão hierárquica

Como exposto anteriormente, para investigar a forma de organização relacional de textos dos gêneros notícia e artigo de opinião, focalizamos, inicialmente, o módulo hierárquico, uma vez que, neste módulo, são definidos os constituintes de base de um texto bem como as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todas e quaisquer formas de discurso. Nesse módulo, os constituintes discursivos se estruturam em três níveis de análise: as trocas, as intervenções e os atos.

A estrutura hierárquica é considerada como a face emergente da dinâmica de um processo de negociação. A partir das estruturas propostas para um texto, monológico ou dialógico, é possível projetar a dinamicidade inerente ao processo que se desencadeia entre os interactantes em determinada situação interativa.

É, também, nesse módulo que se definem os constituintes de base de um texto - a troca (T), a intervenção (I) e o ato textual (A) - que se estruturam em níveis de análises diferentes e o tipo de relação que se estabelece entre eles: dependência, independência e interdependência.

A relação de **dependência** ocorre quando a presença de um constituinte depende da presença de um outro. Neste caso, o constituinte que pode ser suprimido, sem comprometer a estrutura global do discurso, é chamado de subordinado, enquanto o outro é chamado de principal. Para identificar o estatuto dos constituintes, utilizam-se a letra s (subordinado) e a letra p (principal) após a abreviatura do tipo de constituinte (Is ou As/ Ip ou Ap).

A relação de **interdependência** ocorre entre dois constituintes quando um não pode existir sem a presença do outro, o que se dá no nível de uma troca.

A relação de **independência** se estabelece quando a presença de um constituinte não depende de outro. Neste caso, tem-se uma estrutura formada por constituintes coordenados.

Conforme citado acima, no módulo hierárquico, definem-se as regras que regem uma estrutura hierárquica:

- (i) Toda troca é formada por intervenções. As trocas confirmativas⁶ são compostas, minimamente, por duas intervenções; as trocas reparadoras⁷, por três intervenções, cinco, sete ou até mais, no caso de reações negativas;
- (ii) Uma intervenção é formada, pelo menos, por uma intervenção ou por um ato, que pode ser precedido ou seguido de um ato, uma intervenção ou de uma troca;
- (iii) Todo constituinte (troca, intervenção ou ato) pode ser formado de constituintes de mesmo nível coordenados.

Para o Modelo de Análise Modular, o módulo hierárquico é uma preciosa ferramenta para a descrição do discurso, uma vez que, como assinala Marinho (2003), a estrutura hierárquica possibilita a visualização das hierarquias e relações existentes entre os constituintes textuais.

O modelo genebrino de estrutura hierárquica apresenta grandes trunfos em relação à análise de discursos autênticos⁸, tanto em relação ao plano epistemológico quanto em relação ao plano descritivo.

⁶As trocas confirmativas podem ser comparadas às trocas rituais, que “servem para estabelecer, confirmar ou finalizar uma relação entre os participantes de uma interação verbal.” (Pires, 1997, p. 30, apud Marinho, 2003)

⁷As trocas reparadoras são definidas como trocas “que têm como conteúdo a transação ou a negociação propriamente dita que se estabelece entre os interlocutores.” (idem.)

Como explicam Roulet, Filliettaz & Grobet (2001), quanto ao plano epistemológico, pode-se dizer que o modelo de estrutura hierárquica permite tanto a formulação quanto a validação de hipóteses sobre a organização do discurso. Ou seja, quando propõe a estrutura hierárquica de um discurso, o analista indica, claramente, como os constituintes textuais são relacionados e que tipo de relação se estabelece entre eles.

Quanto ao plano descritivo, o modelo de estrutura hierárquica permite ao analista extrair hipóteses sobre as estruturas possíveis de um discurso e constitui-se, portanto, como uma etapa indispensável para se propor uma interpretação que não seja ingênua ou intuitiva, e sim, mais crítica. Além disso, o modelo hierárquico permite ao analista formular suas hipóteses sobre a organização do discurso de forma explícita, através de esquemas arbóreos propostos para cada discurso analisado. Uma outra vantagem do modelo hierárquico está relacionada à possibilidade de se apresentar a estrutura de um discurso mais complexo a partir da combinação de um número limitado de constituintes e das relações que se estabelecem entre eles em diferentes níveis. Finalmente, pode-se ressaltar que o modelo permite, ainda, evidenciar as propriedades fundamentais da estrutura do discurso. (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001, p. 89)

⁸ O termo “discurso autêntico” refere-se aos exemplos retirados de uma situação real de interação, pois muitas análises partem de exemplos construídos (ou fabricados).

2.1 - O discurso como negociação

Para o Modelo de Análise Modular, toda intervenção linguageira (solicitação, saudação, afirmação, etc.) se estabelece, ao menos, em três fases: uma *proposição*, que desencadeia uma *reação*, que, por sua vez, desencadeia uma *ratificação*.

Se uma *proposição*, como, por exemplo, uma pergunta, estiver formulada de maneira suficientemente clara, causará uma *reação*, uma resposta. Se não estiver formulada de maneira suficientemente clara, será necessário que os interactantes abram uma negociação secundária para esclarecimentos. Se a reação for uma resposta completa ou suficientemente clara, constitui-se então a fase de *ratificação*. Caso a resposta esteja incompleta ou pouco clara, poderá haver a abertura de uma negociação secundária, e assim sucessivamente.

O desenvolvimento e fechamento do processo de negociação são ligados a dois tipos de restrições: a *completude monológica* e a *dialógica*. Quanto à *completude monológica*, entende-se que cada fase de uma negociação (proposição, reação, ratificação) deve ser formulada de maneira suficientemente clara para ser avaliada pelo interlocutor. Caso isso não ocorra, o interlocutor é obrigado a abrir uma negociação secundária para clarificar a intervenção do locutor. A *completude monológica* obriga, de certa forma, os interactantes a fundamentarem ou até mesmo reformularem a sua intervenção secundária para que ela se torne suficientemente clara. Entretanto, o interlocutor é quem avalia a integralidade monológica de uma intervenção: uma intervenção considerada completa pelo locutor pode dar lugar à abertura de uma intervenção secundária pelo interlocutor, caso este considere que a intervenção não está suficientemente clara.

A *completude dialógica* diz respeito a um duplo acordo feito entre os interactantes, que condiciona o fechamento de toda negociação. Esse acordo implica que uma reação ou ratificação negativa pode prolongar o processo de negociação, o qual pode comportar não apenas três, mas cinco, sete ou mais intervenções.

Conforme Roulet (1999), todo discurso deve ser concebido como um processo de negociação entre os interactantes, através do qual os interlocutores apresentam uma informação, formulam uma pergunta ou uma resposta, desenvolvem uma discussão, etc. Segundo o modelo, deve-se partir da hipótese de que toda atividade linguageira apresenta o seguinte esquema de negociação:

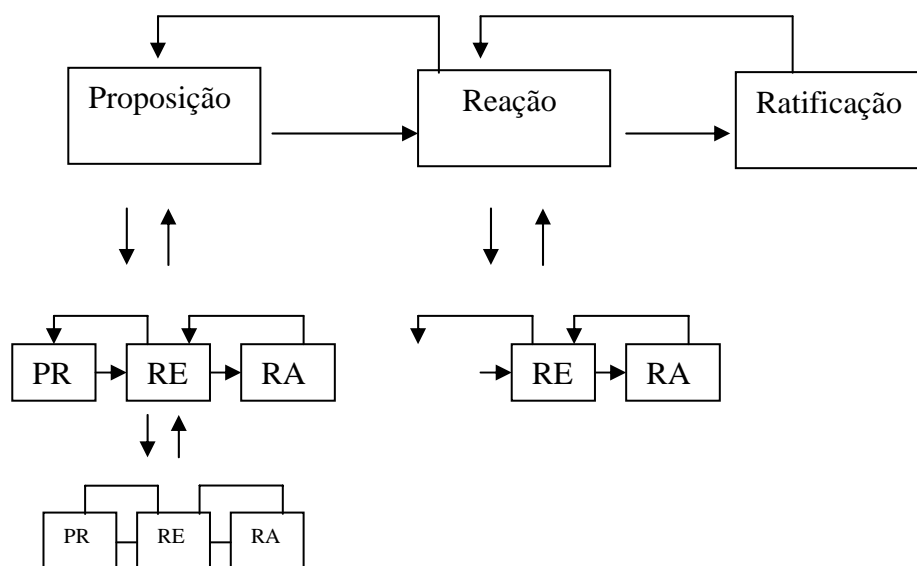


Figura 3: Representação do processo de negociação

A negociação pode se desenvolver de maneira linear, num só nível, sendo hierarquicamente representada por uma troca formada de três intervenções ou pode apresentar ainda níveis secundários, diferenciados, conforme a necessidade ou não de obtenção de mais informações, fazendo-se necessária a abertura de troca (s) secundária (s).

Como mostra a Figura 3, uma proposição, como uma pergunta, por exemplo, se formulada de maneira clara, causa uma reação, uma resposta, se não, força os interlocutores a abrirem uma negociação secundária para seu esclarecimento. A reação, por sua vez, pode ser uma resposta completa, o que conduz à fase de ratificação, ou incompleta ou pouco clara, o que implica a abertura de negociação secundária, e assim sucessivamente. As setas na Figura 3 indicam os vários caminhos que podem ser percorridos nesse processo.

No caso da produção dos textos do gênero notícia que compõem o *corpus* desta pesquisa, parto da hipótese de que há uma negociação que pode ser assim esquematizada:

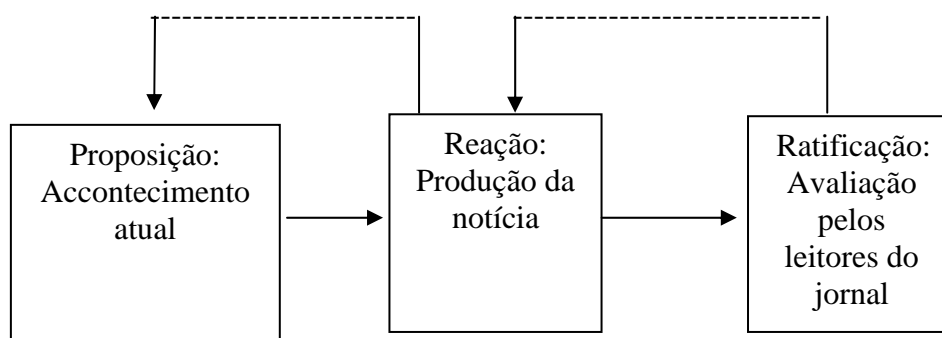


Figura 4: Representação do processo de negociação subjacente à produção de uma notícia

O processo de negociação que subjaz à produção de uma notícia se desenvolve, geralmente, de forma linear, num só nível. Um acontecimento atual provoca no autor (jornalista) a necessidade da produção da notícia para informar seus interlocutores (leitores) acerca desse acontecimento.

Segundo esse esquema de negociação, então, cada texto do gênero notícia aqui analisado corresponde à fase de reação e se realiza sob a forma de uma intervenção, na qual se

procura alcançar a completude monológica. A fase de ratificação pode ou não acontecer, visto que os leitores, por meio da carta do leitor, por exemplo, podem reagir ao texto da notícia. Por essa razão, usei as setas pontilhadas no esquema representado nas Figuras 4 e 5.

No caso dos artigos de opinião, partimos da hipótese de o processo de negociação que rege a produção dos textos pode ser assim esquematizado:

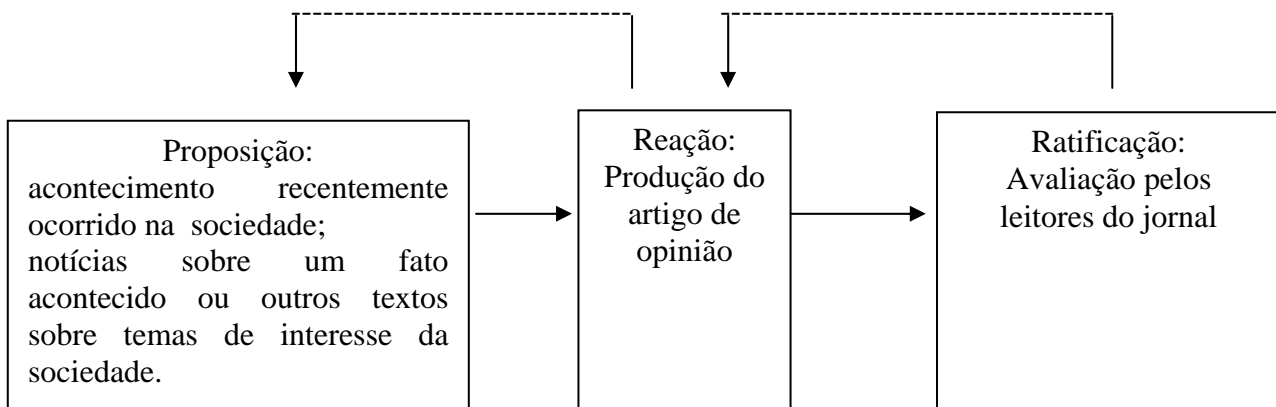


Figura 5: Representação do processo de negociação subjacente à produção de um artigo de opinião

Conforme esse esquema de representação do processo de negociação subjacente à produção de um artigo de opinião, cada texto aqui analisado corresponde também à fase de reação e se realiza sob a forma de uma intervenção, na qual se procura alcançar a completude monológica.

2.2 - Análise do *corpus* sob a perspectiva da dimensão hierárquica

Como já dito, as estruturas hierárquicas aparecem como a face emergente do processo de negociação subjacente às interações verbais. Chega-se a essas estruturas a partir de hipóteses interpretativas das interações. Essas hipóteses devem ser levantadas e testadas, visando-se a chegar às mais defensáveis.

Os textos dos gêneros notícia e artigo de opinião representam uma intervenção (I) complexa, composta de vários constituintes textuais de menor complexidade. Esses constituintes textuais, por sua vez, podem manter entre si diferentes relações: podem ser dependentes ou independentes uns dos outros. A partir das relações estabelecidas entre os constituintes, podemos lhes atribuir os estatutos de principal, subordinado, ou coordenado.

Os estatutos de principal e subordinado são atribuídos aos constituintes textuais a partir do critério de supressão. De acordo com esse critério, os constituintes textuais que têm estatuto de principal são os que veiculam as informações essenciais de um texto, por isso devem ser retidos para que o sentido global do discurso não seja comprometido. Os constituintes subordinados se encontram relacionados aos principais, e mantêm com eles relações de dependência em diferentes níveis de encaixe para formar as intervenções. Conforme o critério da supressão, as informações veiculadas em constituintes textuais subordinados poderiam ser suprimidas sem comprometer o sentido global do texto.⁹

⁹ Para identificar o estatuto dos constituintes textuais que compõem a estrutura hierárquica de um texto, utilizam-se as seguintes representações: Ip (intervenção principal), Is (intervenção subordinada), Ap (ato principal) e As (ato subordinado). Quanto não há relação de dependência entre os constituintes textuais, utilizamos a letra (I) para as intervenções e a letra (A) para os atos.

2.2.1 - A segmentação em atos

Um dos problemas cruciais para todos os modelos de análise do discurso é definir, de maneira clara, a unidade textual mínima, ou seja, o ato textual. (Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001)

Para o Modelo de Análise Modular, o ato constitui a unidade textual mínima com função comunicativa e pode ser definido como a menor unidade delimitada de uma parte a outra, por uma passagem na memória discursiva.

Marinho (2007) propõe uma reflexão sobre a definição dessa unidade e apresenta alguns critérios que podem ser adotados para a sua determinação e, conseqüentemente, para a segmentação textual. A primeira observação apontada pela autora é que a definição dos atos textuais do Modelo de Análise Modular não deve ser confundida com a definição apresentada pela Teoria dos Atos de Fala, que “considerava os atos isoladamente e propunha uma definição de ato ilocucionário que provinha de uma abordagem metodológica ascendente e que de fato remetia à proposição gramatical.” (Marinho, 2007, p. 40)

A partir dessa ressalva e de uma ampla discussão acerca dos critérios apontados por diferentes autores para a definição do ato, Marinho (2007) propõe que o critério mais eficaz e produtivo para se definir o ato textual ou a unidade textual mínima é o que se refere à autonomia pragmática da unidade. Assim, uma entidade será pragmaticamente autônoma e considerada como ato quando estiver provida de uma função discursiva interativa. Quando não houver mais relações interativas no interior de uma seqüência discursiva composta por constituintes que mantêm entre si uma relação de dependência, chega-se definitivamente ao ato. Ou seja: “a ausência das relações

interativas na seqüência é, então, um indicador de que não há mais a possibilidade de divisão dessa seqüência em unidades menores.” (op. cit., p. 48)¹⁰

Para propor a segmentação dos textos que analisamos em atos, foram adotados os critérios expostos a seguir:

- 1- A autonomia pragmática da unidade, conforme proposto por Marinho (2007) e citado acima;
- 2- Em estruturas clivadas, considera-se que se tem dois atos distintos, visto que ocorre entre eles a relação de topicalização;
- 3- Quando há sintagmas deslocados à esquerda, eles constituem atos, visto que ocorre uma passagem pela memória discursiva;
- 4- Orações subordinadas adverbiais ou sintagmas adverbiais deslocados à esquerda constituem atos distintos;
- 5- Orações subordinadas adjetivas explicativas constituem atos, as restritivas não;
- 6- Elementos ou termos intercalados nas orações constituem atos quando se tem uma relação textual de comentário em relação a uma informação anterior ou quando o termo intercalado se configura como uma preparação para algo que se vai dizer;
- 7- Os apostos do tipo explicativo e especificativo não são considerados como atos distintos;
- 8- Termos ou orações coordenadas justapostas podem constituir atos distintos;
- 9- Alguns sinais de pontuação podem servir como índice para a determinação de um ato. O ponto final sempre indica a fronteira entre dois atos;
- 10- O vocativo não constitui ato distinto.

¹⁰ Para maiores informações sobre os critérios de segmentação textual em atos, remeto a Marinho, J.H.C. *A determinação da unidade textual mínima*. In: *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte, Cefet-MG, 2007, p. 39-50.

Com base nos critérios expostos acima, segmentamos os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa. Apresento abaixo, a título de exemplificação, um trecho de um dos textos segmentado em atos:

<p>Bando faz casais reféns em motel</p> <p>(24) Foram os homens do Bope que conseguiram fazer com que o último bandido se entregasse (25) e liberasse o casal, depois de duas horas. (26) Os criminosos, que, (27) segundo a polícia, (28) seriam da Favela do Jacarezinho, perto dali, foram levados para a delegacia do Bairro do Engenho Novo. (29) Eles estavam com um revólver e uma faca. (30) Os casais prestaram depoimentos.</p> <p style="text-align: right;">(Estado de Minas, Nacional, p. 16, 14/10/2007)</p> <p style="text-align: right;">(N2-EM)</p>

Figura 6: Trecho da notícia (E2-EM) segmentado em atos

No trecho representado na Figura 6, as fronteiras entre os atos foram estabelecidas utilizando-se os seguintes critérios:

- (i) Entre os atos (24) e (25) tem-se a presença do conector *e*, que marca a relação interativa de argumento entre dois constituintes;
- (ii) O segmento em (27) foi considerado como ato distinto, porque corresponde a um termo intercalado que se configura como uma preparação em relação ao que vai ser dito posteriormente, no ato (28);
- (iii) As fronteiras entre os outros atos presentes nesse trecho foram estabelecidas com base na presença do ponto final.

Após a segmentação dos textos que constituem o *corpus* deste trabalho em atos, passamos, então, ao estabelecimento de suas estruturas hierárquicas. Cabe salientar que os esquemas arbóreos propostos para cada um dos textos espelham as interpretações que

proponho às relações entre os constituintes textuais, entretanto, isso não significa que não possa haver outras possibilidades de interpretação das relações presentes nos textos analisados.

2.3 - A estrutura hierárquica das notícias

Como já dito anteriormente, as estruturas hierárquicas espelham as hipóteses interpretativas consideradas como as mais defensáveis pelo analista acerca das interações examinadas.

Marinho (2003) assinala que o estabelecimento das estruturas hierárquicas, na concepção modular do discurso, constitui uma etapa essencial e incontornável de análise da organização do discurso, pois elas aparecem ao mesmo tempo como constitutivas dessa organização, como motivadas e como produtos de um processo dinâmico.

O que se percebeu durante o estabelecimento das estruturas hierárquicas propostas para os textos analisados é que, no gênero notícia, tem-se uma macroestrutura hierárquica recorrente, como a que propomos para o texto (N1-FSP):

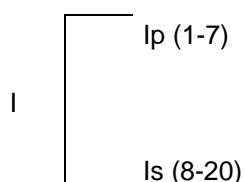


Figura 7: Macro-estrutura hierárquica da notícia

Segundo nossas hipóteses, o texto é hierarquicamente representado por uma intervenção constituída por duas intervenções complexas, as quais são formadas por outras intervenções encaixadas, conforme se pode observar no esquema hierárquico apresentado a seguir.

Policial mata um e fere quatro ao abrir fogo em churrascaria

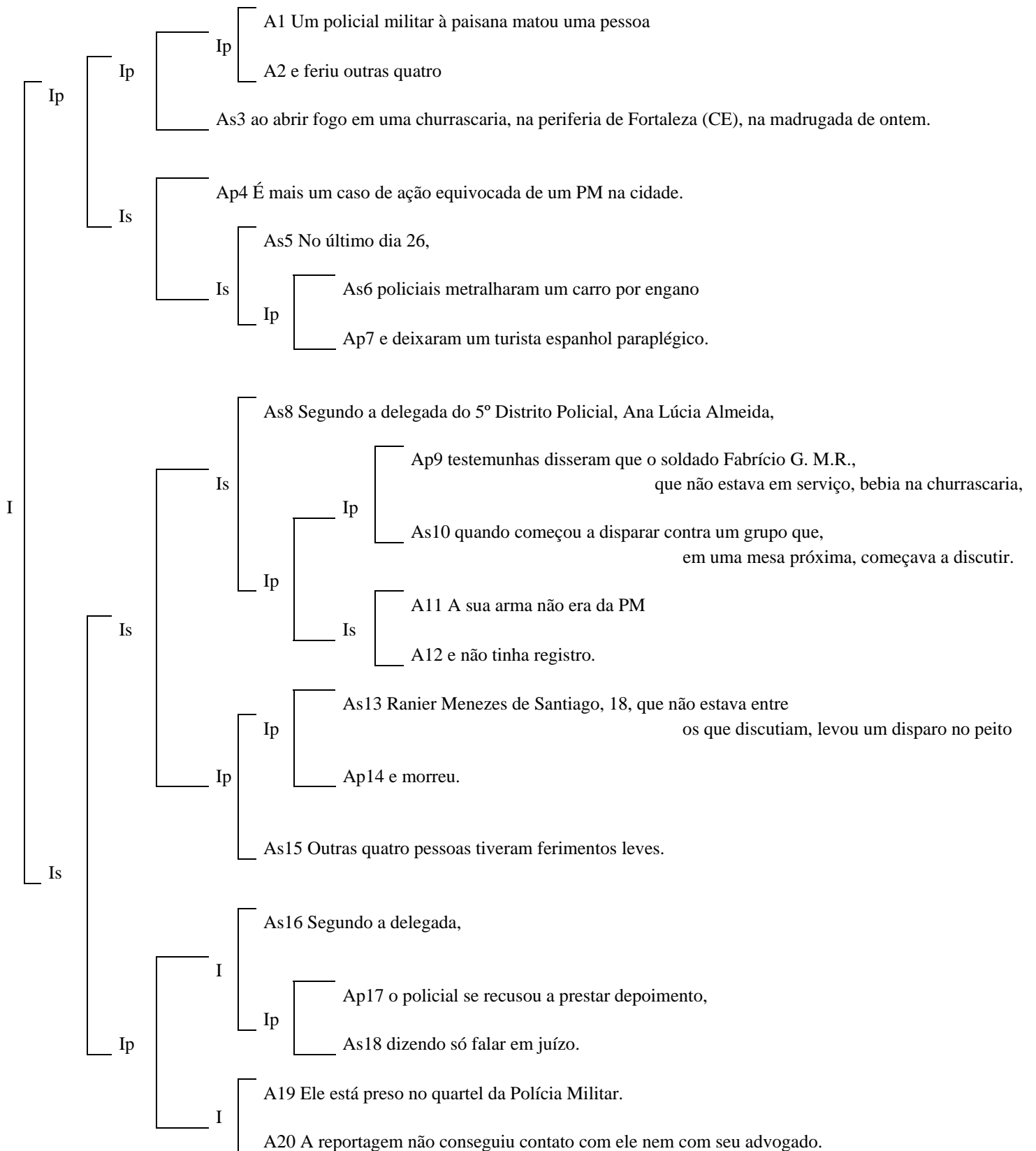


Figura 8: Estrutura hierárquica (N1-FSP)

Os textos do gênero notícia tendem a apresentar uma macroestrutura hierárquica formada de duas grandes intervenções, como ocorre nessa notícia. Tem-se uma intervenção com estatuto de principal, Ip (1-7), na qual o jornalista apresenta os principais fatos acerca do fato noticiado, que subordina a intervenção subsequente, a Is (8-20), constituída por comentários e explicações selecionados para compor o texto sobre o fato noticiado.

A macro-estrutura exposta na Figura 8 expõe a hipótese interpretativa de que as informações contidas na Ip (1-7) representam o lide, e que a Is (8-20) contém as informações que complementam esse lide. Segundo essa hipótese, o jornalista/autor desse texto busca apresentar, primeiramente, as respostas para as perguntas que visam a apresentar os principais dados (o quê? quem? quando? onde?) acerca do fato noticiado para, posteriormente, trazer à tona maiores detalhes ou explicações sobre o acontecimento que deu origem ao texto.

Utilizando o critério da supressão, segundo o qual é possível detectar os constituintes subordinados, ou seja, aqueles que poderiam ser apagados sem comprometer o sentido global do texto, uma vez que não eles não apresentam as informações fundamentais, é possível verificar a pertinência da estrutura hierárquica proposta para o texto (N1-FSP).

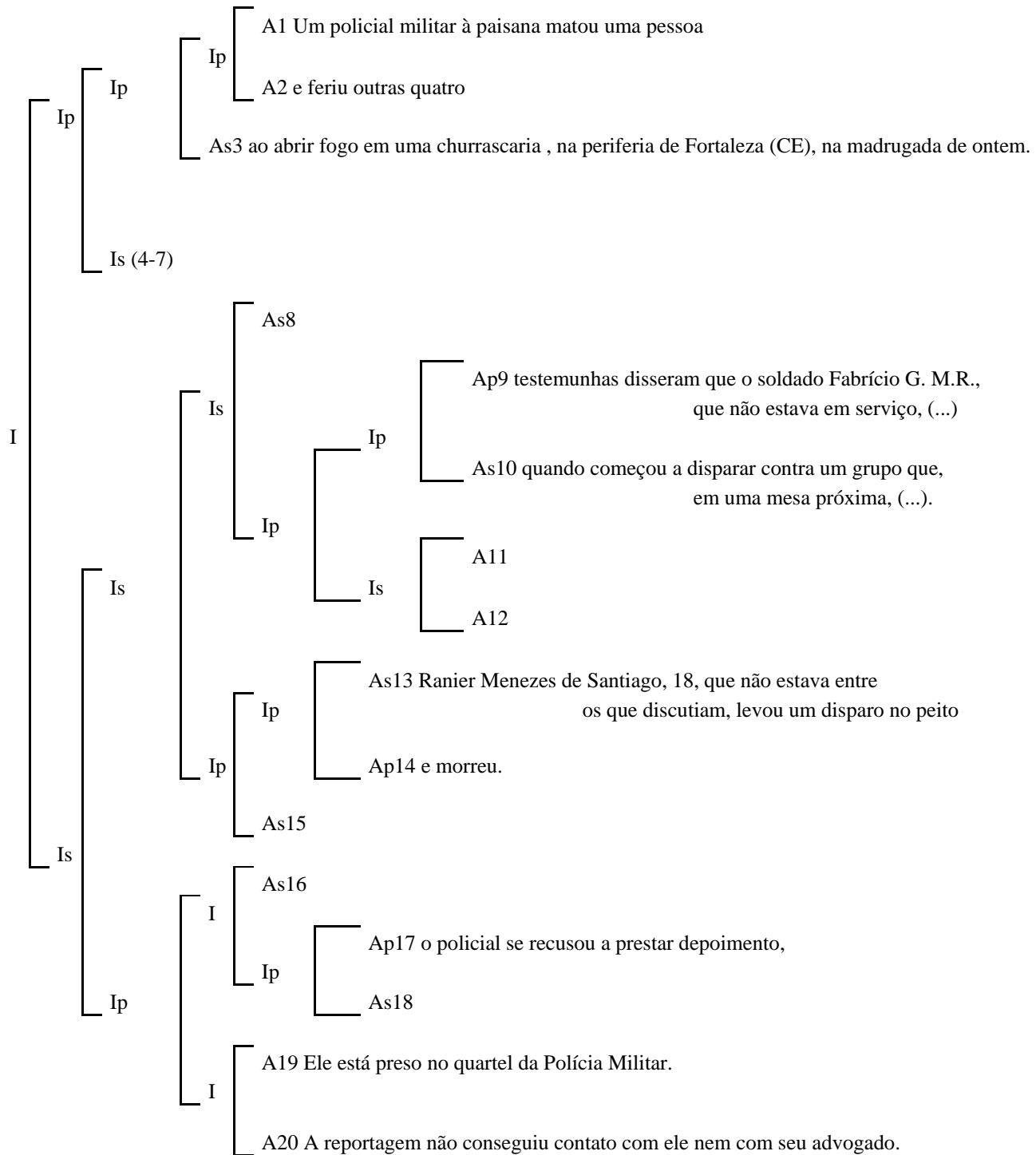


Figura 9: Estrutura Hierárquica (N1-FSP)

Para que se possa compreender o fato relatado nessa notícia, basta que sejam retidos os seguintes atos:

- (1) *Um policial militar à paisana matou uma pessoa*
- (2) *e feriu outras quatro*
- (3) *ao abrir fogo em uma churrascaria, na periferia de Fortaleza (CE), na madrugada de ontem.*
- (4) *É mais um caso de ação equivocada de um PM na cidade.*
- (13) *Ranier Menezes de Santiago, 18, que não estava entre os que discutiam, levou um disparo no peito*
- (14) *e morreu.*
- (17) *o policial se recusou a prestar depoimento,*
- (19) *Ele está preso no quartel da Polícia Militar.*
- (20) *A reportagem não conseguiu contato com ele nem com seu advogado.*

Os constituintes apresentados acima, que têm estatuto de principal, seriam suficientes para que o leitor do jornal pudesse ter acesso às informações essenciais apresentadas pelo jornalista na notícia. Em torno desses constituintes tem-se outros, que mantêm com eles uma relação de dependência em diferentes níveis de encaixe para formar as outras intervenções.

As estruturas hierárquicas propostas para cada um dos textos revelaram que as informações mobilizadas no texto se organizam, hierarquicamente, da seguinte forma: primeiramente, o jornalista apresenta o lide da notícia, e, em seguida, busca tecer comentários que possam enriquecer em detalhes o fato noticiado.

As notícias pertencentes a quatro jornais distintos, *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícias*, apresentaram macroestruturas hierárquicas bastante semelhantes, como se pode observar nas figuras a seguir:

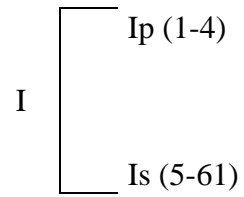


Figura 10 (N5-FSP)

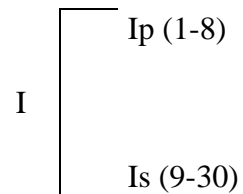


Figura 11 (N2-OT)

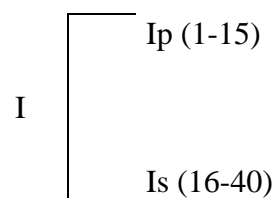


Figura 12 (N6-EM)

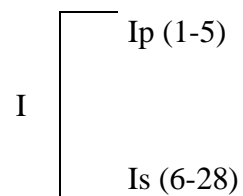


Figura 13 (N8-SN)

Após o estabelecimento da estrutura hierárquica de cada notícia, passamos à consideração de sua organização relacional, outro aspecto importante para a elucidação de interpretação de um texto. O estudo da organização relacional das notícias será exposto no Capítulo 3.

2.4 - A estrutura hierárquica dos artigos de opinião

Para os textos do gênero artigo de opinião que compõem o *corpus* desta pesquisa, propusemos macroestruturas hierárquicas partindo do princípio de que cada um dos textos é um espaço de negociação que apresenta uma estrutura de intervenção, já que corresponde à fase de reação. A partir de um acontecimento ocorrido na sociedade ou de um texto publicado anteriormente sobre algum tema de interesse da sociedade, o autor reage com a produção de um texto no qual expõe seu ponto de vista.

Analisando as configurações hierárquicas propostas para os textos desse gênero, percebe-se que há também uma macroestrutura recorrente, como a reproduzida abaixo:

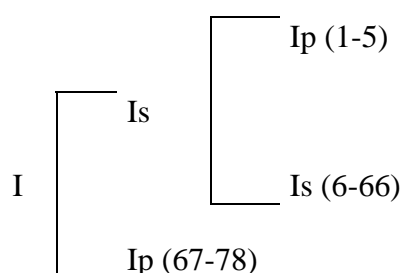


Figura 14: Macro-estrutura hierárquica do artigo de opinião (A3-OT)

O texto é hierarquicamente representado em uma intervenção formada por duas intervenções complexas, as quais se constituem por outras intervenções encaixadas, conforme se pode ver mais detalhadamente no esquema hierárquico apresentado na Figura 15.

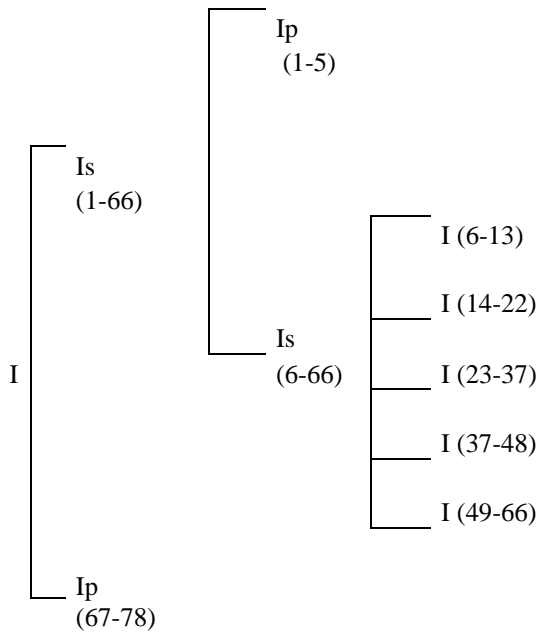


Figura 15: Estrutura hierárquica do texto (A3-OT)

Para o estabelecimento dessas estruturas, partimos do princípio de que os autores dos artigos de opinião, inicialmente, buscam apresentar o tema que será discutido e, em seguida, apresentam os argumentos que fundamentam seu ponto de vista, para, finalmente, exporem uma conclusão. A conclusão apresentada pelo autor, correspondente à Ip (67-78), contém a proposição mais importante do texto, não podendo, portanto, ser suprimida sem comprometer o sentido do texto, o que justifica o seu estatuto de principal.

Assim como foi feito para os textos do gênero notícia, ao utilizar o critério da supressão, podemos apresentar um breve resumo de um texto do gênero artigo de opinião, publicado no jornal *Estado de Minas*, retendo apenas os constituintes com estatuto de principal.

- (2) *duas instituições – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi – divulgaram os resultados referentes ao desempenho industrial do país,*
- (10) *Logo, poderíamos dizer que, finalmente, encontramos o caminho para a prosperidade.*
- (11) *Infelizmente, essa não é a verdade,*
- (18) *o Brasil ainda deixa muito a desejar,*
- (24) *é fundamental que se observe a capacidade de financiamento da economia, a sua oferta de crédito.*
- (32) *o problema do governo não é apenas buscar um crescimento mais equilibrado entre os setores*
- (34) *mas viabilizar a competitividade dos nossos produtos no mercado externo,*
- (36) *Afinal, quantos países se tornaram prósperos sem fortalecer as relações comerciais com outros?*
- (41) *Mais importante do que receber transferências do governo é buscar a própria recompensa.*
- (44) *A jornada para o crescimento é longa*
- (45) *e mais elementos poderiam ser acrescentados (meio-ambiente, por exemplo).*
- (52) *Não podemos pecar pela ignorância, pela incompetência, pela omissão ou submissão.*

(A2-EM)

Os atos textuais apresentados acima se encontram relacionados a outros em diferentes níveis de encaixe para formar as intervenções. Assim, poderíamos, em um primeiro momento, acrescentar ao ato principal (2), os atos subordinados (1), (3) e (4) para evidenciar o grau de subordinação existente entre os atos que constituem a intervenção (1-4)

- (1) *A equipe econômica do governo Lula recebeu uma boa notícia na semana passada:*
- (2) *duas instituições – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) – divulgaram os*

resultados referentes ao desempenho industrial do país, (3) revelando que os investimentos realizados nos últimos anos permitirão um crescimento em bases sustentáveis (4) (leia-se em pressões inflacionárias ou desequilíbrios externos).

Essa operação heurística mostra que o ato (1) se encontra subordinado à intervenção principal (2-4). Nessa intervenção, o ato (4) é subordinado à intervenção (2-3), a qual, por sua vez, é constituída pelo ato principal (2) que se liga ao ato subordinado (3). Essa primeira intervenção, formada pelos atos (1-4), pode ser visualizada através da estrutura hierárquica estabelecida para esse trecho do texto:

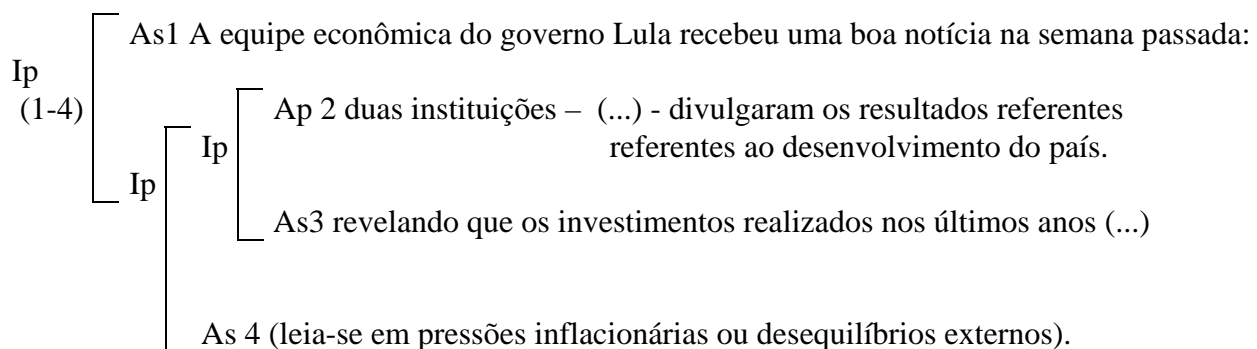


Figura 16: Estrutura hierárquica: texto (A2-EM)

Essa intervenção encontra-se, ainda, relacionada a outros constituintes textuais que constituem a intervenção (1-52), a qual representa o texto (N2-EM), como é possível verificar nos anexos deste trabalho.

É possível que um outro analista, aplicando o mesmo teste de supressão, atribua diferentes estatutos aos atos textuais apresentados acima, chegando, conseqüentemente, ao estabelecimento de outra estrutura hierárquica para esse texto. Isso significa que esse texto, aliás, todo texto, pode ter diferentes interpretações. Como destaca Roulet (1999),

essa possibilidade de se produzir diferentes interpretações para um texto é normal, desde que não se comprometa o acesso à principal idéia apresentada pelo autor.

As estruturas hierárquicas propostas para os textos do gênero artigo de opinião, também extraídos de quatro jornais distintos, apresentaram uma macro-estrutura hierárquica recorrente, como se pode perceber nas figuras abaixo:

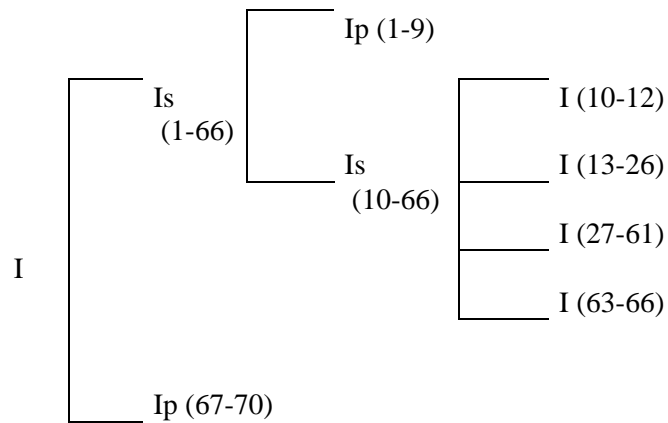


Figura 17: Macro-estrutura hierárquica (A5-FSP)

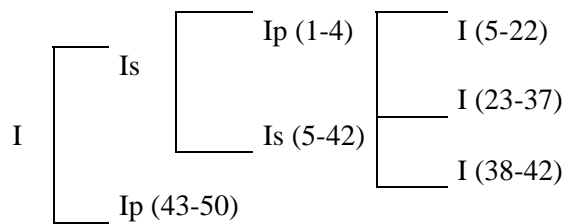


Figura 18: Macro-estrutura hierárquica (A2-EM)

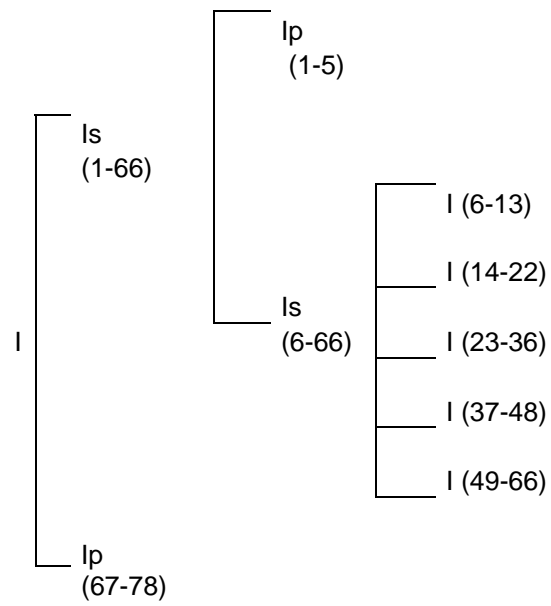


Figura 19: Macro-estrutura hierárquica (A3-OT)

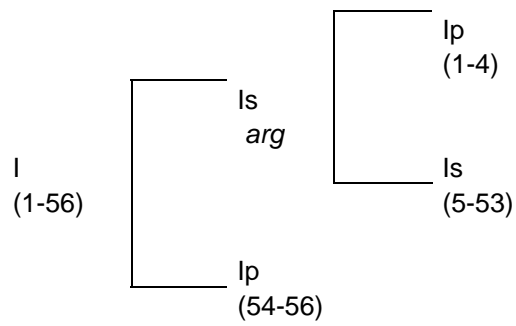


Figura 20: Macro-estrutura hierárquica (A8-SN)

2.5 - Considerações parciais

Com a análise dos textos que constituem o *corpus* deste trabalho sob a dimensão hierárquica, foi possível formular algumas considerações acerca das perguntas iniciais.

Em relação à primeira pergunta proposta, “Como se estruturam hierarquicamente a notícia e os textos de opinião?”, o que se percebeu é que os textos dos dois gêneros analisados apresentam uma estrutura hierárquica recorrente.

Como já exposto, durante a descrição das estruturas hierárquicas, observamos que as notícias constituem-se de uma intervenção com estatuto de principal, seguida de uma intervenção com estatuto de subordinada. Na intervenção principal, o autor relata os principais dados acerca do acontecimento noticiado. Na segunda intervenção, o autor apresenta explicações, comentários e algumas análises acerca de determinado acontecimento.

Quanto à estrutura hierárquica dos textos do gênero artigo de opinião, pode-se dizer que tais textos constituem-se de uma intervenção com estatuto de subordinada, seguida de uma intervenção com estatuto de principal. Na intervenção subordinada, o autor apresenta a sua tese inicial e os argumentos que a embasam. Na intervenção com estatuto de principal, o autor apresenta a sua conclusão acerca de tudo o que foi dito anteriormente.

Em relação à segunda pergunta proposta, “Os textos publicados em diferentes jornais apresentam estruturas hierárquicas semelhantes?”, pode-se dizer que, tanto as notícias quanto os artigos de opinião apresentam estruturas hierárquicas semelhantes, independentemente dos jornais em que foram publicados.

CAPÍTULO 3 - A forma de organização relacional do discurso

A descrição da forma de organização relacional visa a identificar as relações ilocucionárias e as relações interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores¹¹, bem como determinar as relações específicas que são descritas a partir de um percurso inferencial.¹² Para se chegar a essa forma de organização, é necessário acoplar as informações obtidas com o estudo dos módulos **lexical**, **hierárquico** e **referencial**.

O **módulo lexical** fornece as informações referentes aos sentidos conceituais das diferentes classes de palavras de uma língua, como os conectores, que dão instruções sobre as informações a serem recuperadas na memória discursiva para a interpretação do discurso. Para computar as relações textuais que se estabelecem entre os constituintes textuais, definidos na estrutura hierárquica, os conectores são de extrema importância, pois eles oferecem as instruções sobre o tipo de relação com base em informações que ficam na memória discursiva dos interlocutores, a qual pode ser construída a partir de informações apresentadas no constituinte anterior, no ambiente cognitivo imediato ou nos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes.

O papel dos conectores no estabelecimento das relações textuais tem sido tratado por diferentes autores, em pesquisas de diversas áreas. Assim, esses itens lexicais têm recebido diferentes denominações, tais como: operadores argumentativos, marcadores discursivos, conectores discursivos, conectores pragmáticos, partículas pragmáticas, marcadores de relações textuais, dentre outras.

¹¹ O termo “memória discursiva” proposto por Berrendonner (1990), pode ser compreendido como um conjunto de conhecimentos (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc) que são conscientemente compartilhados pelos interlocutores em uma situação interativa. (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001)

¹² O termo “relação interativa” se refere à relação entre os atos (inter-atos) da estrutura hierárquica.

Entretanto, cabe salientar que, mesmo que os conectores recebam diferentes terminologias, em função das diferentes abordagens nas quais são tratados, autores como Ducrot et al (1980), Blakemore (1987) e Luscher (1994) apresentam um ponto em comum quanto à determinação da função desses elementos no discurso: “signaler que les connecteurs fonctionnent comme des marques indiquant des connexions dont le lieu de réalisation est le discours.” (Reboul & Moeschler, 1998, p.77)

Na Semântica Argumentativa, Ducrot et al (1980) considera que as instruções fornecidas pelos conectores permitem que se procure, dentro de uma situação de discurso, um tipo de informação e a maneira de se tratá-la, para se reconstruir o sentido almejado pelo locutor. (apud Reboul & Moschler, 1998, p. 80)

Blakemore (1992), à luz das contribuições da Teoria da Relevância, considera que a presença dos conectivos restringe as possibilidades de interpretação de um enunciado e não apenas conecta segmentos de um texto.

Para Luscher (1989), cujos trabalhos se inserem numa abordagem pragmático-cognitiva, os conectores possuem uma função pragmática, já que eles fornecem as instruções para o tratamento das informações mobilizadas no texto e guiam o processo de interpretação do leitor nos enunciados em que aparecem.

Em pesquisas mais recentes, Rossari (2006) define os conectores como uma subclasse de marcadores discursivos que impõem restrições semânticas às entidades que conectam. Para chegar a essa definição, a autora se baseia em análises que procuram evidenciar em que tipo de configuração discursiva alguns conectores podem atuar e o tipo de operação que eles realizam nos contextos lingüísticos em que atuam.

Para o Modelo de Análise Modular, o estudo dos conectores na organização discursiva pode ser feito a partir das contribuições das diferentes abordagens, uma vez que elas são complementares, como pontua Roulet (2006). Assim, na descrição dos

conectores, considera-se a análise das relações entre os constituintes textuais de discursos reais, a análise semântica das instruções dadas pelos conectores e a definição cognitiva de operações básicas requeridas para a construção do discurso.

Neste trabalho, consideramos como conectores os elementos de diferentes classes gramaticais (conjunções de coordenação e subordinação, advérbios ou locuções adverbiais, preposições ou locuções prepositivas) que atuam na explicitação das relações textuais que se estabelecem entre os constituintes textuais de diferentes níveis. Adotamos, ainda, o pressuposto de que esses itens lexicais podem exercer importante papel na articulação discursiva, visto que eles oferecem instruções sobre o tratamento das informações por eles encadeadas.

O **módulo hierárquico**, como já exposto anteriormente, permite compreender como os constituintes textuais são organizados na estrutura hierárquica.

O **módulo referencial** trata dos vários aspectos relacionados às condições de produção do discurso e das relações que as produções verbais mantêm com o mundo no qual são enunciadas.

De posse de informações obtidas com as análises dos textos quanto ao módulo hierárquico, é possível passar à análise das relações que se estabelecem entre os constituintes textuais e informações previamente estocadas na memória discursiva. A descrição da organização relacional permite identificar dois tipos de relações: as *ilocucionárias* e as *interativas*.¹³

As relações *ilocucionárias* (iniciativas ou reativas) são as que se dão no nível dos constituintes de uma troca. As relações *interativas genéricas* são aquelas que se estabelecem entre os constituintes de uma intervenção e, geralmente, são sinalizadas por

¹³ Como destaca Roulet (2002), é importante esclarecer que a estrutura hierárquica evidencia as relações de dependência entre os constituintes textuais, enquanto a forma de organização relacional se ocupa das relações ilocucionárias e interativas que se estabelecem entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva.

alguma marca textual ou por um conector. Na forma de organização relacional, as relações textuais interativas são definidas conforme uma lista reduzida de categorias. A categoria genérica de *argumento*, por exemplo, encobre as relações mais específicas como: *causa, explicação justificação, conseqüência*, etc. A partir dessa lista, é possível identificar as relações textuais presentes em um texto bem como evitar a proliferação das listas de relações. (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001)

As relações textuais interativas presentes em um texto são as de: *argumento, contra-argumento, reformulação, comentário, topicalização, sucessão, preparação e clarificação*. O quadro abaixo apresenta as marcas mais freqüentes de cada uma dessas relações:

Tipo de relação	Marcas mais freqüentes
Argumento	<i>porque, pois, visto que, uma vez que, devido a, se, então, portanto, de modo que, assim, etc.</i>
Contra-argumento	<i>mas, porém, entretanto, no entanto, embora, apesar de, mesmo que, ainda que, somente, etc.</i>
Reformulação	<i>isto é, ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma, etc.</i>
Topicalização	<i>quanto a, no que se refere a, com relação a, etc., ou o deslocamento à esquerda.</i>
Sucessão	<i>em seguida, depois, etc.</i>

As relações de *preparação, comentário e clarificação* não possuem marcas específicas, por isso são definidas de acordo com a posição que os constituintes textuais ocupam na estrutura hierárquica.

Como aponta Marinho (2002, p.75) “pode acontecer, e não raro acontece, de a relação entre um constituinte e uma informação estocada na memória discursiva não estar marcada”. Dessa forma, em um momento posterior à análise das relações genéricas, visando ao tratamento de um enunciado particular, passa-se à descrição das relações específicas, feita através da aplicação de um princípio geral de cálculo inferencial, em função das propriedades lingüísticas e contextuais desse enunciado.

Para descrever as inferências que determinam as relações específicas entre os constituintes que não estão marcados por um conector e as informações estocadas na memória discursiva, Roulet, Filliettaz & Grobet (2001) buscam respaldo nas contribuições da Teoria da Relevância, proposta por Sperber e Wilson, na obra *Relevance: communication and cognition* (1986).

A hipótese da Teoria da Relevância é a de que os indivíduos buscam, de forma consciente, ser pertinentes. Os falantes/autores buscam produzir enunciados que julgam ser relevantes, assim como os ouvintes/leitores buscam prestar atenção apenas ao que lhes pareça ser pertinente em determinada circunstância. Em outras palavras, o falante busca produzir enunciados que possam revelar a sua intenção comunicativa e atrair a atenção de seu ouvinte, sugerindo que o estímulo é relevante o suficiente para ser processado.

Sperber e Wilson postulam que, em uma situação de comunicação verbal, o falante/autor escolhe, dentre uma série de diferentes estímulos ostensivos, aquele que lhe parece ser mais pertinente para tornar a sua intenção informativa mutuamente manifesta – tanto para ele quanto para o leitor. Assim, um enunciado é escolhido quando o falante supuser que ele será mais compatível com sua intenção comunicativa e informativa e exigirá menos esforços cognitivos do ouvinte para a compreensão. Em um

processo interpretativo verbal, o enunciado é, portanto, considerado uma evidência direta – uma ostensão – da intenção informativa do falante.

Para descrever o percurso inferencial que conduz à interpretação dos constituintes textuais que não são marcados pelo uso de um conector, parto já da forma proposicional (a informação lingüística enriquecida, resultante da combinação das informações de ordem hierárquica com as informações referenciais, acessíveis na memória discursiva). Em seguida, combino a forma proposicional com as instruções fornecidas pelo conector que poderia ser inserido para marcar a relação textual que se estabelece entre os constituintes textuais e as informações de ordem referencial, para chegar à interpretação final e poder determinar a relação interativa que se estabelece entre eles.

Abaixo, foi reproduzido um exemplo de descrição do cálculo inferencial feito para se chegar à interpretação de uma relação interativa não marcada entre dois constituintes.

Considerando-se os atos

(4) *Wagner Grossi, 42, estava embriagado no momento da colisão.*

(5) *Ele não foi preso.*

e a informação presente no ato (1) *Um promotor matou três pessoas da mesma família em acidente de trânsito na noite de anteontem em Araçatuba (530 Km de SP)*, que antecede a intervenção em que se encontram esses dois atos, pode-se interpretar que entre os atos (3) e (4) há uma relação de contra-argumentação.

Entre esses dois atos pode-se introduzir um conectivo do tipo **porém**, conforme a descrição do cálculo inferencial apresentada a seguir:

Premissa 1	Informação lingüística enriquecida	O autor afirma que promotor Wagner Grossi estava embriagado no momento da colisão.
Premissa 2	Informação lingüística enriquecida	O autor afirma que o promotor não foi preso.
Premissa 4	Informação referencial	Quando um indivíduo conduz um veículo embriagado e causa um acidente com vítimas, é preso em flagrante.
Premissa 5	Informação referencial	Um promotor não pode ser preso, porque possui foro privilegiado.
Premissa 6	Interpretação	Wagner Grossi, 42, estava embriagado no momento da colisão. <i>Porém</i> , ele não foi preso, porque possui foro privilegiado.

No corpo deste trabalho, apresentamos a descrição da forma de organização relacional de alguns trechos dos textos que constituem o *corpus*. Através dessa descrição, procuramos mostrar como são estabelecidas as relações textuais genéricas nos dois gêneros analisados, notícia e artigo de opinião, e propor uma reflexão sobre a importância do tratamento dessas relações textuais e de suas marcações nas aulas de Língua Portuguesa.

3.1 - A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero *notícia*

Inicialmente, procedemos à análise da organização relacional das notícias. Essas descrições, expostas em esquemas arbóreos, encontram-se nos anexos deste trabalho.

Nesse item, expomos as análises de alguns trechos extraídos das notícias, nos quais são focalizadas algumas seqüências em que ocorrem, principalmente, as relações de topicalização, preparação, argumento e contra-argumento.

3.1.1- A relação de topicalização

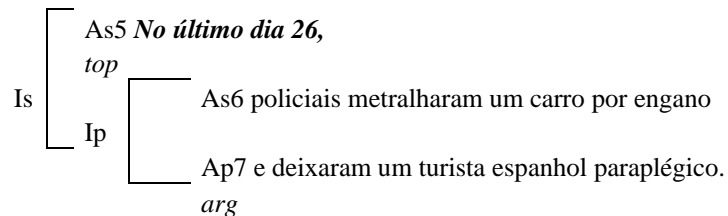
A relação de topicalização pode ser identificada através da presença de algumas marcas, como *quanto a*, *no que se refere a*, *com relação a*, ou através de um deslocamento sintático à esquerda.

Nos textos do gênero notícia, a relação textual interativa de topicalização ocorre quando se tem o deslocamento de adjuntos adverbiais que expressam a idéia de tempo ou de lugar, para o início das sentenças.

Os adjuntos adverbiais de tempo são empregados pelos jornalistas quando eles introduzem em seus textos outros acontecimentos que estão relacionados ao fato noticiado, como se pode perceber nos exemplos abaixo:

Exemplo 1

(5) *No último dia 26*, (6) policiais metralharam um carro por engano (7) e deixaram um turista espanhol paraplégico. (N1-FSP)



A configuração hierárquica dessa intervenção é formada por um ato e uma intervenção, que mantêm uma relação de dependência entre si. O As (5) encabeça a intervenção composta pelos atos (6) e (7). Esses dois atos, ligados através do conector *e*, mantêm entre si uma relação interativa de argumento.

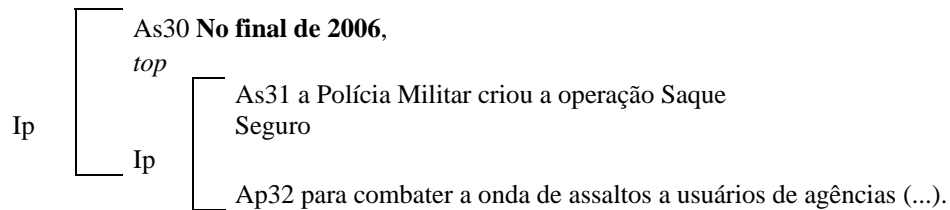
Nesse exemplo, a expressão *no último dia 26* tem um valor temporal. Esse adjunto adverbial marca a relação textual de topicalização, e sua função é indicar quando ocorreram as ações apresentadas na Is (5-7). Ou seja, os policiais metralharam um carro por engano e deixaram um turista paraplégico no último dia 26, e não na mesma data em que ocorreu o fato a que se reporta a notícia, que seria no dia 09/10/2007.

Na notícia publicada pelo jornal *O Tempo*, o adjunto adverbial de tempo atua também na marcação da relação textual de topicalização, que se estabelece no trecho reproduzido abaixo.

Exemplo 2

(30) *No final de 2006*, (31) a Polícia Militar criou a operação Saque Seguro (32) para combater a onda de assaltos a usuários de agências bancárias na região metropolitana.

(N3-OT)

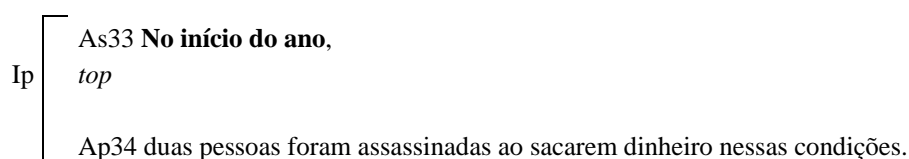


Nessa intervenção, o ato (30) encabeça a intervenção (31-32). Esses dois constituintes mantêm entre si uma relação de dependência. O As (30), que representa o adjunto adverbial temporal *no final de 2006*, indica quando a Polícia Militar criou a operação Saque Seguro, que tem como objetivo combater os assaltos a usuários de agências bancárias.

Ainda no texto (A3-OT), tem-se o deslocamento de outro adjunto adverbial de tempo, marcando a relação de topicalização entre dois atos textuais.

Exemplo 3

(33) *No início do ano*, (34) duas pessoas foram assassinadas ao sacarem dinheiro nessas condições. (N3-OT)



Nessa intervenção, o As (33) e o Ap (34) são, hierarquicamente, dependentes. No trecho representado pela estrutura hierárquico-relacional, o deslocamento do adjunto adverbial marca a relação interativa de topicalização entre esses dois atos. Neste caso, a indicação da data é usada pelo autor para citar a morte de duas pessoas em um assalto ocorrido em uma agência bancária. Cabe salientar que a notícia (N3-OT) se refere ao assalto ocorrido em uma agência do bairro Belvedere (BH), envolvendo um office-boy, portanto, o assalto que é citado nesse trecho do texto faz parte dos comentários do autor.

A presença da relação textual de topicalização nos textos do gênero notícia se deve às características desse gênero textual. Quando o jornalista se propõe a produzir um texto para relatar um fato, ele prioriza as informações de maior interesse dos leitores, como orienta o manual da Folha de S. Paulo:

“O texto do lide dependerá sobretudo da própria argúcia do jornalista para descobrir, no conjunto de sua apuração, aquilo que é o ponto mis forte, atual e de mais amplo interesse em relação à realidade que está vivendo.” (Manual da Folha de S. Paulo, p. 29)

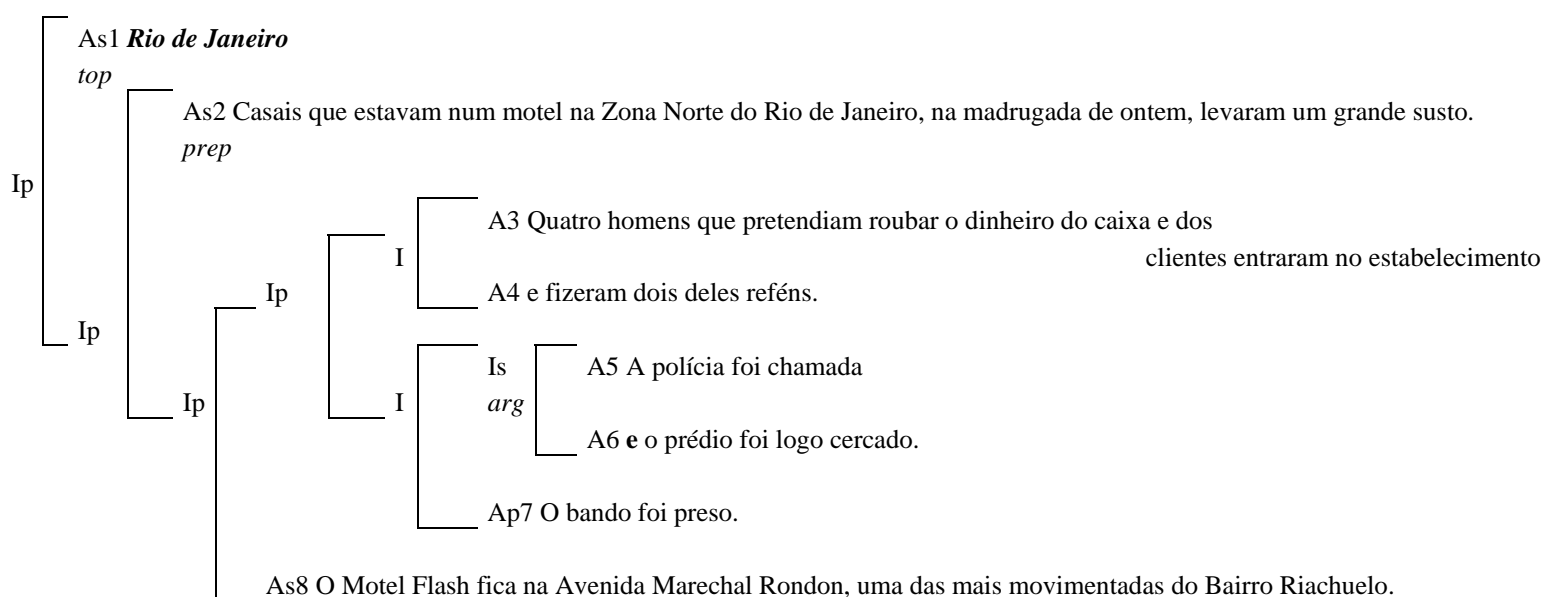
Após a exposição das informações principais, o jornalista se reporta a outros fatos que podem ser associados ao fato principal, a fim de oferecer ao leitor uma informação acompanhada de contextualizações e análises. Assim, se o autor deseja associar o que relata em sua notícia a outros acontecimentos, ele precisa mostrar que tais acontecimentos remetem a outras datas, e não à mesma data em que seu texto foi publicado.

Os adjuntos adverbiais de lugar também são utilizados nas notícias veiculadas nos jornais impressos. O que se destaca é que esse termo só é empregado pelos jornalistas quando estes relatam um acontecimento ocorrido em um local fora do estado em que o jornal é produzido.

Na notícia (N2-EM), publicada pelo jornal *Estado de Minas*, o qual circula, principalmente, no estado de Minas Gerais, o autor se reporta a um acontecimento ocorrido em outro estado: Rio de Janeiro.

Exemplo 4

(1) **Rio de Janeiro** – (2) Casais que estavam num motel na Zona Norte do Rio de Janeiro, na madrugada de ontem, levaram um grande susto. (3) Quatro homens que pretendiam roubar o dinheiro do caixa e dos clientes entraram no estabelecimento (4) e fizeram dois deles reféns. (5) A polícia foi chamada (6) e o prédio foi logo cercado. (7) O bando foi preso. (8) O Motel Flash fica na Avenida Marechal Rondon, uma das mais movimentadas do Bairro Riachuelo. (N3-OT)



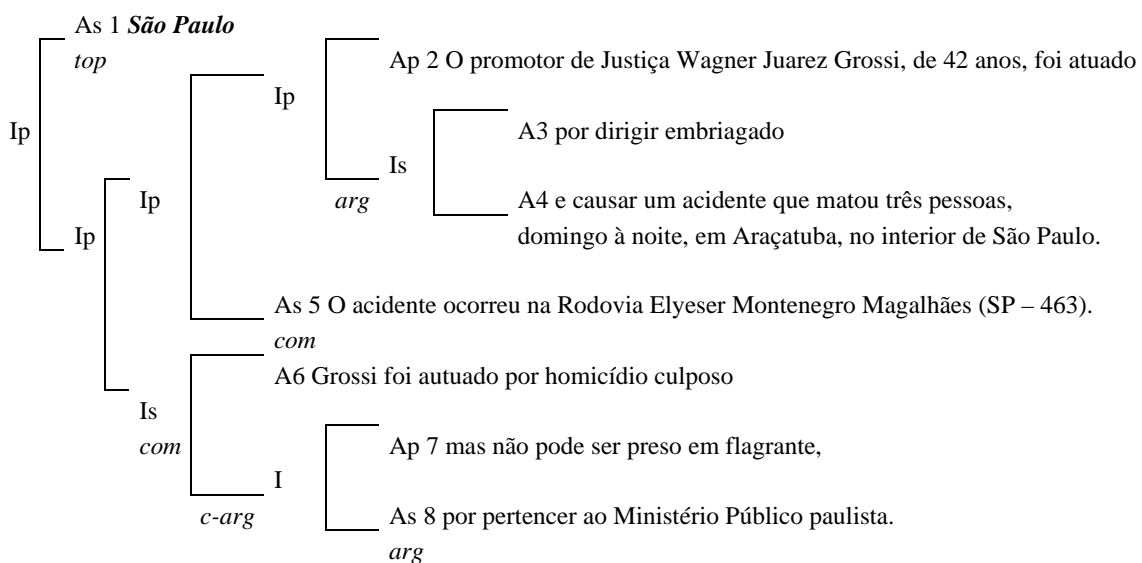
Nessa configuração hierárquica, o ato subordinado (1) antecede toda a intervenção que se encontra imediatamente relacionada a ele. Como se pode perceber, é no ato (1) que se encontra o adjunto adverbial de lugar, o qual tem por função sinalizar

onde é que ocorreu o fato noticiado no lide. Nessa intervenção, o lide da notícia, ou seja, os principais dados acerca do acontecimento noticiado, constitui a intervenção principal (2-8).

Os autores das notícias publicadas nos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*, utilizaram um adjunto adverbial de lugar para sinalizarem onde ocorreu o fato noticiado quando se reportaram ao acidente causado por um promotor de justiça que, supostamente, estava embriagado. Esse acontecimento foi considerado como fato de maior polêmica, uma vez que os quatro jornais o relataram.

Exemplo 5

(1) *São Paulo* – (2) O promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, foi atuado (3) por dirigir embriagado (4) e causar um acidente que matou três pessoas, domingo à noite, em Araçatuba, no interior de São Paulo. (5) O acidente ocorreu na Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães (SP – 463). (6) Grossi foi atuado por homicídio culposo, (7) mas não pode ser preso em flagrante, (8) por pertencer ao Ministério Público paulista. (N6-EM)

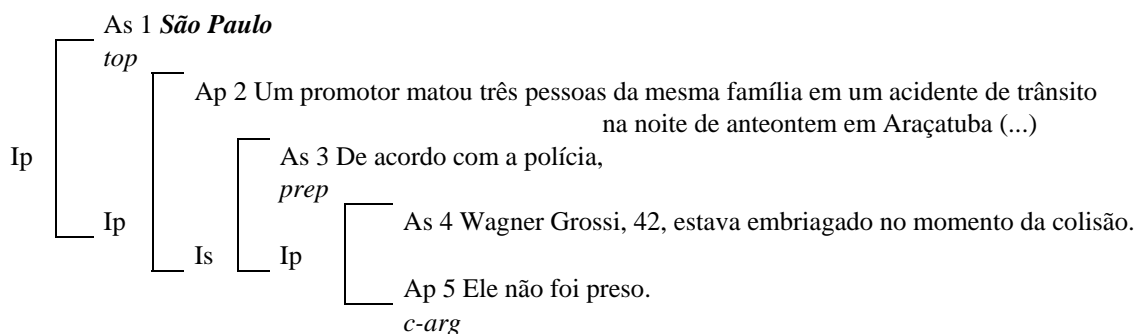


Na organização relacional dessa intervenção, o ato subordinado (1) se liga à intervenção (2-8) através da relação textual de topicalização, marcada pelo deslocamento do adjunto adverbial de lugar *São Paulo*.

A intervenção que se liga a esse ato é constituída por duas intervenções complexas, na qual se encontram encaixados outros constituintes textuais. Na Ip (2-5), tem-se uma intervenção principal, na qual são relatados os principais dados sobre a autuação do promotor de Justiça. Essa intervenção se encontra ligada ao ato subordinado (5) através de uma relação de comentário. Na Is (6-8), tem-se o ato (6) e a I (7-8), os quais se encontram ligados por uma relação textual de contra-argumento, marcada pela presença do conector *mas*. A Ip (2-5) e a Is (6-8) estão ligadas através de uma relação de comentário.

Exemplo 6

(1) – *São Paulo* (2) Um promotor matou três pessoas da mesma família em um acidente de trânsito na noite de anteontem em Araçatuba (530Km de SP). (3) De acordo com a polícia, (4) Wagner Grossi, 42, estava embriagado no momento da colisão. (5) Ele não foi preso. (N7-OT)



No trecho representado na estrutura hierárquico-relacional acima, o ato subordinado (1) antecede a intervenção constituída pelos atos (2-5). Entre esses dois constituintes textuais, estabelece-se uma relação de topicalização, marcada pelo deslocamento do adjunto adverbial São Paulo, que sinaliza para o leitor onde ocorreu o acidente causado pelo promotor Wagner Grossi, uma vez que esse fato se deu fora do estado de atuação do jornal *O Tempo*.

Na *Folha de S. Paulo*, o autor da notícia não utilizou um adjunto adverbial de lugar, visto que o acontecimento relatado ocorreu dentro do estado em que o jornal é produzido.

No jornal *Super Notícias*, não houve nenhuma sinalização quanto ao lugar onde ocorreu o acidente que envolveu o promotor de justiça Wagner Grossi.

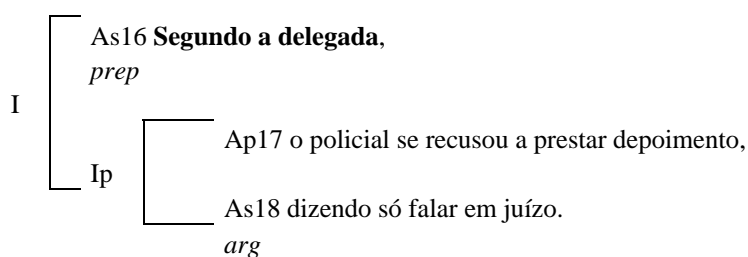
A descrição da forma de organização relacional dos trechos apresentados acima mostra que a relação textual de topicalização pode ser sinalizada por adjuntos adverbiais deslocados à esquerda nas sentenças. Essa descrição aponta, ainda, que o deslocamento desses elementos nos enunciados em que aparecem fornece indicações, de tempo e de lugar, quanto às informações a eles subseqüentes, contribuindo, assim para a organização discursiva dos textos do gênero notícia.

3.1.2 - A relação de preparação

A relação textual de preparação não possui um marcador específico, entretanto é possível definir esse tipo de relação com base na posição ocupada pelos constituintes textuais, como mostram os exemplos abaixo:

Exemplo 07

(16) *Segundo a delegada*, (17) o policial se recusou a prestar depoimento, (18) dizendo só falar em juízo. (N1-FSP)



Na intervenção representada acima, o ato subordinado (16) se liga à intervenção (17-18) através de uma relação de preparação. Esse tipo de relação ocorre quando um constituinte com estatuto de subordinado precede um constituinte definido como principal.

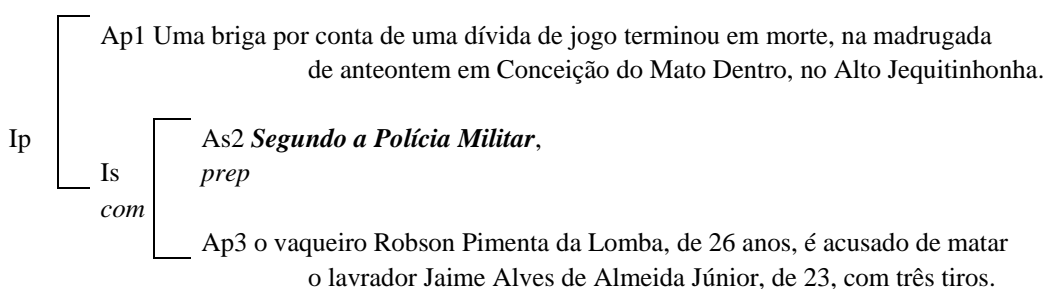
A descrição da forma de organização relacional dos textos apontou que a relação interativa de preparação é bastante comum na notícia. Isso ocorre porque os jornalistas freqüentemente inserem em seus textos vozes ou declarações que possam assegurar maior credibilidade às informações veiculadas. Ao apresentar os procedimentos que devem ser adotados para a produção das notícias, o Manual da Folha de S. Paulo destaca a importância das declarações textuais: “Reproduzir declarações textuais

confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia.” (Manual da Folha de S. Paulo, 2006, p. 39)

Passamos agora a descrever alguns trechos em que é possível identificar como as declarações textuais são inseridas nos textos desse gênero textual.

Exemplo 08

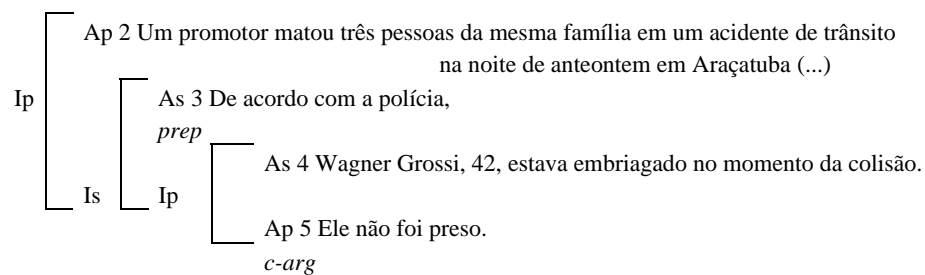
(1) Uma briga por conta de uma dívida de jogo terminou em morte, na madrugada de anteontem em Conceição do Mato Dentro, no Alto Jequitinhonha. (2) **Segundo a Polícia Militar**, (3) o vaqueiro Robson Pimenta da Lomba, de 26 anos, é acusado de matar o lavrador Jaime Alves de Almeida Júnior, de 23, com três tiros. (N4-SN)



Nessa intervenção, a Is (2-3) e o Ap (1) são, hierarquicamente, dependentes. No Ap (1) tem-se o lide da notícia, ou seja, as principais informações acerca o acontecimento noticiado. A Is (2-3) se liga ao Ap (1) através de uma relação interativa de comentário. Na Is (2-3) os atos que a constituem são hierarquicamente dependentes e o As (2) mantém com o Ap (3) uma relação interativa de preparação. As informações veiculadas no Ap (3) são atribuídas à voz da Polícia Militar. Utilizando esse recurso, o jornalista se isenta da informação que é apresentada no Ap (3).

Exemplo 09

(2) Um promotor matou três pessoas da mesma família em um acidente de trânsito na noite de anteontem em Araçatuba (530Km de SP). (3) **De acordo com a polícia**, (4) Wagner Grossi, 42, estava embriagado no momento da colisão. (5) Ele não foi preso. (N7-OT)



Na intervenção representada acima, o Ap (2) e a Is (3-5) são, hierarquicamente, dependentes. A Is (3-5) se relaciona ao Ap (2) através de uma relação interativa de comentário. Na Is (3-5), o As (3) se relaciona à Ip (4-5) através de uma relação interativa de preparação. Ou seja, assim como nos exemplos anteriores, o autor atribui determinadas informações à voz de uma outra pessoa ou entidade. Neste caso, as informações de que o promotor Wagner Grossi estava embriagado no momento da colisão e de que ele não foi preso são ligadas à voz da polícia.

3.1.3 - A relação de argumento

A relação de argumento pode ser marcada por conectores como *porque*, *pois*, *visto que*, *uma vez que*, *devido a*, *se*, *então*, *portanto*, *de modo que*, *assim etc.*

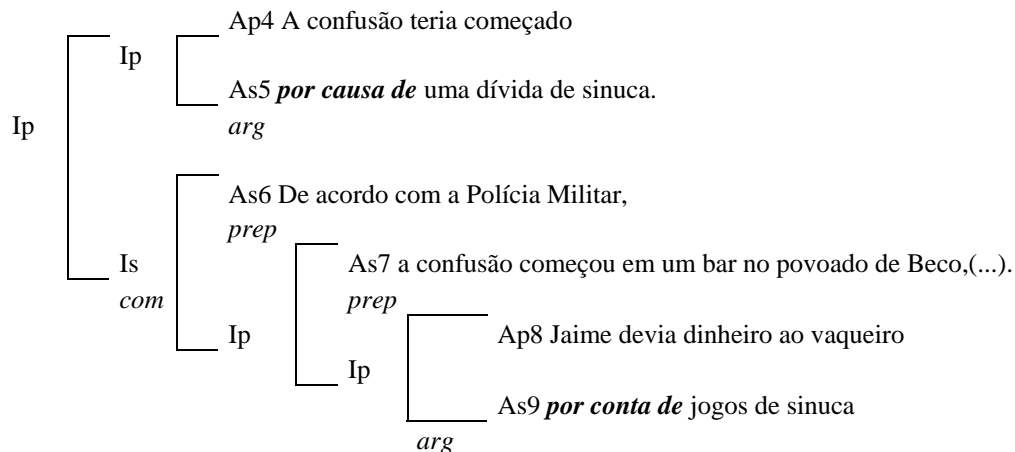
Nos textos do gênero notícia que se referem a assuntos de interesse geral e de menor polêmica, os autores raramente empregam conectores como *pois*, *porque*, *já que*, dentre outros, considerados como marcadores típicos da relação interativa de argumento. Com a descrição da organização relacional dos textos do gênero notícia, o que se percebeu é que os autores fazem maior uso de outros marcadores textuais que servem também para sinalizar a marcação da relação textual de argumento ou optam por apresentar enunciados justapostos, sem qualquer marcação.

A hipótese que levanto para a presença de relações textuais não marcadas pelos conectores é a de que o compromisso com a objetividade faz com que os autores de textos noticiosos busquem não expressar, de forma explícita, as relações que se estabelecem entre os enunciados. Essa hipótese é pautada nas considerações apresentadas por Rossari (2007). Segundo a autora, uma relação discursiva marcada pelo uso de um conector impõe restrições semânticas quanto ao tratamento das informações, e quando se tem uma relação discursiva não marcada, não se tem as mesmas restrições.

Passamos a descrever, agora, alguns exemplos em que se tem a relação textual de argumento.

Exemplo 10

(4) A confusão teria começado (5) **por causa de** uma dívida de sinuca. (6) De acordo com a Polícia Militar, (7) a confusão começou em um bar no povoado de Beco, na Zona rural. (8) Jaime devia dinheiro ao vaqueiro (9) **por conta de** jogos de sinuca. (N8-SN)



Nessa intervenção, as expressões **por causa de** e **por conta de** sinalizam a relação de argumento entre os constituintes por elas articulados.

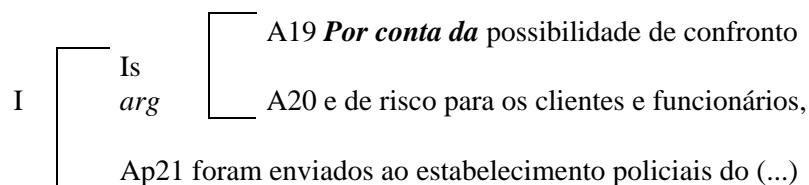
Na primeira intervenção, tem-se o ato subordinado (5), introduzido pela expressão **por causa de**, que se relaciona ao Ap (4) através de uma relação interativa de argumento. Nessa intervenção, o autor diz que a confusão, associada à morte do lavrador Jaime Alves de Almeida Junior, conforme relatado no lide da notícia, teve início devido a uma dívida de sinuca. Ou seja, o autor diz que a causa da morte do lavrador seria uma dívida de sinuca.

Na segunda intervenção, tem-se o ato subordinado (6) que se liga a uma intervenção com estatuto de principal, formada pelos atos (7), (8) e (9). O ato subordinado (7) se liga à Ip (8-9). Nessa intervenção, o ato subordinado (9) se encontra ligado ao ato principal (8) através de uma relação interativa de argumento, marcada pela presença da expressão **por conta de**. O autor afirma que, segundo a polícia militar,

Jaime devia dinheiro ao vaqueiro (suposto assassino), e que a causa dessa dívida seriam os jogos de sinuca.

Exemplo 11

(19) *Por conta da* possibilidade de confronto (20) e de risco para os clientes e funcionários, (21) foram enviados ao estabelecimento policiais do batalhão do Méier, do Batalhão de Choque, das Rondas Ostensivas Nazareth Cerqueira (Ronac) e ainda do Batalhão de Operações Especiais (Bope), especializados em negociações deste tipo – num total de 60 homens. (N2-EM)



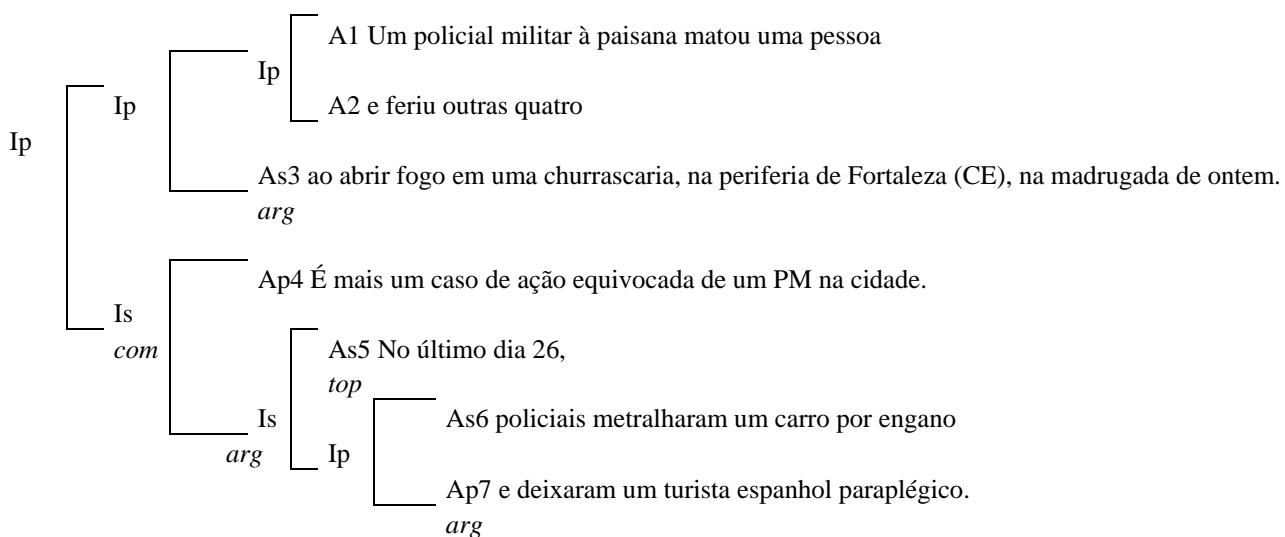
Nesse trecho, a intervenção subordinada composta pelos atos (19) e (20) e o ato principal (21) são, hierarquicamente, dependentes. A relação interativa de argumento que se estabelece entre esses dois constituintes é marcada pela presença da expressão *por conta de*, que encabeça o ato (19). Na Is (19-20), os atos coordenados constituem os dois argumentos que justificam o envio de policiais de diferentes batalhões ao estabelecimento: a possibilidade de confronto e de risco para os clientes. Toda a intervenção funciona como argumento para o ato que se liga a ela, o ato principal (21), no qual o autor diz que policiais do batalhão do Méier, do Batalhão de Choque, das Rondas Ostensivas Nazareth Cerqueira (Ronac) e ainda do Batalhão de Operações Especiais (Bope) foram enviados ao estabelecimento.

Como se pode ver, a presença das locuções adverbiais *por causa de* e *por conta de*, nos exemplos analisados acima, marca uma relação de causa entre os constituintes ligados por essas expressões.

No trecho representado abaixo, tem-se a presença da relação textual de argumento não marcada pelo uso de conectores.

Exemplo 12

(1) Um policial militar à paisana matou uma pessoa (2) e feriu outras quatro (3) ao abrir fogo em uma churrascaria, na periferia de Fortaleza (CE), na madrugada de ontem. (4) É mais um caso de ação equivocada de um PM na cidade. (5) No último dia 26, (6) policiais metralharam um carro por engano (7) e deixaram um turista espanhol paraplégico. (N1-FSP)



Conforme a interpretação desse trecho, o qual foi extraído de uma notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, a intervenção principal constituída pelos atos (1-3) se relaciona à intervenção subordinada (4-7) através de uma relação textual de comentário.

Na Ip (1-3), o ato subordinado (3) se liga à Ip (1-2) através de uma relação textual de argumento. Entre esses dois constituintes, não foi empregado nenhum

conector, visto que o autor fez a opção pela oração reduzida de infinitivo. Na Is (4-7), o ato principal (4) representa a informação principal dessa intervenção, e se encontra ligado à Is (5-7) através de uma relação textual que considero argumentativa. Entre esses dois constituintes poderia ser inserido um conector como o *porque*, que marca esse tipo de relação interativa.

Para determinar a relação interativa entre o ato principal (4) e a Is (5-7), além das informações de natureza lingüística e hierárquica, é preciso lançar mão de um terceiro componente discursivo, o situacional.

De acordo com o Modelo de Análise Modular, como visto anteriormente, é possível computar a relação interativa específica entre dois constituintes usando-se um simples modelo de inferência que liga premissas a uma conclusão, como exposto abaixo:

Premissa 1	Informação lingüística enriquecida	O autor afirma que é mais um caso de ação equivocada de um PM na cidade.
Premissa 2	Informação lingüística enriquecida	O autor diz que policiais metralharam um carro por engano.
Premissa 3	Informação lingüística enriquecida	O autor diz que os policiais deixaram um turista espanhol paraplégico.
Premissa 4	Informação referencial	O fato de um policial metralhar um carro por engano e deixar um turista paraplégico mostra que um policial cometeu uma ação equivocada.
Premissa 5	Interpretação	O autor diz que a PM cometeu mais uma ação equivocada, <i>porque</i> , no último dia 26, um PM metralhou um carro por engano e deixou um turista paraplégico.

A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero notícia que tratavam do acidente causado pelo promotor Wagner Grossi, acontecimento que causa maior comoção nos leitores, revelou maior recorrência da marcação da relação textual de argumento. Passo agora a descrever alguns trechos em que se observa a presença dessa relação textual marcada pela presença de conectores.

Exemplo 13

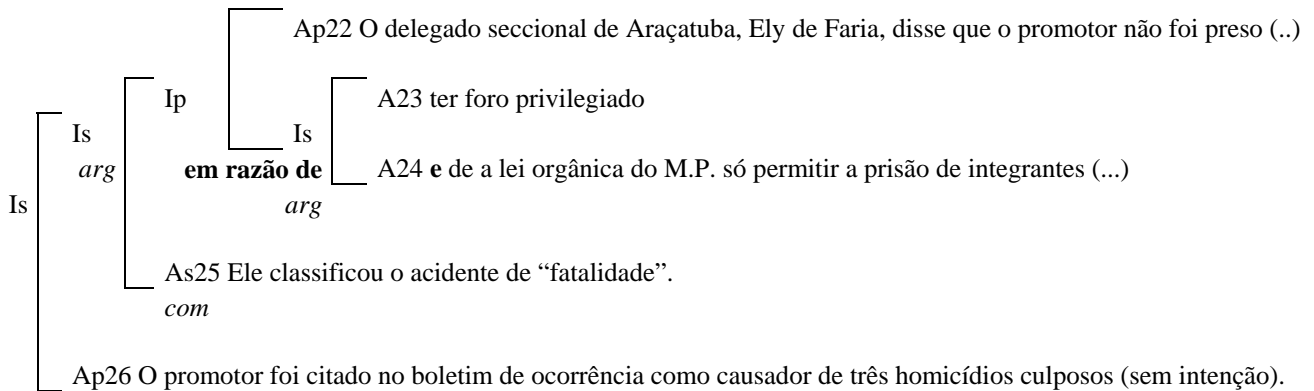
(27) O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, afirmou que o promotor não foi preso (28) *porque* o delegado entendeu que era crime culposo. (N5-FSP)

Ip $\left[\begin{array}{l} \text{Ap27 O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, afirmou que o promotor não foi preso} \\ \text{As28 } \mathbf{porque} \text{ o delegado entendeu que era crime culposo.} \\ \text{arg} \end{array} \right.$

Nessa configuração hierárquica, o ato (27) traz a principal informação da intervenção, a de que o promotor de justiça não foi preso. Esse ato se liga ao ato subordinado (28) através de uma relação interativa de argumento, marcada pela presença do conector *porque*. Nesse ato, o autor justifica a informação anterior, pois afirma que o delegado entendeu que o crime cometido pelo promotor é culposo.

Exemplo 14

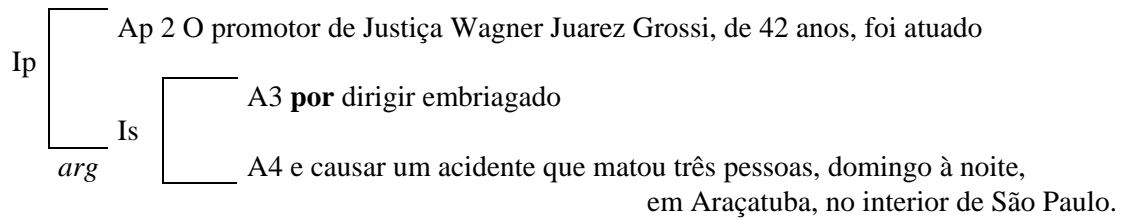
(22) O delegado seccional de Araçatuba, Ely de Faria, disse que o promotor não foi preso em flagrante (23) **em razão de** ter foro privilegiado (24) e de a lei orgânica do Ministério Público só permitir a prisão de integrantes do órgão em caso de crimes inafiançáveis. (25) Ele classificou o acidente de “fatalidade”. (N5-FSP)



A intervenção acima pode ser descrita da seguinte maneira: a intervenção é formada por dois constituintes que mantêm entre si uma relação de dependência: a Is (22-25) e ao Ap (26). Na intervenção subordinada, tem-se dois constituintes hierarquicamente dependentes, a Ip (22-24) e o As (25), os quais se encontram ligados por uma relação interativa de comentário. Na Ip (22-24), tem-se o Ap (22) e a Is (23-24), ligados por uma relação interativa de argumento. A expressão *em razão de* que encabeça o ato (23) atua sobre a intervenção (23-24), e não apenas sobre o ato que ela introduz. A intervenção composta por esses dois atos (23-24) justifica o que se disse no constituinte imediatamente anterior à intervenção em que se encontram. Ou seja, os dois atos apresentam duas causas distintas para o fato de promotor de justiça não ter sido preso em flagrante: (1) ele possui foro privilegiado; (2) a lei orgânica do Ministério Público só permite a prisão de integrantes do órgão em caso de crimes inafiançáveis.

Exemplo 15

(2) O promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, foi atuado (3) *por* dirigir embriagado (4) e causar um acidente que matou três pessoas, domingo à noite, em Araçatuba, no interior de São Paulo. (A3-OT)

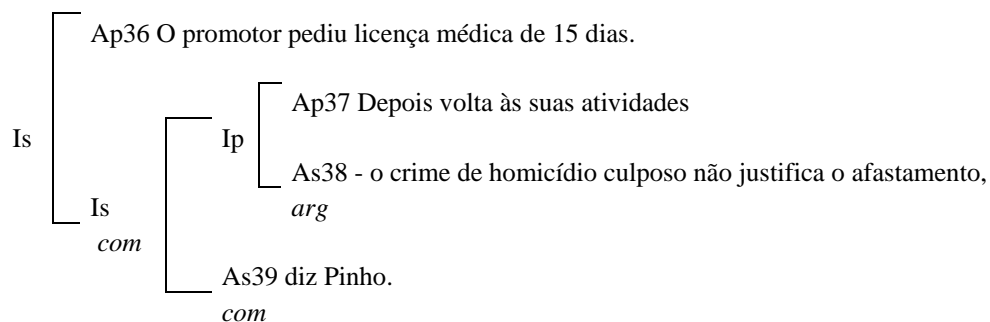


A descrição da forma de organização relacional desse trecho evidencia que a preposição *por* e o conector *e* introduzem os atos que servem como argumento para o que se afirma no constituinte anterior. Ou seja, o promotor de justiça Wagner Grossi foi atuado por dois motivos: (1) por dirigir embriagado; (2) e por causar um acidente que matou três pessoas de uma mesma família.

Os textos referentes ao acidente causado pelo promotor Wagner Grossi apresentaram maior emprego de conectores que marcam a relação textual de argumento. Entretanto, foram encontrados também enunciados justapostos, sem qualquer marcação, como mostra a estrutura hierárquico relacional proposta para o trecho abaixo:

Exemplo 16

(36) O promotor pediu licença médica de 15 dias. (37) Depois volta às suas atividades – (38) o crime de homicídio culposo não justifica o afastamento, (39) diz Pinho. (N5-FSP)



Na intervenção representada acima, o ato principal (36) se liga à intervenção subordinada através de uma relação interativa de comentário. Nessa intervenção, tem-se os atos (37) e (38) que constituem a uma intervenção com estatuto de principal, a qual, por sua vez, se liga ao ato subordinado (39) através de uma relação interativa de comentário. Entre os atos (37) e (38), a relação de argumento é suficientemente evidente, e por isso dispensa a presença de um conector do tipo *porque*. Se inserirmos esse conector, teremos a seguinte paráfrase para o trecho em análise: “(36) O promotor pediu licença médica de 15 dias. (37) Depois volta às suas atividades – (38) *porque* o crime de homicídio culposo não justifica o afastamento, (39) diz Pinho.”.

O cálculo inferencial que conduz à interpretação da relação interativa de argumento que se estabelece entre os atos (37) e (38) é apresentado no quadro abaixo:

Premissa 1	Informação lingüística enriquecida	O autor afirma que o promotor pediu licença médica de 15 dias.
Premissa 2	Informação lingüística enriquecida	O autor diz que depois o promotor volta às suas atividades.
Premissa 3	Informação lingüística enriquecida	O autor diz que o crime de homicídio culposo não justifica o afastamento.
Premissa 4	Informação referencial	Um crime de homicídio culposo não é visto como uma justificativa para o afastamento de um promotor de justiça.
Premissa 5	Interpretação	O autor diz que o promotor deverá voltar às suas atividades depois de 15 dias, <i>porque</i> o crime de homicídio culposo não justifica o seu afastamento.

Nesse trecho, como o percurso inferencial permite determinar, a inserção de um conector como o *porque* sinaliza a relação de argumento do tipo justificação entre os atos (37) e (38). Ou seja, o autor afirma que o promotor voltará às suas atividades, baseando-se no argumento de que um crime de homicídio culposo não justifica o seu afastamento.

3.1.4 - A relação de contra-argumento

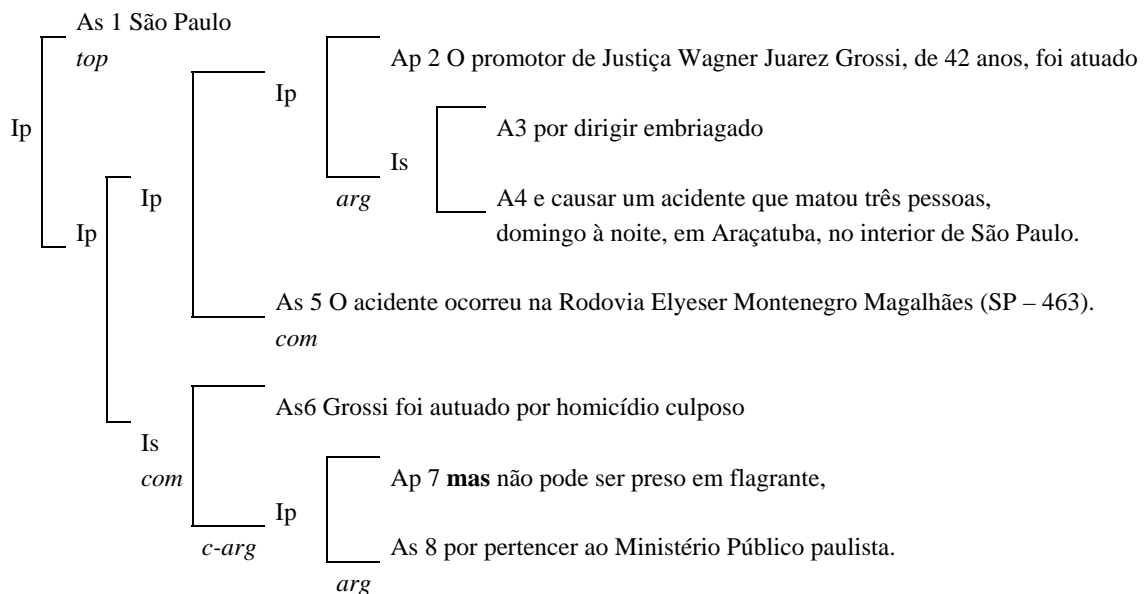
A relação de contra-argumento é, geralmente, sinalizada por conectores como o *mas, porém, entretanto*, dentre outros.

Grande número das relações textuais de contra-argumento presentes nos textos que tratam do acidente causado pelo promotor de justiça Wagner Grossi, encontram-se marcadas pelo uso de conectores. Como já dito, uma das hipóteses levantadas para se explicar a presença de relações textuais marcadas nas notícias analisadas está associada à pauta do texto. As notícias que tratam de um acontecimento que gera maior polêmica parecem ser mais propícias à marcação das relações textuais, já que, nestes casos, o autor tende a apresentar menor distanciamento crítico em seu relato sobre o fato noticiado.

Nos exemplos que passo a apresentar, observa-se a presença de conectores como o *mas, porém, no entanto, contudo*, os quais atuam na marcação da relação de contra-argumento que se estabelece entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva dos interlocutores.

Exemplo 17

(1) São Paulo – (2) O promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, foi atuado (3) por dirigir embriagado (4) e causar um acidente que matou três pessoas, domingo à noite, em Araçatuba, no interior de São Paulo. (5) O acidente ocorreu na Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães (SP-463). (6) Grossi foi autuado por homicídio culposo, (7) *mas* não pode ser preso em flagrante, (8) por pertencer ao Ministério Público paulista. (N5-FSP)



A intervenção representada acima pode ser explicada da seguinte forma: o As (1) encabeça toda a Ip (2-8), pois nele é citado onde é que ocorreu o fato noticiado, em São Paulo. A relação textual que se estabelece entre o As (1) e a intervenção ligada a ele é a de topicalização. A Ip (2-8) é formada por duas intervenções hierarquicamente dependentes: a Ip (2-5) e a Is (6-8). A Ip (2-5) foi considerada como principal porque nela se encontra o lide da notícia. Essa intervenção é formada de pela Ip (2-4) e pelo As (5), os quais se encontram relacionados através da relação textual de comentário. Na

intervenção formada pelos atos (2), (3) e (4), o autor indica o que ocorreu, quem estava envolvido, quando e onde ocorreu o fato. O Ap (2) traz a informação de que o promotor Wagner Grossi foi autuado. Esse ato se liga à intervenção formada pelos atos (3) e (4), considerada como subordinada. A relação textual que se estabelece entre o Ap (2) e a Is (3-4) é a de argumento. Nessa intervenção, os atos (3) e (4) são considerados como independentes entre si, ou seja, hierarquicamente eles são coordenados. As duas informações presentes nesses atos são argumentos distintos que servem para embasar o que se disse no Ap (2). Nessa intervenção, o autor diz que o promotor Wagner Grossi foi autuado porque dirigiu embriagado e porque matou três pessoas no domingo à noite em Araçatuba, São Paulo. A Ip (2-8) se liga à Is (6-8). Hierarquicamente, essas duas intervenções são dependentes. Interpretamos que elas se encontram relacionadas através de uma relação textual de comentário, tendo em vista que a Is (6-8) não apresenta a informação principal desse trecho, mas sim, uma avaliação que o autor faz em relação ao que foi dito na intervenção anterior. Essa intervenção é formada pelo ato (6) e pela intervenção (7-8). Esses dois constituintes são dependentes entre si. A Ip (7-8) se relaciona ao As (6) através de uma relação textual de contra-argumento, marcada pela presença do conector **mas**, o qual introduz o Ap (7).

No As (6), o autor afirma que o promotor Wagner Grossi foi autuado por homicídio culposo. Ao ler essa informação e acessar seus conhecimentos de mundo, o leitor pode chegar à conclusão de que o promotor seria preso em flagrante. Entretanto, essa conclusão não é confirmada quando se faz a leitura das informações presentes na intervenção posterior a esse ato. Na Ip (7-8), o ato introduzido pelo conector **mas** veicula a informação de que o promotor não foi preso em flagrante.

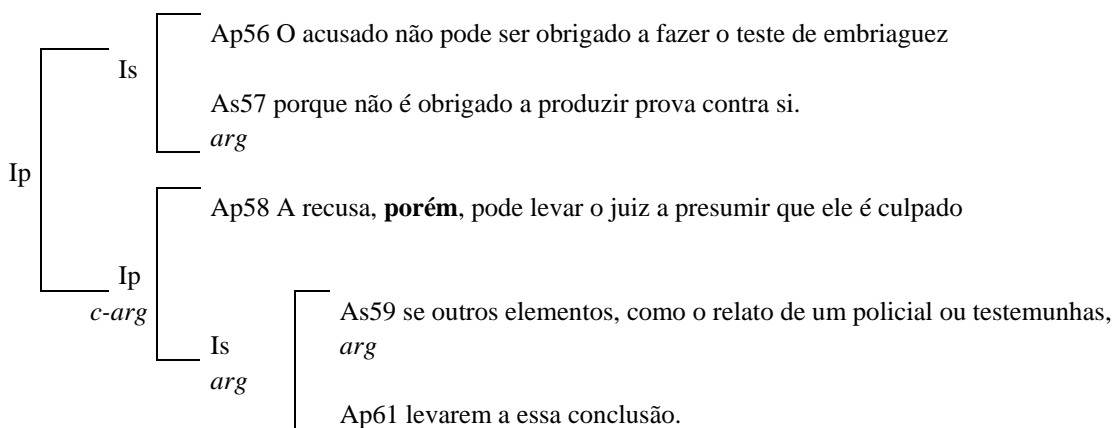
Na Semântica Argumentativa, Ducrot e Anscombe (1980) apresentam uma análise sobre o funcionamento do operador **mas**. Para os autores, em uma estrutura do

tipo **p mas q**, não há uma contraposição entre **p** e **q**, mas sim entre as conclusões decorrentes dessas preposições, sendo que a conclusão de **q** tem um peso argumentativo maior que a conclusão decorrente de **p**.

Nesse exemplo abordado, o conector **mas** marca a oposição não entre o ato (6) e a intervenção (7-8), mas sim entre as conclusões feitas pelo leitor a partir da leitura de cada um desses constituintes, como apontado acima.

Exemplo 18

(56) O acusado não pode ser obrigado a fazer o teste de embriaguez (57) porque não é obrigado a produzir prova contra si. (58) A recusa, **porém**, pode levar o juiz a presumir que ele é culpado (59) se outros elementos, (60) como o relato de um policial ou testemunhas, (61) levarem a essa conclusão. (N5-FSP)



Nessa intervenção, a presença do conector **porém** no interior do ato (58) marca a relação textual de contra-argumento entre as duas intervenções que compõem a Ip (56-61). Nessa seqüência do texto (N5-FSP), o autor discute sobre o fato de o promotor Wagner Grossi ter se recusado a realizar o teste de embriaguez, apesar de ter causado a morte de três pessoas em um acidente de trânsito.

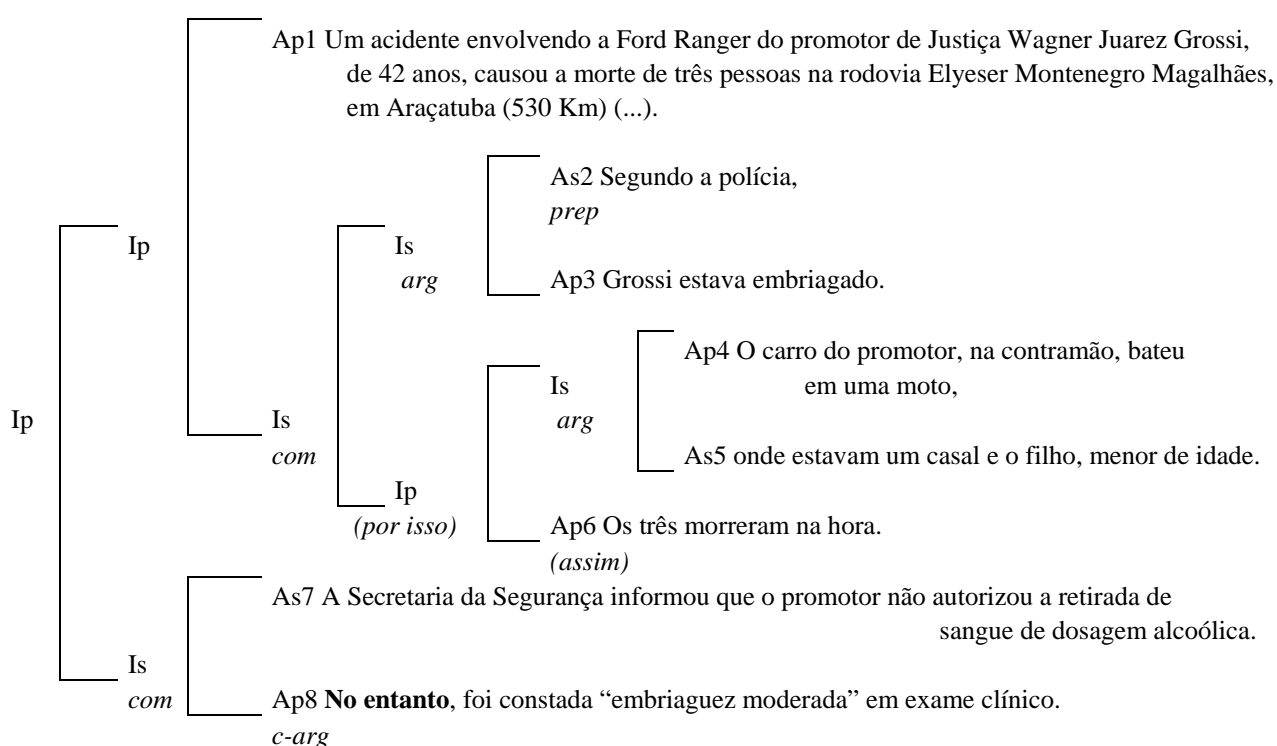
Essa intervenção é composta por dois constituintes: a intervenção (56-57) e a intervenção (58-61). A primeira intervenção é composta pelos atos (56) e (57), ligados por uma relação interativa de argumento, marcada pela presença do conector *porque*, que introduz o ato (57). No Ap (56), tem-se a informação de que o promotor não é obrigado a realizar o teste de embriaguez, e no As (57) o autor justifica essa informação, visto que ele afirma que o promotor não é obrigado a produzir prova contra si. Na intervenção (58-61), tem-se o ato (58), considerado como principal constituinte da intervenção na qual se encontra, que se liga à Is (59-61) através de uma relação interativa de argumento. Conforme a leitura que faço para esse trecho, a Is (59-61) traz os argumentos que embasam o que se disse no ato que a precede. Ou seja, no Ap (58), o autor diz que a recusa do promotor para realizar o teste de embriaguez pode levar o juiz a presumir que ele seria culpado pelo acidente. Na Is (59-61), o jornalista diz que isso pode ocorrer se houver elementos, como o relato de um policial ou de uma testemunha, que possam levar o juiz à conclusão de que o promotor é culpado.

A relação de contra-argumento presente nesse trecho do texto se dá entre as conclusões que são retiradas a partir da leitura da Is (56-57) e a do Ap (58). A conclusão a que se chega quando o autor diz que o acusado não é obrigado a realizar o teste de embriaguez, porque não é obrigado a produzir prova contra si, é a de que a recusa do promotor não acarretará nenhuma consequência. Entretanto, essa conclusão não é mantida quando se faz a leitura do Ap (58), já que, nesse ato, o autor afirma que a recusa do promotor pode levar o juiz a presumir que ele é culpado.

Exemplo 19

(1) Um acidente envolvendo a Ford Ranger do promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, causou a morte de três pessoas na rodovia Elyeser Montenegro

Magalhães, em Araçatuba (530 Km) a noroeste de São Paulo. (2) Segundo a polícia, (3) Grossi estava embriagado. (4) O carro do promotor, na contramão, bateu em uma moto (5) onde estavam um casal e o filho, menor de idade. (6) Os três morreram na hora. (7) A Secretaria da Segurança informou que o promotor não autorizou a retirada de sangue de dosagem alcoólica. (8) **No entanto**, foi constada “embriaguez moderada” em exame clínico. (N8-SN)



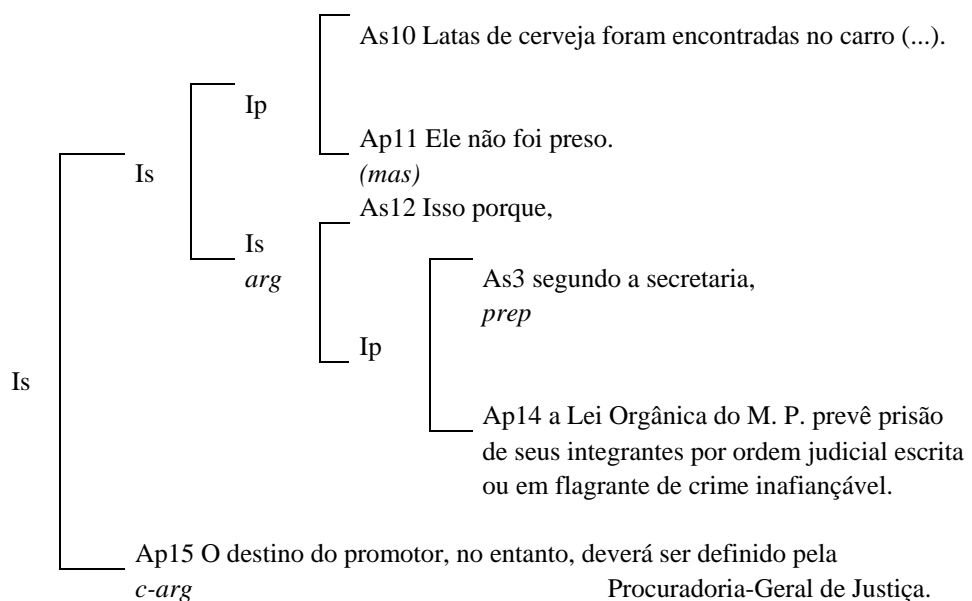
A estrutura hierárquico-relacional que representa esse trecho pode ser descrita da seguinte maneira: tem-se uma intervenção com estatuto de principal, formada pelos atos (1) a (6) que se liga a uma intervenção com estatuto de subordinada, a qual é formada pelos atos (7) e (8). Hierarquicamente, essas duas intervenções mantêm entre si uma relação de dependência. A existência da Is (7-8) depende da existência da Ip (1-6). A relação textual interativa que se estabelece entre essas duas intervenções é a de comentário, tendo em vista que as informações apresentadas no constituinte

subordinado representam o relato da polícia acerca do acontecimento noticiado. A Ip (1-6) pode ser assim descrita: o ato (1) se encontra ligado à intervenção formada pelos atos (2) a (6). Segundo minhas hipóteses interpretativas, esses dois constituintes textuais mantêm entre si uma relação de dependência. Pelo critério de supressão, o ato (1) não pode ser retirado do texto, uma vez que ele veicula o lide da notícia. Entre o Ap (1) e a Is (2-6) estabelece-se uma relação de comentário. A Is (2-6) é constituída por duas intervenções: a Is (2-3) e a Ip (4-6). Na Is (2-3), os dois atos que a constituem são dependentes, o Ap (3) é que veicula a principal informação dessa intervenção, e o As (2) mantém com o Ap (3) uma relação textual interativa de preparação. A Ip (4-6) é formada pela Is (4-5) e pelo Ap (6), os quais são, hierarquicamente, dependentes. A intervenção (4-5) se relaciona com o ato (6) através da relação textual interativa de argumento, visto que nela estão contidas as informações que mostram por que os ocupantes da moto morreram. Na Is (7-8), pode-se dizer que há uma relação de dependência entre os atos que a constituem. Nessa intervenção, o Ap (8) mantém uma relação textual interativa de contra-argumento com o As (7), no qual o autor diz que, segundo a Secretaria de Segurança, o promotor não havia autorizado a retirada de sangue para dosagem alcoólica. E no Ap (8), o autor afirma que foi constatada “embriaguez moderada” em exame clínico.

Ao ler que o promotor se recusou a retirar sangue para fazer exame de dosagem alcoólica, infere-se que não seria possível constatar se o promotor estava, ou não, embriagado. Entretanto, essa inferência não é mantida no decorrer da leitura, pois o autor afirma que, mesmo que o promotor não tenha autorizado a retirada de sangue para o exame de dosagem alcoólica, um exame clínico constatou “embriaguez moderada”.

Exemplo 20

(10) Latas de cerveja foram encontradas no carro de Grossi. (11) Ele não foi preso. (12) Isso porque, (13) segundo a secretaria, (14) a Lei Orgânica do Ministério Público prevê prisão de seus integrantes por ordem judicial escrita ou em flagrante de crime inafiançável. (15) O destino do promotor, **no entanto**, deverá ser definido pela Procuradoria-Geral de Justiça. (N8-SN)



Nesse trecho, tem-se uma intervenção com estatuto de subordinada, formada pelos atos (10) a (14), que se liga ao Ap (15). Entre esses dois constituintes estabelece-se uma relação textual de contra-argumento. Na Is (10-14), tem-se a Ip (10-11) e a Is (12-14), as quais foram consideradas como dependentes. A Is (12-14) se encontra ligada à Ip (10-11) através de uma relação textual de argumento. Na Is (10-11), os atos que a constituem são, hierarquicamente, dependentes. Segundo a nossa interpretação, o Ap (11) mantém com o As (10) uma relação interativa de contra-argumento, já que, neste caso, poderíamos inserir no ato (11) um conector que expressa a idéia de oposição.

A determinação da relação específica presente entre os atos (10) e (11) é representada através do cálculo inferencial que conduz a essa interpretação:

Premissa 1	Informação lingüística enriquecida	O autor afirma que latas de cerveja foram encontradas no carro do promotor Wagner Grossi.
Premissa 2	Informação lingüística enriquecida	O autor diz que Wagner Grossi não foi preso.
Premissa 3	Informação referencial	Quando um condutor de veículo apresenta sinais de embriaguez, ele é preso.
Premissa 4	Interpretação	Latas de cerveja foram encontradas no carro de Grossi. <i>Mas</i> , ele não foi preso.

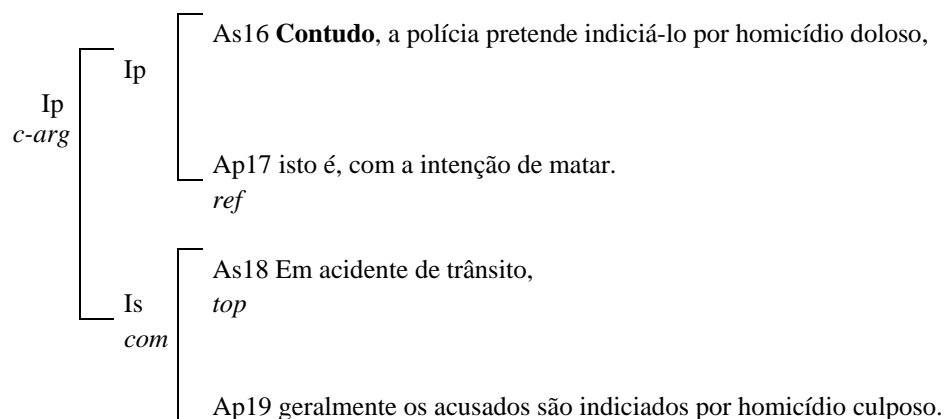
Nesse trecho, como o percurso inferencial permite determinar, a relação existente é de contra-argumento. Quando temos acesso à informação de que havia latas de cerveja no carro do promotor, inferimos que esta seria uma prova para se proceder à prisão de Wagner Grossi. Entretanto, essa conclusão não é mantida quando se faz a leitura do enunciado subsequente, em que o autor afirma que o promotor não foi preso.

Na Is (12-14), são apresentados os argumentos que indicam por que o promotor não foi preso. Essa intervenção é constituída pelo As (12) e pela Ip (13-14). Nessa intervenção, o autor diz que, segundo a Secretaria da Segurança, a Lei Orgânica do Ministério Público prevê a prisão de seus integrantes apenas por ordem judicial escrita ou em flagrante de crimes inafiançáveis. Finalmente, tem-se o Ap (5), que mantém com essa intervenção uma relação interativa de contra-argumento, sinalizada pelo conector *entretanto*, que aparece em seu interior. Nesse ato textual, o autor aponta que o destino do promotor será definido pela Procuradoria Geral de Justiça.

Quando se tem acesso à informação de que a Lei Orgânica do Ministério Público não permite a prisão do promotor, possivelmente o leitor poderia chegar à conclusão de que nada aconteceria a Wagner Grossi. Entretanto, o autor deixa claro que isso não ocorrerá, uma vez que ele afirma que o destino do promotor ainda será definido pela Procuradoria Geral de Justiça. Neste caso, a oposição ocorre entre a informação acessada a partir da leitura do Ap (15) e a informação ativada na memória discursiva do leitor, a qual tem origem no constituinte imediatamente anterior, ou seja, na Is (10-14).

Exemplo 21

(16) **Contudo**, a polícia pretende indiciá-lo por homicídio doloso, (17) isto é, com a intenção de matar. (18) Em acidente de trânsito, (19) geralmente os acusados são indiciados por homicídio culposos. (N8-SN)



Nesse trecho representado, a Ip (16-19) e a Is (10-15) são hierarquicamente dependentes. Como já descrito acima, na Is (10-15), que antecede toda a intervenção representada acima, o autor diz que o promotor Wagner Grossi não foi preso, mas que seu destino ainda seria definido pela Procuradoria Geral de Justiça. Entre a Ip (16-19) e

a Is (10-15) tem-se uma relação textual interativa de contra-argumento, sinalizada pelo conector *contudo*, que encabeça o Ap (16).

A Ip (16-19) é formada por duas intervenções: a Ip (16-17) e a Is (18-19), as quais são hierarquicamente dependentes. A Is (18-19) se liga à Ip (16-17) através da relação textual de comentário. Na Ip (16-17), tem-se a principal informação dessa intervenção, a de que a polícia pretende indiciar o promotor de justiça por homicídio doloso. Essa informação, por sua vez, se opõe à informação presente em um constituinte que a antecede, na qual o autor diz que o promotor não foi preso e que a Procuradoria Geral de Justiça ainda decidirá seu destino.

Quando se tem um conector de oposição, as inferências produzidas a partir das informações apresentadas no constituinte anterior dão lugar às inferências que serão produzidas a partir da leitura do enunciado introduzido por ele. Neste exemplo analisado, as informações ativadas a partir da leitura do constituinte que antecede essa intervenção são anuladas em função da informação que se apresenta na Ip (16-17).

3.1.5 - Considerações parciais

Com a descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero notícia, foi possível elucidar um importante aspecto da organização discursiva desses textos, ou seja, como se dá a marcação de algumas relações textuais. Essa análise nos permite, então, pontuar algumas peculiaridades que devem ser destacadas nas aulas de Língua Portuguesa.

Quanto à relação textual de topicalização, cabe salientar que o estudo dos adjuntos adverbiais não deve se restringir à classificação dos termos que compõem as

orações, como é bastante comum em estudos pautados na gramática tradicional. É importante que o professor mostre aos seus alunos que os diferentes termos de uma oração propostos pela gramática possuem diferentes funções não só na organização das sentenças, mas também no âmbito textual. Uma das formas de se propor esse tipo de reflexão é levar o aluno a refletir sobre o papel desempenhado pelos adjuntos adverbiais deslocados à esquerda na construção dos textos do gênero notícia.

Quanto à relação textual de preparação, o que se pode perceber é que os jornalistas, freqüentemente, atribuem as informações expostas à voz de uma outra pessoa. Assim, é importante que o emprego de declarações textuais nos textos do gênero seja enfatizado nas aulas de Língua Portuguesa. É necessário que o professor leve o aluno a discutir e a perceber o efeito desse recurso tanto na leitura quanto na produção de textos, visto que a inserção de declarações textuais feitas por outras pessoas pode assegurar maior credibilidade quanto à veracidade das informações.

Quanto às relações textuais de argumento e de contra-argumento, cabe destacar que nem todos os textos de um mesmo gênero são propícios à marcação desses dois tipos de relação. O que se pode pontuar é que a marcação desses dois tipos de relação textual pode estar associado ao fato que é relatado na notícia. Quando se trata de um fato de interesse geral que tende a gerar menor polêmica, os autores das notícias optam por construir enunciados justapostos, sem a presença dos conectores, buscando a objetividade no tratamento das informações apresentadas. Quando se trata de um fato que tende a gerar maior polêmica, como é o caso do acidente causado por um promotor de justiça que dirigia embriagado, percebe-se que os autores apresentam as informações de uma forma mais subjetiva, por isso tendem a apresentar os enunciados marcados pelos conectores que explicitam a relação de argumento ou contra-argumento.

3.2 - A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero *artigo de opinião*

Neste item, passamos a apresentar a descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero artigo de opinião. Assim como foi feito no item anterior, focalizamos alguns trechos para expor as análises de alguns tipos de relações textuais.

3.2.1- A relação de topicalização

A descrição da forma de organização relacional dos textos do gênero artigo de opinião apontou que, nesse gênero, a relação textual interativa de topicalização é bastante freqüente entre os constituintes textuais.

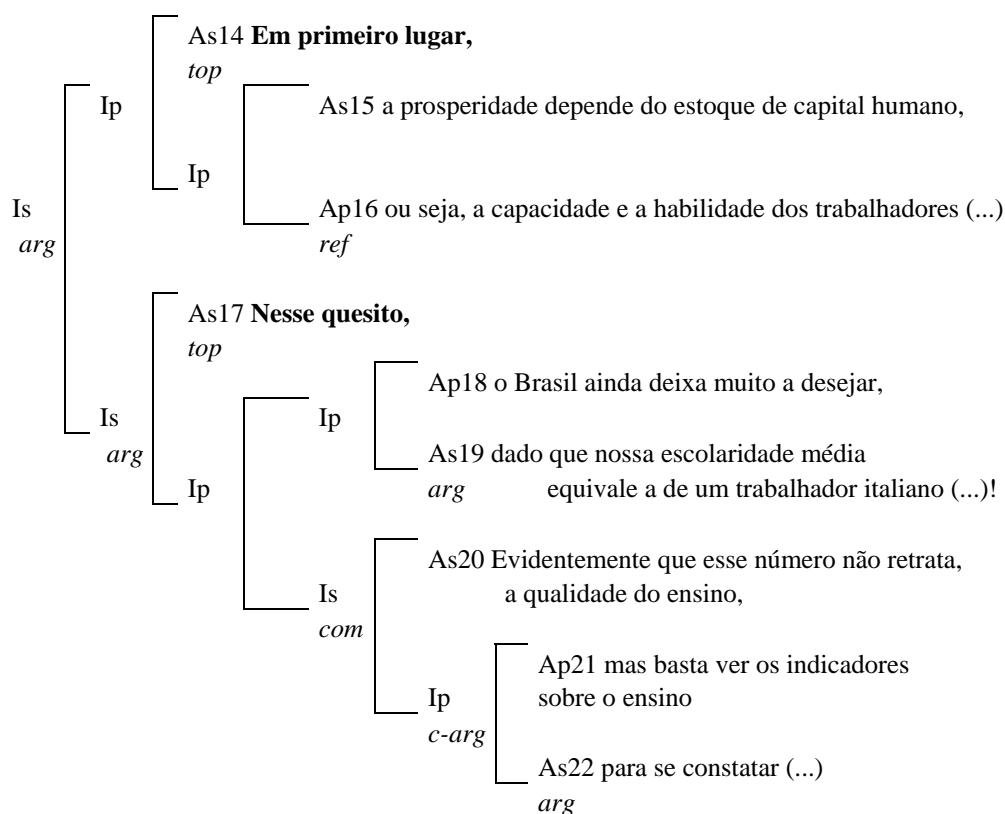
Nos textos do gênero artigo de opinião, a relação de topicalização é marcada principalmente pelo deslocamento sintático à esquerda. Esse deslocamento é geralmente constituído por alguns articuladores textuais, que têm como função organizar uma seqüência de fragmentos complementares ou introduzir um tópico.

Koch (2006) assinala que os articuladores textuais são recursos lingüísticos que atuam no encadeamento de segmentos textuais (períodos, parágrafos, seqüências textuais, etc). De acordo com a autora, alguns articuladores textuais atuam na organização textual como marcadores de integração linear, e sua função é “estruturar a linearidade do texto, organizando-o em uma sucessão de fragmentos complementares que facilitam o tratamento interpretativo.” (Koch, 2006, p. 135)

Nos exemplos que apresento a seguir, procuro mostrar como se dá a marcação da relação textual de topicalização nos textos do gênero artigo de opinião aqui analisados.

Exemplo 22

(14) **Em primeiro lugar**, (15) a prosperidade depende do estoque de capital humano, (16) ou seja, a capacidade e a habilidade dos trabalhadores em “fazer mais com menos”. (17) **Nesse quesito**, (18) o Brasil ainda deixa muito a desejar, (19) dado que nossa escolaridade média equivale a de um trabalhador italiano da década de 70! (20) Evidentemente que esse número não retrata a qualidade do ensino, (21) mas basta ver os indicadores sobre o ensino (22) para se constatar as razões pelas quais o aluno brasileiro não ocupa posição de destaque nas comparações internacionais. (A2-EM)



A estrutura hierárquico-relacional proposta para essa intervenção permite que se visualize como os articuladores em negrito atuam na organização textual. No trecho representado na Figura acima, tem-se duas intervenções dependentes, a Ip (14-16) e a Is (17-22), que são relacionadas através de uma relação textual interativa de argumento.

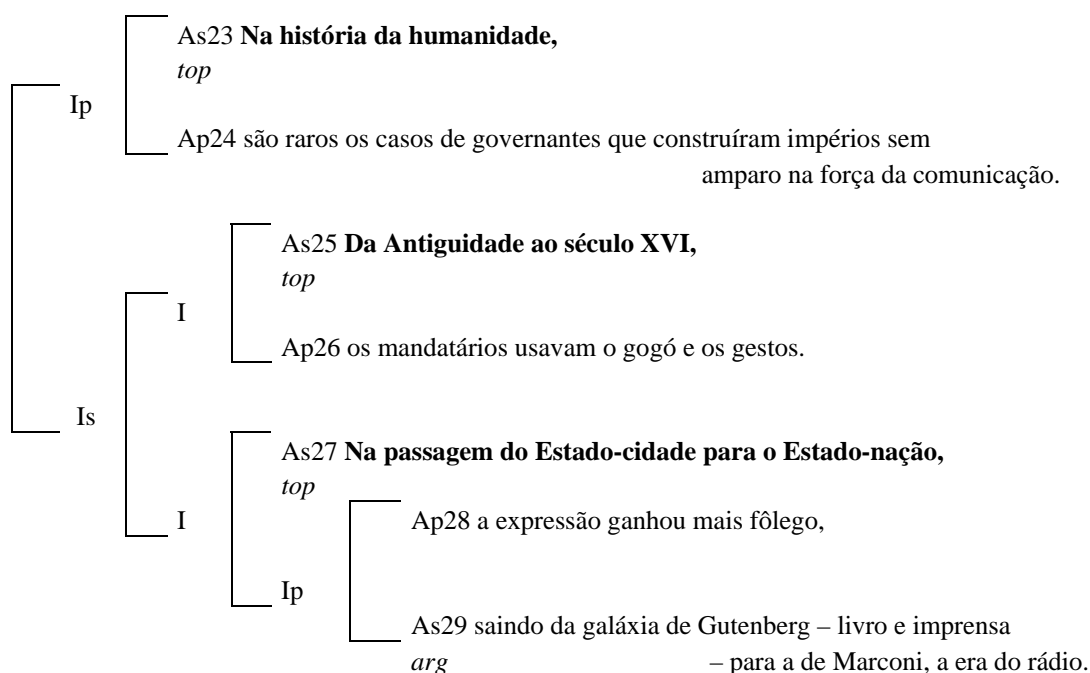
Na primeira intervenção, composta pelos atos (14-16), o ato subordinado (14) se liga à intervenção (15-16) por uma relação textual de topicalização. Nesse trecho, o autor busca justificar a afirmação feita em um constituinte anterior, a de que a história de nosso país, assim como a de outros, já demonstrou que o processo de crescimento econômico depende de outros fatores para ser chamado de sustentável. Para garantir a organização de seus argumentos, o autor emprega o termo *em primeiro lugar*. De acordo com Koch (2006), os marcadores como *em primeiro lugar, primeiro, primeiramente, depois, em seguida*, dentre outros, estabelecem uma seqüência para as informações mobilizadas no texto e contribuem para o processo de interpretação do leitor.

A intervenção (15-16) é composta por dois atos dependentes. O ato (16) se liga ao ato (15) por uma relação interativa de reformulação, marcada pela presença da expressão, ou seja, que introduz o ato (17). Nesse trecho, o autor cita que a prosperidade depende do estoque de capital humano, ou seja, da capacidade e da habilidade dos trabalhadores de “fazer mais com menos.” Após essa intervenção, tem-se a Is (17-22), na qual o autor afirma que o Brasil ainda deixa muito a desejar, já que a escolaridade média do brasileiro equivale a de um trabalhador italiano da década de 70. Nessa intervenção, o ato subordinado (17) se liga à Ip (18-22) através da relação interativa de topicalização, marcada pela presença da expressão *nesse quesito*. Nesse exemplo, o articulador textual nesse quesito explicita o âmbito dentro do qual o conteúdo da

intervenção (18-22) se verifica. Na Ip (18-22), tem-se ainda duas intervenções encaixadas: a Ip (18-19) e a Is (20-22).

Exemplo 23

(23) **Na história da humanidade**, (24) são raros os casos de governantes que construíram impérios sem amparo na força da comunicação. (25) **Da Antiguidade ao século XVI**, (26) os mandatários usavam o gogó e os gestos. (27) **Na passagem do Estado-cidade para o Estado-nação**, (28) a expressão ganhou mais fôlego, (29) saindo da galáxia de Gutenberg – livro e imprensa – para a de Marconi, a era do rádio. (A3-OT)



Nessa figura, os atos que estão em negrito (23), (25) e (27) encabeçam as três intervenções representadas nessa intervenção. Neste trecho, o autor discute sobre a importância da comunicação para os governantes e destaca como a comunicação foi utilizada em diferentes períodos. Primeiramente, o autor se refere, de modo geral, à

importância da comunicação para os governantes na história da humanidade, conforme espelha a Ip (23-24). Para embasar o que disse, o autor traz, em seguida, exemplos de diferentes épocas, em uma intervenção subordinada que se liga à Ip (23-24) através de uma relação interativa de argumento. Nessa intervenção subordinada, o autor cita como a comunicação era utilizada “Da antiguidade ao século XVI”, conforme As (25); e “Na passagem do Estado-cidade para o Estado-nação”, conforme As (27). A função desses dois atos é introduzir o tópico do conteúdo tratado nas intervenções que se encontram relacionadas a eles.

Para que se organizem as idéias que serão apresentadas em um texto, o autor lança mão de diferentes recursos lingüísticos que contribuem para a articulação das informações mobilizadas em um texto. Quando o autor do texto (A3-OT) utiliza, por exemplo, as expressões (25) *Da Antiguidade ao século XVI* e (27) *Na passagem do Estado-cidade para o Estado-nação*, ele evidencia para o leitor que, no decorrer da história, a comunicação exerceu diferentes funções para os governadores.

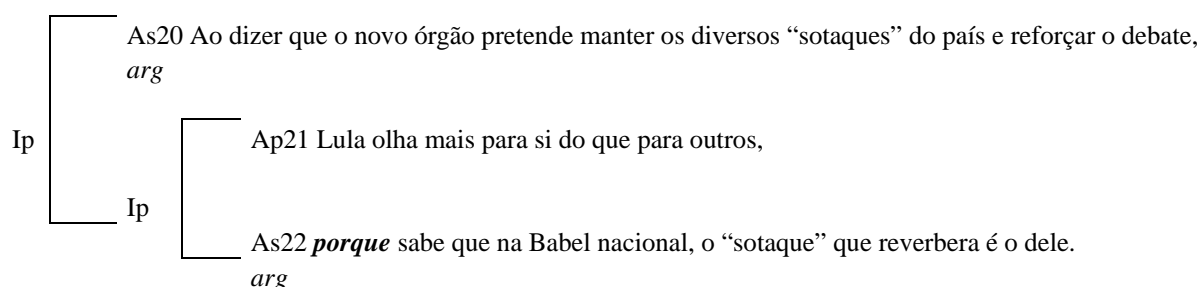
3.2.2 - A relação de argumento

Como já dito anteriormente, o artigo de opinião é um gênero bastante propício à exposição do ponto de vista do autor, tendo em vista que o seu objetivo é convencer o leitor acerca de uma determinada idéia. Na descrição da organização relacional dos textos desse gênero aqui analisados, o que se percebeu é que os autores, freqüentemente, fazem uso dos conectores para evidenciar as relações textuais entre as informações com as quais constroem seus textos.

Nos trechos que passo a descrever, busco mostrar como os conectores são empregados na explicitação das relações textuais de argumento.

Exemplo 24

(20) Ao dizer que o novo órgão pretende manter os diversos “sotaques” do país e reforçar o debate, (21) Lula olha mais para si do que para outros, (22) **porque** sabe que na Babel nacional, o “sotaque” que reverbera é o dele. (A3-OT)



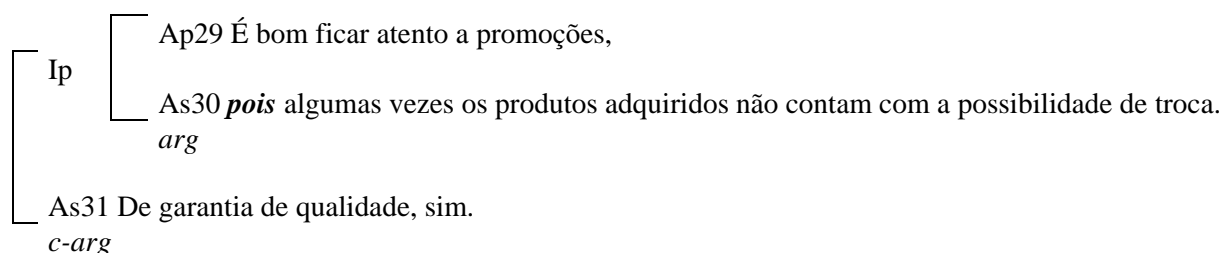
Na Figura acima, tem-se o ato subordinado (20) que se liga à intervenção formada pelos atos (21) e (22), que formam uma intervenção. Esses dois constituintes são, hierarquicamente, dependentes, e são ligados por uma relação interativa de argumento. Entre os atos (21) e (22) a relação interativa que se estabelece é a de argumento, que se encontra marcada pelo conector **porque**, o qual introduz o ato (22). Nessa intervenção, o autor mostra que, embora diga que o novo órgão pretende manter os diversos “sotaques” do país e reforçar o debate, Lula olha mais para si do que para os outros, porque sabe que na Babel nacional seu sotaque prevalecerá.

Como assinala Vogt (1989), em um trabalho realizado sobre as conjunções *porque*, *pois* e *já que*, o conector **porque** pode atuar tanto numa relação de explicação, evidenciando o elo de causalidade que se estabelece entre dois enunciados, quanto na justificação enunciativa. No exemplo (24), consideramos que o ato (22) justifica o que

se disse no ato (21). O autor expõe uma afirmação e, em seguida, apresenta uma justificativa, fazendo com que o leitor chegue a determinada conclusão.

Exemplo 26

(29) É bom ficar atento a promoções, (30) *pois* algumas vezes os produtos adquiridos não contam com a possibilidade de troca. (31) De garantia de qualidade, sim. (A8-SN)



A relação de argumento presente nessa intervenção é marcada pelo uso do conector *pois* entre os atos (29) e (30). Nessa intervenção, o autor chama a atenção do leitor para as promoções, pois, segundo ele, em alguns casos, os produtos possuem a garantia de qualidade, mas não de troca.

Nesse exemplo, o ato introduzido pelo conector *pois* apresenta uma explicação para o que se disse no ato que o antecede, constituindo, assim, um elo de causalidade entre esses dois atos. Como aponta Maingueneau (1993), num estudo realizado sobre os conectivos argumentativos, o elo de causalidade é perceptível quando se tem um enunciado do tipo *P parce que (porque) Q*, em que *P* corresponde a um fato conhecido pelo destinatário e colocado pelo locutor como algo conhecido, e *Q* corresponde a um fato que pode, ou não ser conhecido pelo destinatário.

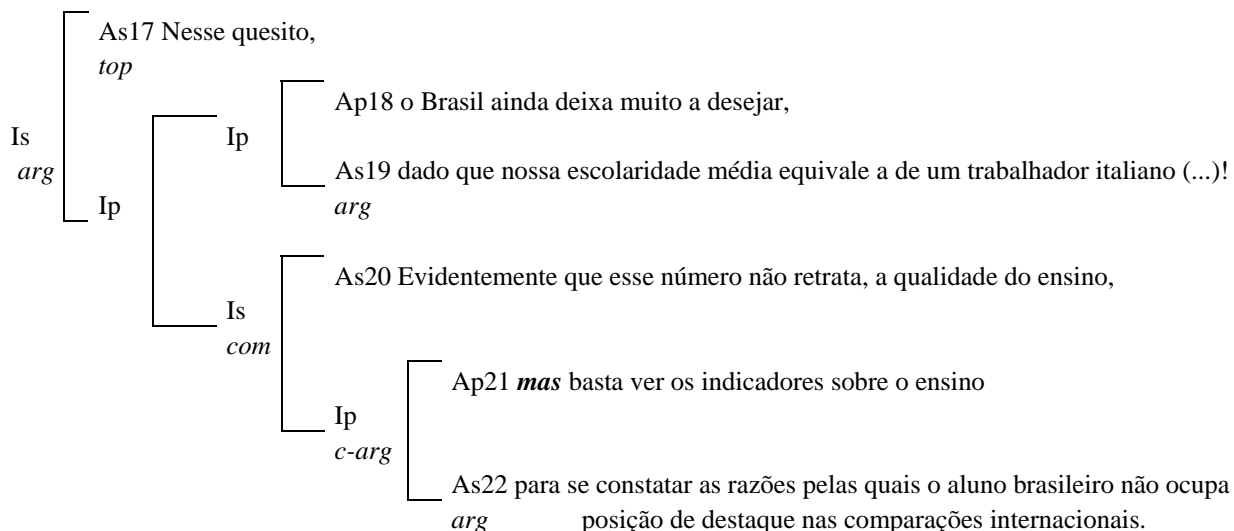
Nessa intervenção, tem-se a presença do conector *já que* e do conector *se*, atuando na marcação da relação interativa de argumento. O conector *já que* liga os atos (15) e (16), os quais, junto com o ato (17), formam uma intervenção com estatuto de principal, a qual, por sua vez, se relaciona ao ato subordinado (14). O ato (17) é introduzido pelo conector *se*, que marca um argumento potencial.

3.2.3 - A relação de contra-argumento

A relação de contra-argumento é bastante freqüente nos textos do gênero artigo de opinião, visto que se trata de um gênero em que prevalece o tipo argumentativo. Quando se propõe uma discussão acerca de determinada idéia, é comum que os autores apresentem argumentos e contra-argumentos que buscam a persuasão/adesão dos leitores.

Exemplo 28

(17) Nesse quesito, (18) o Brasil ainda deixa muito a desejar, (19) dado que nossa escolaridade média equivale a de um trabalhador italiano da década de 70! (20) Evidentemente que esse número não retrata a qualidade do ensino, (21) *mas* basta ver os indicadores sobre o ensino (22) para se constatar as razões pelas quais o aluno brasileiro não ocupa posição de destaque nas comparações internacionais. (A2-EM)



O trecho representado nessa figura é formado pelo ato subordinado (17) e pela intervenção (18-22). Esses dois constituintes são hierarquicamente dependentes, e se encontram ligados por uma relação textual de topicalização. Dentro dessa intervenção, tem-se ainda duas intervenções encaixadas, a Ip (18-19) e a Is (20-22), que se encontram ligadas por uma relação interativa de contra-argumento, marcada, sobretudo, pela presença do conector *mas*, que introduz o ato principal (21).

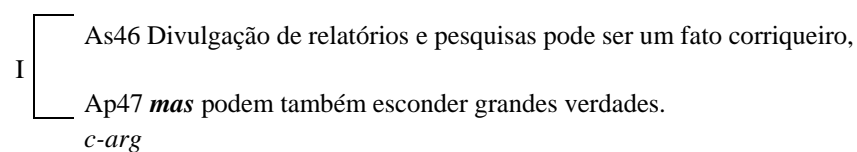
Na intervenção (18-19), os atos que a constituem são hierarquicamente dependentes, e mantêm entre si uma relação de argumento, marcada pela presença da expressão *dado que*. Nesse trecho, o autor propõe que, em relação à educação, o Brasil deixa muito a desejar, já a média de escolaridade de um brasileiro equivale à de um trabalhador italiano da década de 70.

Na intervenção (20-22), tem-se o ato subordinado (20), no qual o autor diz que esse número não retrata a qualidade do ensino. A partir da leitura dessa informação, o leitor pode chegar à conclusão de que o Brasil apresenta uma boa média de nível de escolaridade. Entretanto, essa conclusão não é mantida quando se procede à leitura da intervenção que liga a esse ato, pois na Ip (21-22), o autor afirma que basta que se

vejam os indicadores sobre o ensino para se constatar as razões pelas quais o aluno brasileiro não ocupa lugar de destaque nas comparações internacionais.

Exemplo 29

(46) Divulgação de relatórios e pesquisas pode ser um fato corriqueiro, (47) mas podem também esconder grandes verdades. (A2-EM)



A estrutura hierárquica representada acima é pelos atos (46) e (47). O ato (47), introduzido pelo conector *mas* se liga ao ato (46) através de uma relação de contra-argumento. No ato (46), o autor afirma que a divulgação de relatórios e pesquisas pode ser um fato corriqueiro.

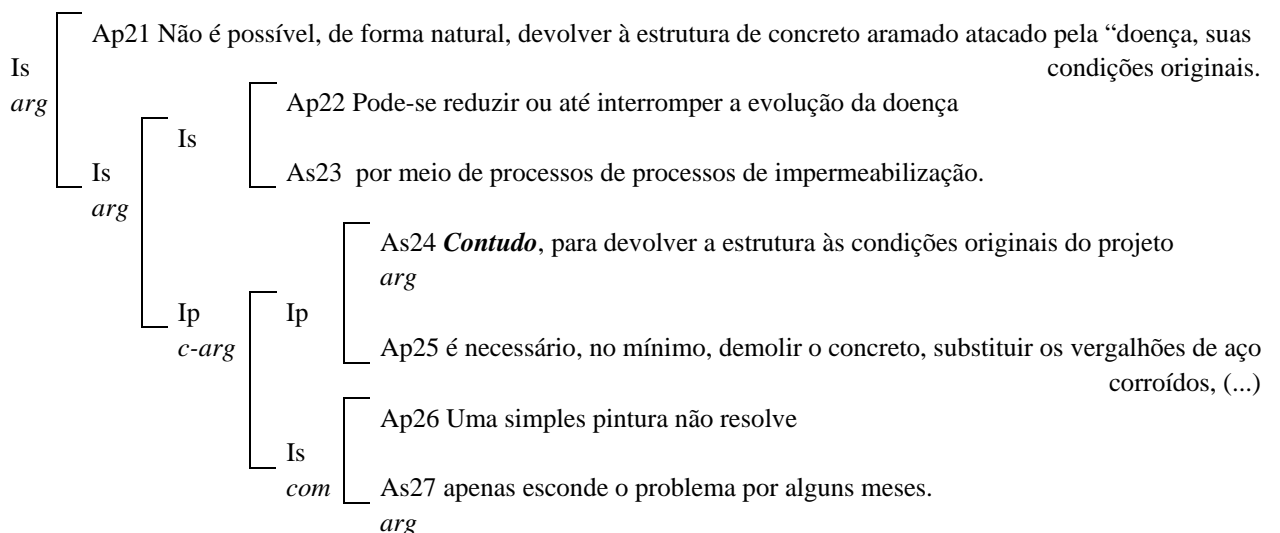
Seguindo a descrição do de Anscombe e Ducrot acerca do conector *mas*, Rossari (2002), assinala que, em uma construção do tipo **X mas Y**, o *mas* opera sobre uma proposição *r* inferida a partir de **X**, que corresponde à uma conclusão argumentativa em direção à qual **X** é orientado e indica que *r* é mais fraco que *não-r*, conclusão que é retirada por inferência de **Y**.

No exemplo 29, a leitura do ato (46), que representaria **X**, na descrição de Rossari (op. cit.) pode fazer com que o leitor chegue à conclusão de que relatórios e pesquisas são bastante comuns e que, por isso, não apresentam nenhum tipo de problema (conclusão *r*). No ato (47), que corresponde a **Y**, o autor afirma que tais relatórios e pesquisas podem esconder grandes verdades. A leitura desse ato faz com

que as inferências produzidas pela leitura do ato (46) ou **X** sejam anuladas, em função do novo contexto construído a partir das informações que são apresentadas no ato (47), correspondente a *não-r*.

Exemplo 30

(20) O risco da carbonatação é sua irreversibilidade. (21) Não é possível, de forma natural, devolver à estrutura de concreto armado atacada pela “doença”, suas condições originais. (22) Pode-se reduzir ou até interromper a evolução da doença (23) por meio de processos de impermeabilização. (24) **Contudo**, para devolver a estrutura às condições originais do projeto (25) é necessário, no mínimo, demolir o concreto, substituir os vergalhões de aço corroídos, reconcretar a área afetada e re-impermeabilizar a superfície. (26) Uma simples pintura não resolve, (27) apenas esconde o problema por alguns meses. (A4-SN)



Essa estrutura hierárquica pode ser descrita da seguinte maneira: o ato principal (21) está ligado à intervenção subordinada através de uma relação interativa de argumento. Ns Is (22-27), tem-se duas intervenções dependentes: a Is (22-23) e a Ip (24-

27), as quais são ligadas através de uma relação textual interativa de contra-argumento, marcada pela presença do conector *contudo*, que introduz o ato (24). Nessa configuração, o conector *contudo* tem por função marcar uma relação que porta sobre uma intervenção e não apenas sobre o ato precedente. Seu emprego pode ser concebido como o de um conector contra-argumentativo que contém instruções sobre a retomada da informação X anterior, presente na intervenção precedente. Nessa seqüência, o autor diz que é possível reduzir ou até interromper a evolução da doença por meio de processos de impermeabilização. Entretanto, ele aponta que para devolver a estrutura às condições originais do projeto é necessário que sejam tomadas outras medidas, como demolir o concreto, substituir os vergalhões de aço corroídos, reconcretar a área afetada, dentre outras.

3.2.4 - Considerações parciais

Quanto à relação textual de topicalização, o que se percebeu é que os autores dos artigos de opinião tendem a empregar em seus enunciados algumas expressões que têm como função indicar o tema que será discutido em seguida, uma vez que, nesse gênero, tem-se a exposição de vários assuntos que se encontram relacionados à idéia que o autor pretende apresentar. Essa é uma das peculiaridades do gênero artigo de opinião que devem ser vislumbradas nas discussões propostas nas aulas de Língua Portuguesa. É importante que o aluno saiba que o uso de expressões que organizam a seqüência de informações apresentadas no texto ou que sinalizam o assunto a ser tratado, podem contribuir para a articulação textual e, desse modo, contribuir para a construção de sentido pelo leitor.

Quanto à relação de argumento, o que se percebe é que os conectores que expressam esse tipo de relação contribuem para a explicitação da argumentação. Além disso, cabe ressaltar que os conectores de argumento como, por exemplo, o *porque*, podem atuar tanto em uma relação argumentativa do tipo causal quanto na introdução de uma justificativa para o que se disse anteriormente. Como a gramática tradicional não trata das diferenças de sentido acarretadas por essas duas funções do conector *porque*, cabe ao professor de Língua Portuguesa propor aos seus alunos que reflitam sobre as nuances de sentido causadas pelo emprego desse conector nas relações textuais presentes nos textos de opinião.

Quanto à relação de contra-argumento, o que se percebeu é que os conectores que marcam esse tipo de relação são bastante empregados pelos autores para a explicitação das relações textuais. O que se deve pontuar nas aulas de Língua Portuguesa é como os conectores, como *mas*, *contudo*, *entretanto*, etc, atuam na organização discursiva, uma vez que eles evidenciam a relação de oposição que se estabelece entre as inferências que podem ser feitas a partir da leitura dos constituintes textuais por eles conectados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado neste trabalho acerca dos textos dos gêneros notícia e artigo de opinião possibilitou-nos elucidar alguns aspectos referentes à marcação das relações textuais que se estabelecem entre as informações mobilizadas em textos desses dois gêneros.

Ao estabelecer os esquemas arbóreos para cada um dos textos que constituem o *corpus* deste trabalho, percebemos que a notícia e artigo de opinião se estruturam hierarquicamente de formas distintas. Os textos do gênero notícia são constituídos de duas intervenções: tem-se uma intervenção principal, na qual o jornalista apresenta o lide da notícia, seguida de uma intervenção a ela subordinada, na qual encontram-se os maiores detalhes e explicações acerca do fato noticiado. Os textos do gênero artigo de opinião, por sua vez, são constituídos por uma intervenção com estatuto de subordinada que se liga a uma intervenção principal. Na intervenção subordinada, os escritores expõem a idéia sobre a qual pretendem discutir bem como os argumentos que são utilizados para corroborar o seu ponto de vista. Na intervenção principal, os autores apresentam a sua conclusão acerca do que foi exposto anteriormente.

A análise feita sob a perspectiva da dimensão hierárquica nos permitiu perceber também que tanto a notícia quanto o artigo de opinião se estruturam hierarquicamente da mesma forma nos quatro jornais analisados. Inicialmente, acreditávamos que textos de um mesmo gênero publicados em jornais que visam a diferentes leitores poderiam apresentar mudanças em suas estruturas hierárquicas, porém, como se observou nos esquemas arbóreos estabelecidos para esses textos, isso não ocorreu.

A descrição da forma de organização relacional dos textos aqui analisados permitiu-nos pontuar algumas peculiaridades quanto à marcação das relações textuais presentes nas notícias e nos artigos de opinião.

Nos textos do gênero notícia, percebemos que grande parte das relações textuais que se estabelecem entre os constituintes textuais não é sinalizada pelo uso de conectores. Entretanto, a descrição da organização relacional dos textos aqui analisados nos permitiu fazer algumas considerações sobre as relações textuais de topicalização, preparação, argumento e contra-argumento.

Como exposto no Capítulo 3, a marcação da relação textual de topicalização em textos do gênero notícia é feita, sobretudo, pelo deslocamento de adjuntos adverbiais que expressam a idéia de tempo e de lugar à esquerda das sentenças. O deslocamento desses elementos fornece indicações acerca das informações que se ligam a eles em um constituinte imediatamente posterior.

A relação de preparação é sinalizada pela posição que ocupa o constituinte textual na estrutura hierárquica. Os segmentos que se relacionam a uma intervenção por esse tipo de relação geralmente veiculam expressões do tipo *segundo...*, *de acordo com...*, *conforme...*, etc, as quais indicam a quem se atribui a responsabilidade das informações que serão apresentadas a seguir.

O uso de conectores na sinalização de relações de argumento e contra-argumento é menos recorrente em textos desse gênero. Entretanto, é possível apontar que as notícias que se referem a acontecimentos que geram maior polêmica tendem a apresentar maior presença de conectores. Através das análises feitas, foi possível perceber que nas notícias em que se relata o acidente causado por um promotor de justiça que dirigia embriagado, os jornalistas tendem a ser mais subjetivos ao apresentarem os detalhes acerca do fato noticiado, o que faz com que nesses textos haja,

então, maior uso dos conectores que explicitam as relações de argumento e contra-argumento. Essa observação nos permite concluir que textos de um mesmo gênero podem apresentar diferenças quanto ao emprego de conectores na sinalização de determinadas relações textuais.

Nos textos do gênero artigo de opinião, percebemos que o uso de conectores na explicitação das relações textuais é bastante comum.

A relação de topicalização em textos desse gênero textual é marcada, geralmente, por articuladores textuais que explicitam o tema a ser discutido nos constituintes textuais ou que visam seqüenciar as idéias apresentadas pelo autor na exposição de seus argumentos.

As relações de argumento e contra-argumento que se estabelecem entre os constituintes textuais são, na maioria das vezes, explicitadas pelo uso de conectores. Parece-nos que textos desse gênero propiciam a marcação desses dois tipos de relação, uma vez que, durante a fase de argumentação, os escritores buscam apresentar tanto as idéias que pretendem defender quanto as idéias às quais se opõem.

Finalmente, podemos dizer que o estudo realizado nesta dissertação permitiu-nos pontuar aspectos importantes quanto à marcação das relações textuais nos textos dos dois gêneros que nos propusemos a analisar. Assim, esperamos que as análises apresentadas aqui possam, de alguma forma, repercutir nas reflexões feitas nas aulas de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDON, I.N.S. Instanciação e interpretação das relações causais em função do gênero de texto. In: MARINHO, J.H.C.; SARAIVA M.E.F. (orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-senteciais*. Belo Horizonte; Fale/UFMG, 2005.
- ADAM, J-M. Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de l'apresse écrite. *Pratiques*, n. 94, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: *Gêneros Textuais & Ensino*. BEZERRA, M. A. et al (orgs.) 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BLAKEMORE, D. *Understanding Utterances: an introduction to pragmatics*. Oxford: Blackwell, 1992.
- BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sócio-disursivo. Tradutores: Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999.
- BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Anna MACHADO, R, MATENCIO, M. L. M. (orgs.). São Paulo: Mercado das Letras, 2006.
- KOCH, I. V. *Desvendando o segredo dos textos*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUSCHER, J-M. Connecteurs et marques de pertinence; l'exemple d'ailleurs. In: *Cahiers de Linguistique Française*, n. 10, 1989.
- MAINGUENEAU, D. Os conectivos argumentativos. In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1993.
- Manual da Redação da Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.
- MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M.A. et al (Orgs.). *Gêneros Textuais e ensino*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade, e circulação. In: *Gêneros textuais: Reflexões e ensino*. BRITO, K.S. et al (orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- MARINHO, J. H. C. O funcionamento discursivo do item “onde”: uma abordagem modular. Tese de Doutorado. FALE/UFMG, 2002.

_____. A organização relacional do discurso. Cadernos de Pesquisa. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, n. 41, abril, 2003.

_____. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. In: Revista da Anpoll 16. São Paulo. Jan/jun. 2004, p. 75-100.

_____. A atuação do onde na articulação discursiva. In: MARINHO, J.H.C.; SARAIVA M.E.F. (orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte; Fale/UFMG, 2005.

_____. Um estudo da organização relacional de textos acadêmicos. In: LARA, G. M. P. (org.). *Linguagem, texto, discurso – entre a reflexão e a prática*. Vol. 1. Belo Horizonte: Lucerna, 2006

_____. A determinação da unidade textual mínima. In: MARINHO et al (orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

_____. A organização relacional de textos de gêneros jornalísticos. In: LARA, Gláucia M.P.; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. *Análises do Discurso Hoje*. V.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.p.210-225.

MOESCHLER, J; REBOUL A. Les connecteurs pragmatiques. In: *Pragmatique du discours: De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 1998.

ROSSARI, C. Les relations de discours avec ou sans connecteurs. In: *Cahiers de Linguistique Française*. n.1., p. 181-192, 1999.

_____. Mais qui sont les mots du discours? In: *Les facettes du dire. Hommage à Oswald Ducrot*. Paris: Kimé, 2002.

_____. Formal properties of a subset of discourse markers: connectives. In: FISCHER, K. (eds). *Approaches to discourse particles*. Elsevier, 2006, chap. 16.

_____. et al. Les moyens détournés d'assurer son dire. Paris: Presses de l'Université de Paris Sorbonne, 2007, chap. 1.

ROULET, E. La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte. Paris: Didier, 1999a.

ROULET, E. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. MARI, H. et al (orgs.). Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. FALE/UFMG, 1999b.

ROULET, E., FILLIETTAZ, L; GROBET, A. Un modèle et un instrument de l'analyse de l'organisation du discours. Berne: Lang, 2001.

ROULET, E. De description os text relation markers in the Geneva Model of Discourse Organization. In: In: FISCHER, K. (eds). *Approaches to discourse particles*. Elsevier, 2006

ROULET, E. Le Modele Modulaire d' analyse du discours: objectifs et developpement. In: *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. MARINHO, J.H.C; PIRES, M. S. O; VILLELA, A. M. N. (orgs.) Belo Horizonte: Cefet / MG, 2007.

VOGT, C. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANEXOS A

1- NOTÍCIAS

TEXTO 1

FORTALEZA

Policial mata um e fere quatro ao abrir fogo em churrascaria

Da Agência Folha, em Fortaleza

(1) Um policial militar à paisana matou uma pessoa (2) e feriu outras quatro (3) ao abrir fogo em uma churrascaria, na periferia de Fortaleza (CE), na madrugada de ontem.

(4) É mais um caso de ação equivocada de um PM na cidade. (5) No último dia 26, (6) policiais metralharam um carro por engano (7) e deixaram um turista espanhol paraplégico.

(8) Segundo a delegada do 5º Distrito Policial, Ana Lúcia Almeida, (9) testemunhas disseram que o soldado Fabrício Giordano Machado Rocha, que não estava em serviço, bebia na churrascaria, (10) quando começou a disparar contra um grupo que, em uma mesa próxima, começava a discutir. (11) A sua arma não era da PM (12) e não tinha registro.

(13) Ranier Menezes de Santiago, 18, que não estava entre os que discutiam, levou um disparo no peito (14) e morreu. (15) Outras quatro pessoas tiveram ferimentos leves. (16) Segundo a delegada, (17) o policial se recusou a prestar depoimento, (18) dizendo só falar em juízo. (19) Ele está preso no quartel da Polícia Militar. (20) A reportagem não conseguiu contato com ele nem com seu advogado.

(Folha de S. Paulo, Cotidiano, p. C3, 09/10/2007)

(N1- FSP)

TEXTO 2

Rio de Janeiro

Quadrilha tenta roubar dinheiro do caixa e dos clientes que chegavam ao local. PM entrou em ação e prendeu suspeitos

Bando faz casais reféns em motel

(1) Rio de Janeiro – (2) Casais que estavam num motel na Zona Norte do Rio de Janeiro, na madrugada de ontem, levaram um grande susto. (3) Quatro homens que pretendiam roubar o dinheiro do caixa e dos clientes entraram no estabelecimento (4) e fizeram dois deles reféns. (5) A polícia foi chamada (6) e o prédio foi logo cercado. (7) O bando foi preso. (8) O Motel Flash fica na Avenida Marechal Rondon, uma das mais movimentadas do Bairro Riachuelo.

(9) O grupo, que seria integrado por um camareiro que trabalha lá, invadiu o local por volta das 2h30. (10) Os criminosos já chegaram atirando, (11) o que deixou os clientes apavorados. (12) Um deles chamou a Polícia Militar. (13) Três dos assaltantes foram presos pouco depois de montado o cerco, (14) quando tentavam escapar, (15) e um deles permaneceu no interior do motel (16) e manteve um casal refém na cozinha. (17) O homem e a mulher foram tirados de um quarto violentamente (18) e foram ameaçados. (19) Por conta da possibilidade de confronto (20) e de risco para os clientes e funcionários, (21) foram enviados ao estabelecimento policiais do batalhão do Méier, do Batalhão de Choque, das Rondas Ostensivas Nazareth Cerqueira (Ronac) e ainda do Batalhão de Operações Especiais (Bope), especializados em negociações deste tipo – num total de 60 homens. (22) Atiradores de elite também foram chamados, (23) mas não precisaram entrar em ação.

(24) Foram os homens do Bope que conseguiram fazer com que o último bandido se entregasse (25) e liberasse o casal, depois de duas horas. (26) Os criminosos, que, (27) segundo a polícia, (28) seriam da Favela do Jacarezinho, perto dali, foram levados para a delegacia do Bairro do Engenho Novo. (29) Eles estavam com um revólver e uma faca. (30) Os casais prestaram depoimentos.

(Estado de Minas, Nacional, p. 16, 14/10/2007)

(N2-EM)

TEXTO 3

Assalto na porta de banco no Belvedere

Office-boy é rendido por dupla de assaltantes, que teria observado os passos da vítima; bandidos levam R\$10 mil

Andréa Silva

(1) Um homem que se preparava para entrar em um banco no bairro Belvedere, região Centro-Sul de Belo Horizonte, foi assaltado ontem pela manhã. (2) Os bandidos levaram cerca de R\$ 10 mil em dinheiro da vítima. (3) Segundo a Polícia Militar, (4) a vítima, um office-boy de 21 anos, pode ter sido alvo de um golpe chamado “saidinha do banco”.

(5) As notas estavam em uma pasta pelo criminoso, (6) que foi visto fugindo em uma moto na companhia de um comparsa. (7) A Polícia Militar foi informada por testemunhas que os criminosos seguiram em direção ao centro da cidade. (8) A PM rastreou a região, (9) mas até o início da noite de ontem os autores não haviam sido localizados.

(10) De acordo com o cabo Adilson, (11) possivelmente uma terceira pessoa estaria no interior da outra agência bancária (12) onde a vítima tinha sacado o dinheiro. (13) Segundo o policial, (14) assim que ela viu o office-boy sacar a grande quantidade em dinheiro, (15) essa pessoa teria avisado aos cúmplices. (16) Depois que o rapaz saiu com os R\$ 10 mil, (17) disse o policial, (18) a vítima pode ter sido seguida pelos bandidos na moto.

(19) Além do dinheiro, (20) de acordo com o cabo Adilson Silva, da 124ª Companhia do 22º Batalhão da Polícia Militar, (21) na pasta roubada pelos criminosos estavam o celular e os documentos do office-boy.

(22) “O rapaz contou que sacou o dinheiro (23) e tomou um táxi rumo ao Belvedere. (24) Assim que desembarcou, bem na porta da agência, (25) foi rendido pelo assaltante”, (26) contou Silva. (27) Conforme o policial, (28) testemunhas disseram que uma outra pessoa aguardava o assaltante em uma moto, modelo Falcon, na cor preta e prata. (29) A placa do veículo não foi anotada.

(30) No final de 2006, (31) a Polícia Militar criou a operação Saque Seguro (32) para combater a onda de assaltos a usuários de agências bancárias na região metropolitana. (33) No início do ano, (34) duas pessoas foram assassinadas ao sacarem

dinheiro nessas condições. (35) O empresário José Geraldo Corrêa, 43, foi morto em um endereço vizinho ao Belvedere, na alameda da Serra, no bairro Vale do Sereno, em Nova Lima. (36) O corretor de imóveis aposentado José Toro de Lima, 67, morreu depois de reagir a uma tentativa de assalto no Betânia, na região Oeste da capital.

(O tempo, Cidades, p. B3, 25/10/2007)

(N3-OT)

TEXTO 4

Homem mata por causa de dívida de sinuca

(1) Uma briga por conta de uma dívida de jogo terminou em morte, na madrugada de anteontem em Conceição do Mato Dentro, no Alto Jequitinhonha. (2) Segundo a Polícia Militar, (3) o vaqueiro Robson Pimenta da Lomba, de 26 anos, é acusado de matar o lavrador Jaime Alves de Almeida Júnior, de 23, com três tiros. (4) A confusão teria começado (5) por causa de uma dívida de sinuca. (6) De acordo com a Polícia Militar, (7) a confusão começou em um bar no povoado de Beco, na Zona rural. (8) Jaime devia dinheiro ao vaqueiro (9) por conta de jogos de sinuca. (10) Conforme o boletim de ocorrência, (11) Jaime discutiu com o Robson no bar. (12) Ele saiu (13) e buscou uma faca, (14) pediu uma pinga (15) e disse que mataria Robson. (16) Nesse momento, (17) conforme o delegado, (18) o vaqueiro se levantou da mesa onde estava sentado (19) sacou um revólver (20) e deu três tiros em Jaime, (21) fugindo em seguida.

(Super Notícia, Cidades, p. 05, 30/11/2007)

(N4-SN)

TEXTO 5

Promotor invade contramão e mata casal e filho de 7 anos

Segundo a polícia, ele estava embriagado no momento do acidente, em Araçatuba

Grossi, 42, se recusou a fazer o exame de dosagem alcoólica; ele pediu licença médica de 15 dias e, depois, poderá voltar ao trabalho

José Eduardo Rondon da agência Folha

(1) Um promotor matou três pessoas da mesma família em um acidente de trânsito na noite de anteontem em Araçatuba (530 Km de SP). (2) De acordo com a polícia, (3) Wagner Grossi, 42, anos estava embriagado no momento da colisão. (4) Ele não foi preso.

(5) O promotor trafegava pela rodovia Eliezer Magalhães, por volta das 20h40, (6) segundo o boletim de ocorrência registrado, (7) e, na contramão, (8) bateu sua pickup Ford Ranger em uma moto Honda Pop 100 que vinha em sentido contrário.

(9) Os três ocupantes da moto, Alessandro Silva Santos, 27, sua mulher, Alessandra Alves, 26, e o filho dela, Adriel, 7, morreram na hora.

(10) Segundo a polícia, (11) testemunhas disseram que o promotor estava em alta velocidade (12) e perdeu o controle da direção, (13) invadindo a pista contrária (14) e se chocando com a moto. (14) A **Folha** não conseguiu localizá-lo.

(16) Uma caixa térmica com latas de cervejas foi encontrada no carro do promotor. (17) Um policial rodoviário que atendeu o caso disse que, após o acidente, Grossi continuou no local (18) mas estava “visivelmente embriagado e com odor etílico”.

(19) Na delegacia, (20) o promotor se recusou a ter o sangue recolhido para exame de dosagem alcoólica. (21) Exame clínico feito por um médico atestou em laudo que o promotor estava com “embriaguez moderada”.

(22) O delegado seccional de Araçatuba, Ely de Faria, disse que o promotor não foi preso em flagrante (23) em razão de ter foro privilegiado (24) e de a lei orgânica do Ministério Público só permitir a prisão de integrantes do órgão em caso de crimes inafiançáveis. (25) Ele classificou o acidente de “fatalidade”.

(26) O promotor foi citado no boletim de ocorrência como causador de três homicídios culposos (sem intenção).

(27) O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, afirmou que o promotor não foi preso (28) porque o delegado entendeu que era crime culposo.

(29) “Não foi o caso (de prisão em flagrante) (30) pelo fato de o delegado de polícia ter entendido que se trata de infração culposa, (31) embora grave”, (32) disse Pinho. (33) “Fosse promotor ou não, (34) estaria respondendo o processo em liberdade”, (35) acrescentou.

(36) O promotor pediu licença médica de 15 dias. (37) Depois volta às suas atividades – (38) o crime de homicídio culposo não justifica o afastamento, (39) diz Pinho.

(40) Um procurador foi designado para investigar o caso. (41) O relatório deve ser concluído até o final do ano, (42) segundo Pinho. (43) Só depois disso, (44) o procurador-geral decide pela denúncia ou pelo arquivamento do caso.

(45) O fato de o réu dirigir embriagado, (46) dependendo do entendimento, (47) pode levar o juiz a identificar o crime como doloso em vez de culposo.

(48) Isso pode ocorrer (49) porque o acusado assume a culpa de maneira consciente. (50) Ao dirigir embriagado, (51) ele assume um risco, (52) segundo advogados.

(53) Caso seja condenado por crime culposo, (54) ele pode cumprir pena de 1 a 3 anos de prisão, (55) e a embriaguez ser considerada elemento agravante.

(56) O acusado não pode ser obrigado a fazer o teste de embriaguez (57) porque não é obrigado a produzir prova contra si. (58) A recusa, porém, pode levar o juiz a presumir que ele é culpado (59) se outros elementos, (60) como o relato de um policial ou testemunhas, (61) levarem a essa conclusão.

(Folha de São Paulo, Cotidiano, p. C1, 09/10/2007)

(N5-FSP)

TEXTO 6

Wagner Juarez Grossi estaria embriagado, segundo a polícia, mas não foi preso em flagrante, por pertencer ao Ministério Público

Promotor bate em moto e mata três

(1) São Paulo – (2) O promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, foi atado (3) por dirigir embriagado (4) e causar um acidente que matou três pessoas, domingo à noite, em Araçatuba, no interior de São Paulo. (5) O acidente ocorreu na Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães (SP – 463). (6) Grossi foi autuado por homicídio culposo, (7) mas não pode ser preso em flagrante, (8) por pertencer ao Ministério Público paulista.

(9) Na direção de uma picape Ford Ranger, (10) o promotor voltava de um rancho às margens do Rio Tietê, (11) quando invadiu a pista contrária (12) e bateu de frente com uma motocicleta. (13) Na moto, (14) estavam Alessandro da Silva Santos, de 27, sua mulher, Alessandra Alves de 26, e o filho do casal, Adriel Rian Alves, de 7. (15) Os três morreram na hora.

(16) O acidente aconteceu na altura do Jardim Verde Parque, um bairro residencial. (17) Revoltados, (18) os moradores tentaram linchar o motorista da picape. (19) No plantão policial, (20) o delegado Paulo de Tarso de Almeida Prado pediu exames clínicos (21) e a perícia constatou que o acusado estava em estado de embriaguez. (22) O promotor foi enquadrado no artigo 302 do Código de trânsito Brasileiro (CTB), combinado com inciso 5ª, que determinam a prisão em flagrante do motorista que causou a morte no trânsito e foi flagrado dirigindo embriagado. (23) No veículo, (24) foram encontradas latas de cerveja.

(25) Grossi não pôde, porém, ser preso, (26) porque, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, (27) um promotor só pode ser detido em flagrante (28) se o crime for inafiançável, (29) o que não é o caso do artigo 302 do CTB. (30) Por isso, vai responder pelo crime na Procuradoria Geral de Justiça. (31) Ontem pela manhã, (32) ninguém no Fórum de Araçatuba soube dar informações sobre o assunto. (33) Uma assistente do Ministério Público informou que apenas no período da tarde o MP se manifestaria sobre o caso, (34) o que não ocorreu.

(35) O promotor é o responsável pelo caso de dois jovens supostamente bêbados que, durante um racha em uma avenida da cidade, feriram gravemente o filho de um juiz. (36) A polícia pediu a prisão preventiva dos dois rapazes, (37) mas Grossi negou, (38) alegando que a investigação estava incompleta. (39) O procurador-geral Rodrigo Pinho já nomeou o procurador Hermann Herschander (40) para conduzir as investigações contra o promotor de Araçatuba.

(Estado de Minas, Nacional, p. 12, 09/10/2007)

(N6-EM)

TEXTO 7

Promotor mata família na contramão

(1)– São Paulo (2) Um promotor matou três pessoas da mesma família em um acidente de trânsito na noite de anteontem em Araçatuba (530Km de SP). (3) De acordo com a polícia, (4) Wagner Grossi, 42, estava embriagado no momento da colisão. (5) Ele não foi preso.

(6) O promotor trafegava pela rodovia Eliezer Magalhães, por volta de 20h40, (7) segundo o boletim de ocorrência registrado, (8) e, na contra mão bateu sua pickup Ford Ranger em uma moto Honda Pop 100 que vinha em sentido contrário. (9) Os três ocupantes da moto, Alessandro Silva Santo, 27, sua mulher, Alessandra Alves, 26, e o filho dela, Ariel, 7, morreram na hora.

(10) Segundo a polícia, (11) testemunhas disseram que o promotor estava em alta velocidade (12) e perdeu o controle da direção, (13) invadindo a pista contrária (14) e se chocando com a moto. (15) Uma caixa térmica com latas de cerveja foi encontrada no carro do promotor. (16) Um policial rodoviário que atendeu o caso disse que, após o acidente, Grossi continuou no local, (17) mas estava “visivelmente embriagado e com odor etílico”. (18) Na delegacia, (19) o promotor se recusou a ter o sangue recolhido para exame de dosagem alcoólica.

(20) **Embriaguez**

(21) Exame clínico feito por um médico atestou em laudo que o promotor estava com “embriaguez moderada”. (22) O delegado seccional de Araçatuba, Ely de Faria, disse que o promotor não foi preso em flagrante (23) em razão de ter foro privilegiado (24) e de a lei orgânica do Ministério Público só permitir a prisão de integrantes do órgão em caso de crimes inafiançáveis. (25) Ele classificou o acidente de “fatalidade”.

(26) O promotor foi citado no boletim de ocorrência como causador de três homicídios culposos (sem intenção). (27) O procurador geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, afirmou que o promotor não foi preso (28) porque o delegado entendeu que era crime culposos. (Folhapress)

(O tempo, Geral, p. A7, 09/10/2007)

(N7-OT)

TEXTO 8

Promotor embriagado mata três pessoas em acidente

(1) Um acidente envolvendo a Ford Ranger do promotor de Justiça Wagner Juarez Grossi, de 42 anos, causou a morte de três pessoas na rodovia Elyeser Montenegro Magalhães, em Araçatuba (530 Km) a noroeste de São Paulo. (2) Segundo a polícia, (3) Grossi estava embriagado. (4) O carro do promotor, na contramão, bateu em uma moto (5) onde estavam um casal e o filho, menor de idade. (6) Os três morreram na hora. (7) A Secretaria da Segurança informou que o promotor não autorizou a retirada de sangue de dosagem alcoólica. (8) No entanto, foi constada “embriaguez moderada” em exame clínico.

(9) Cerveja

(10) Latas de cerveja foram encontradas no carro de Grossi. (11) Ele não foi preso. (12) Isso porque, (13) segundo a secretaria, (14) a Lei Orgânica do Ministério Público prevê prisão de seus integrantes por ordem judicial escrita ou em flagrante de crime inafiançável. (15) O destino do promotor, no entanto, deverá ser definido pela Procuradoria-Geral de Justiça. (16) Contudo, a polícia pretende indiciá-lo por homicídio doloso, (17) isto é, com a intenção de matar. (18) Em acidente de trânsito, (19) geralmente os acusados são indiciados por homicídio culposos.

(Super Notícia, Geral, p. 09, 09/10/2007)

(N8-SN)

2- ARTIGOS DE OPINIÃO

TEXTO 1

A TV digital e o respeito ao consumidor

Marilena Lazzarini e Luiz Fernando M. Moncau

(1) O Brasil vive um momento decisivo para o futuro da TV digital. (2) Após adotar o padrão de tecnologia japonês, (3) caberá agora ao presidente Lula decidir se a televisão digital brasileira deverá ou não incorporar um sistema anticópia que, (4) se aprovado, (5) limitará drasticamente a forma como o consumidor poderá usar e reproduzir, legalmente, o conteúdo recebido em sua TV.

(6) Sob o argumento de evitar a “pirataria”, (7) não mais se distinguirá quem copia em larga escala e com intuito de lucro (o verdadeiro pirata) daquele que reproduz uma única vez um trecho de um programa para fins privados ou educacionais, (8) o que é permitido pela lei de direitos autorais.

(9) Evidentemente, não se pode afastar o legítimo interesse de autores em receber pelo seu trabalho. (10) Mas tampouco se pode, (11) em decorrência da adoção de regras exageradamente restritivas, (12) empurrar os cidadãos de bem para a ilegalidade (13) por copiar um pequeno trecho de um programa (14) para comentá-lo em sala de aula (15) ou inseri-lo em um vídeo pessoal.

(16) A principal idéia que rege o sistema de direito autoral é a de que se deve garantir um ciclo próspero de inovação, (17) conciliando a justa remuneração de autores e inovadores com o direito de acesso de toda a sociedade aos benefícios trazidos pelas invenções e pelos bens culturais desenvolvidos.

(18) Para tanto, é concedido aos autores um monopólio fictício e temporário para exploração comercial das obras. (19) Mas esse direito de exclusividade tem tempo limitado, (20) após o qual as obras são disponibilizadas em domínio público, (21) possibilitando a reprodução e a circulação do conhecimento.

(22) Além disso, o direito de acesso também é assegurado mediante limitações e exceções ao direito do autor, (23) que permitem a reprodução em certos casos – (24) como cópia privada sem fins lucrativos (25) ou para fins exclusivamente didáticos.

(26) Esse equilíbrio entre a proteção e o acesso, entretanto, foi-se perdendo com o tempo, em especial no final do século 20. (27) Com a crescente importância da

informação na economia, (28) a proteção dos direitos da indústria que os explora passou a sobrepor-se ao direito de acesso de toda a sociedade.

(29) Por influência dos países desenvolvidos (30) - detentores de grande parte dos direitos sobre tecnologias e conhecimento-, (31) deu-se início a um movimento internacional de enrijecimento das regras de proteção à propriedade intelectual, (32) que inclui direitos autorais e patentes. (33) Internacionalmente, (34) o prazo para que obras artísticas voltassem ao domínio público passou de sete anos, em 1908, para os atuais 50 anos após a morte do autor. (35) As limitações e exceções ao direito do autor foram gradativamente eliminadas ou restringidas.

(36) Esse movimento encontrou eco no Brasil. (37) A nova lei brasileira, aprovada em 1998, elevou o prazo de proteção das obras artísticas de 50 para 70 anos após a morte do autor. (38) Além disso, jogou para a ilegalidade a cópia privada sem intuito de lucro, (39) permitida em diversos países da Europa e nos EUA, (40) limitando-a, (41) mesmo quando sem fins lucrativos, (42) somente a pequenos trechos. (43) Nossa lei tornou-se uma das mais rígidas do mundo, (44) indo além do que estipulam todos os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

(45) A lei de direitos autorais é extremamente restritiva (46) e precisa de reformas. (47) E são inadmissíveis propostas que venham restringir ainda mais o acesso, (48) como essa da instalação do sistema anticópia no televisor de cada cidadão, (49) sob o argumento de que, sem isso, a TV digital seria inviável.

(50) Não é o que nos mostra o exemplo dos EUA, (51) onde o sistema não foi adotado. (52) Lá são transmitidos todos os tipos de conteúdo, (53) inclusive os de alto valor, como os Jogos Olímpicos e outras competições esportivas.

(54) Naquele país, (55) a adoção de mecanismo semelhante foi duramente combatida, (56) inclusive judicialmente, por organizações de interesse público e de consumidores, (57) incluindo-se aí a Consumers Union, que conta com mais de 7 milhões de associados.

(58) Por fim, estudos como o da Universidade de Princeton (EUA) apontam que quem faz da pirataria profissão facilmente violará o sistema anticópia. (59) E o público, em geral, perderá direitos consagrados na lei (60) em nome do combate ineficaz à pirataria.

(61) Por essas razões, o Idec reprova a implantação do sistema anticópia na TV digital brasileira. (62) E espera que o presidente Lula tenha a sensibilidade de estabelecer no Brasil a mesma situação estabelecida nos EUA: (63) rejeite o sistema de

bloqueio da TV digital, (64) afirmando o interesse público e dos consumidores do país,
(65) preservando os já reduzidos direitos existentes na lei autoral.

(Folha de São Paulo, Opinião, p. A3, 09/10/2007)

(A1-FSP)

TEXTO 2

Uma longa jornada

Flávio Constantino

(1) A equipe econômica do governo Lula recebeu uma boa notícia na semana passada: (2) duas instituições – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) – divulgaram os resultados referentes ao desempenho industrial do país, (3) revelando que os investimentos realizados nos últimos anos permitirão um crescimento em bases sustentáveis (4) (leia-se em pressões inflacionárias ou desequilíbrios externos). (5) Na verdade, há muito tempo o Brasil não via uma expansão da produtividade, do pessoal ocupado e das horas pagas, (6) como vem ocorrendo recentemente. (7) E mais: o setor responsável pela ampliação da capacidade (bens de capital) já acumula expansão de quase 18% este ano. (8) Mas o que isso significa na prática? (9) Geração de mais renda, emprego e divisas para o país. (10) Logo, poderíamos dizer que, finalmente, encontramos o caminho para a prosperidade.

(11) Infelizmente, essa não é a verdade, (12) e a história (nossa e de outros países) já demonstrou que o processo de crescimento econômico depende de algo mais (13) para ser chamado de sustentável. (14) Em primeiro lugar, (15) a prosperidade depende do estoque de capital humano, (16) ou seja, a capacidade e a habilidade dos trabalhadores em “fazer mais com menos”. (17) Nesse quesito, (18) o Brasil ainda deixa muito a desejar, (19) dado que nossa escolaridade média equivale a de um trabalhador italiano da década de 70! (20) Evidentemente que esse número não retrata a qualidade do ensino, (21) mas basta ver os indicadores sobre o ensino (22) para se constatar as razões pelas quais o aluno brasileiro não ocupa posição de destaque nas comparações internacionais.

(23) Para se garantir a sustentabilidade, (24) é fundamental que se observe a capacidade de financiamento da economia, a sua oferta de crédito. (25) E o motivo é claro: (26) existe uma relação positiva entre oferta e crédito e elevação do consumo do investimento, da ampliação da infra-estrutura e da capacidade inovativa. (27) Os dois últimos pontos merecem destaque (28) não só porque garantem a continuidade do processo, (29) mas porque redefinem a inserção do país no cenário internacional. (30) Entretanto, ambos dependem do ambiente institucional, (31) o que nos coloca uma

questão: (32) o problema do governo não é apenas buscar um crescimento mais equilibrado entre os setores (33) para que não surjam gargalos ou aumento de preço, (34) mas viabilizar a competitividade dos nossos produtos no mercado externo, (35) (e isso passa pelo conjunto de reformas paradas no Congresso Nacional). (36) Afinal, quantos países se tornaram prósperos sem fortalecer as relações comerciais com outros? (37) Foi isso que a Ásia percebeu antes da América Latina.

(38) Outro ponto fundamental é que os trabalhadores têm que se sentir parte do processo, (39) de que estão contribuindo para o crescimento (40) e não sendo levados por ele. (41) Mais importante do que receber transferências do governo é buscar a própria recompensa. (42) A diferença nessas duas formas de se obter renda é perguntar-se: (43) qual delas encontrará mais rapidamente seus limites? (44) A jornada para o crescimento é longa (45) e mais elementos poderiam ser acrescentados (meio-ambiente, por exemplo). (46) Divulgação de relatórios e pesquisas pode ser um fato corriqueiro, (47) mas podem também esconder grandes verdades. (48) Os questionamentos devem ser feitos não para impedir, (50) mas para estimular novas ações (51) e usar as que já provaram estar corretas. (52) Não podemos pecar pela ignorância, pela incompetência, pela omissão ou submissão.

(Estado de Minas, Opinião, p. 11, 09/10/2007)

(A2-EM)

TEXTO 3

A TV Pública e a comunicação do governo

(1) “Quem é o dono da flauta dá o tom.” (2) A TV Pública começa a nascer sob um tom menor, (3) pois o Poder Executivo, o dono da flauta, dá todas as pistas de que a emissora, (4) planejada para ser a voz plural da brasilidade, (5) terá um forte viés estatal. (6) Não se justifica a adoção de uma medida provisória para implantar a rede TV Brasil. (7) Onde estão os critérios de relevância e urgência inerentes a esse instrumento excepcional? (8) O presidente da República indicará os membros do Conselho Curador da nova cadeia, com suporte na estrutura da Radiobrás, que tem selo chapabranca e possui o maior complexo de transmissores e antenas de radiodifusão em ondas médias e curtas da América Latina. (9) Os executivos que definirão a melodia também são escolhidos pelo ministro da Comunicação Social. (10) Sob essa concepção de organização e mando, (11) forja-se o aparato para vitaminar a comunicação governamental, (12) mesmo que se perceba o esforço dos gestores do sistema em dizer que o Poder Executivo não influenciará a programação. (13) Um ente gerado com o sangue do doador tende a replicar seu DNA.

(14) Em se tratando do atual governo, (15) há razões para acreditar que a marca do lulismo permeará a condução da TV Pública, (16) indicando pautas, induzindo atitudes, marcando posições. (17) Remanesce a lembrança de sua recente tentativa de impor amarras aos sistemas de comunicação e cultura. (18) Ademais, o presidente, escudado na aura do carisma e na confiança que ainda desperta, principalmente na base da pirâmide social, não parece inclinado a flexibilizar posições (19) e a ponderar sobre escolhas e rumos. (20) Ao dizer que o novo órgão pretende manter os diversos “sotaques” do país e reforçar o debate, (21) Lula olha mais para si do que para outros, (22) porque sabe que na Babel nacional, o “sotaque” que reverbera é o dele.

(23) Na história da humanidade, (24) são raros os casos de governantes que construíram impérios sem amparo na força da comunicação. (25) Da Antiguidade ao século XVI, (26) os mandatários usavam o gogó e os gestos. (27) Na passagem do Estado-cidade para o Estado-nação, (28) a expressão ganhou mais fôlego, (29) saindo da galáxia de Gutenberg – livro e imprensa – para a de Marconi, a era do rádio. (30) Na seqüência, (31) chegou a vez da televisão, (32) que funciona, hoje, como palco central da telepolítica. (33) Aí, (34) os atores se esmeram na maximização da performance. (35)

Kennedy costumava dizer que a TV era a sua melhor arma, (36) pois “o eleitor reage à imagem e não ao homem”. (37) Voltemos aos nossos tumultuados trópicos. (38) Lula atira com todas as armas, (39) mas o gogó é a principal. (40) Frequenta a galáxia de Marconi nas segundas-feiras, (41) ao dar recado às margens sociais, (42) abusando da “telecracia” ao perorar para platéias sob os holofotes da televisão. (43) Aliás, a TV comercial é que promove os maiores comícios eletrônicos do país. (44) São 21 emissoras abertas, convocadas para fazer chegar a 1.561 retransmissores, 2.911 municípios e 40 milhões de lares que contam com aparelhos de TV os gargarejos das nossas autoridades. (45) Este ano, (46) 12 integrantes do primeiro escalão governamental usaram a telinha comercial para a cerimônia de autoglorificação. (47) Vale lembrar que a administração federal já dispõe da Rede Governo, (48) exclusiva para enaltecer seus feitos.

(49) A nova proposta televisiva cairá como uma luva na forma lulista de governar. (50) Sob o conceito de que será o “olhar dos brasileiros”, (51) expresso pelo futuro presidente do Conselho Curador, economista Luiz GonzagaBelluzzo, defenderá um ideário plural: (52) valores éticos e sociais da família, regionalização da produção cultural, artística e jornalística e estímulo à produção independente. (53) Estará imune às pressões do Executivo? (54) Não. (55) Os gestores nomeados pelo governo terão coragem de criticá-lo? (56) O mais destacado exemplo mundial de TV pública, a BBC, não escapa das pressões do governo inglês. (57) Mas resiste com bravura. (58) Lá, (59) quem dá o tom são os contribuintes, (60) que garantem à rede uma receita anual equivalente a R\$ 12 bilhões. (61) A fragilidade do modelo brasileiro de TV Pública começa na origem dos recursos. (62) Os “donos do poder” se acham no direito de, (63) ao conceder as verbas, (64) declinar os verbos. (65) A programação focada na promoção da cidadania passará pelos palácios, (66) razão pela qual a independência e a autonomia só serão viáveis sob ordenamento jurídico adequado, participação efetiva da sociedade no processo decisório, definição de custeio e conteúdo.

(67) É utopia imaginar que a TV Pública estará imune às pressões do governo. (68) Não por acaso, dedica-se intenso esforço para estatizar meios e recursos voltados para a meta de desenvolvimento de um projeto de poder de longa duração. (69) Essa modelagem se assenta em alguns eixos, (70) a saber: consolidação da estabilidade econômica, reforço à política social-distributivista de renda, ampliação do tamanho do Estado, partidarização da administração e fortalecimento dos movimentos sociais. (71) A comunicação pública é o fecho do circuito. (72) Ainda mais quando se tem no

comando do país um comunicador por excelência. (73) Lula já se comparou a Getúlio e Juscelino. (74) No quesito comunicação, (75) porém, seu modelo está mais para Napoleão, (76) que adorava ver-se como Narciso. (77) Bonaparte recorria à imprensa para embelezar o perfil. (78) Lula parece sonhar com a mesma idéia.

Gaudêncio Torquato.

(O Tempo, Opinião, p. A 9, 10/10/2007)

(A3-OT)

TEXTO 4

Fonte Nova X Mineirão

Clémenceau Chiabi

(1) Vou tentar expor, em linguagem simples, sem muitos termos técnicos, os motivos pelos quais parte da estrutura do estádio da Fonte Nova, em novembro passado, ruiu (2) e o que é preciso fazer para que o Mineirão não seja palco de uma tragédia como aquela. (3) Várias importantes obras de concreto foram construídas nas décadas de 50 e 60, (4) dentre elas o estádio da Fonte Nova, em Salvador, e o Mineirão, em Belo horizonte, (5) ambas de acordo com as normas técnicas e as boas práticas da engenharia da época.

(6) A partir da década de 80, num contexto de evolução dos materiais de construção, (7) o cimento ficou mais fino, (8) conseqüentemente, mais reativo, (9) provocando resistências mecânicas maiores num tempo menor. (10) Como conseqüência, (11) aumentou a probabilidade de aparecimento de trincas e fissuras nas obras. (12) Várias foram atacadas por uma “doença” denominada carbonatação.

(13) Carbonatação é uma reação química, (14) provocada pela penetração do gás carbônico CO₂, presente na atmosfera, na estrutura de concreto armado. (15) Em contato com o gás e a umidade, (16) o cimento tem alterado suas propriedades, (17) provocando várias “patologias” (18) como a corrosão dos vergalhões de aço e os deslocamentos do concreto. (19) Assim, o concreto armado vai ficando fraco e menos capacitado a suportar cargas para as quais foi calculado.

(20) O risco da carbonatação é sua irreversibilidade. (21) Não é possível, de forma natural, devolver à estrutura de concreto armado atacada pela “doença”, suas condições originais. (22) Pode-se reduzir ou até interromper a evolução da doença (23) por meio de processos de impermeabilização. (24) Contudo, para devolver a estrutura às condições originais do projeto (25) é necessário, no mínimo, demolir o concreto, substituir os vergalhões de aço corroídos, reconcretar a área afetada e re-impermeabilizar a superfície. (26) Uma simples pintura não resolve, (27) apenas esconde o problema por alguns meses.

(28) O perigo de não tacar, nas origens, o problema, é que, com o passar do tempo, esses problemas se agravam consideravelmente (29) tornando o custo de repararlos cada vez maior. (30) Em muitos casos, (31) maior inclusive os custos de demolição

e reconstrução de toda a estrutura afetada. (32) Este é, seguramente, o caso da Fonte Nova.

(33) A parte do estádio que ruiu é a das “novas” arquibancadas, construídas na década de 80 (vejam as explicações acima) (34) que, atacadas pela carbonatação e pelos cloretos (ambiente marinho) e, principalmente, devido a uma manutenção deficiente, (35) levou ao desastre divulgado na mídia nacional.

(36) O Mineirão sofre do mesmo mal, (37) só que em escala muito menor, (38) e, prematuramente devido às normas técnicas da época de sua construção. (39) Elas previam espessuras de cobrimento (proteção) das armaduras de aço de 1 cm (versus 1 polegada da norma similar americana, provavelmente mal traduzida para o português) (40) enquanto a atual norma, em vigor desde 2003, exige que esse cobrimento tenha um mínimo de 3 cm, (41) considerando as atuais condições de agressividade ambiental de Belo Horizonte.

(42) A área de engenharia da Ademg monitora e mapeia sistematicamente as patologias do estádio. (43) Isto é o que me leva a concluir que não há risco de ruptura da estrutura em curto ou médio prazos. (44) Pode-se até afirmar que somente uma lotação três vezes maior do que a atual capacidade do estádio poderia oferecer algum risco de se repetir o que acontece na Fonte Nova.

(45) As obras que vão atacar os problemas na estrutura do Mineirão estão previstas para fevereiro próximo. (46) Apesar disso, observa-se que em nosso estádio as intervenções são pontuais, (47) habitualmente motivadas por problemas em outros estádios (Maracanã, Morumbi e, agora, Fonte Nova). (48) Deveriam, contudo, ser rotineiras e sistemáticas (49) como recomendam os especialistas.

(50) Se bem feitas, (51) essas obras afastarão riscos de colapso da estrutura por, no mínimo, 20 anos. (52) Fica, todavia, o alerta que acompanhamentos periódicos são imprescindíveis. (53) O estádio jamais poderá passar sem eles.

(Super Notícias, Opinião, p. 02, 27/12/2007)

(A4-SN)

TEXTO 5

O imbróglio da infidelidade

(1) O TERMO “egrégio” provém do latim “egregius”, (2) que significa “(aquilo) que sobressai no grupo”, “que se distingue do “ordinário”. (3) Na gíria de hoje (4) se diria “fora de série”. (5) Em figura que os gramáticos chamaram de “derivação imprópria” e os retóricos – com o perdão da palavra – de antonomásia, (6) o adjetivo “egrégio” pode converter-se em substantivo próprio (7) para se referir, no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal.

(8) O Egrégio. (9) É um termo a gosto de todo advogado esperançoso de, por adulação, captar simpatia desse colégio de juízes para sua causa. (10) Ouviu-se muito “egrégio” nas sessões em que o STF acaba de julgar mais um espetáculo do crescimento da venalidade. (11) Isto é, a política de suborno (12) pela qual o governo tem aliciado para legendas acomodáticas parlamentares eleitos por outros partidos.

(13) Falantes de inglês, (14) quer nativos, quer os que façam proficiente empregos dele como segunda língua, (15) decerto se divertiram com aquele uso insistente de “egrégio” como elogio.

(16) O cognato inglês “egregious” significa algo que se destaca, sim, (17) mas em razão de atributos depreciativos. (18) É sinônimo de “gross” (vulgar, indecente, vergonhoso!), de “outrageous” (chocante, ofensivo) (19) e também de “notorius” (20) (que, ao contrário do que se lê em más traduções, denota alguém famoso pelo mau caráter, não por boas qualidades.)

(21) Essa desconcertante degradação semântica sofrida por “egregius” (22) ao migrar do latim erudito para o vernáculo inglês (23) só interessa ao pessoal da lingüística histórica. (24) Já as contorções do raciocínio exibidas em nosso Egrégio durante o julgamento é questão que, dramática ou divertida, afeta a vida de todos nós.

(25) Juízes tendem a reprovar como presunçosa ousadia todo comentário leigo de questões jurídicas. (26) Mas lógica não é privilégio dos doutores da lei. (27) Ademais, qual advogado comprometeria sua carreira com reprimenda ao Supremo?

(28) Na interpretação do Tribunal Superior Eleitoral, certas disposições legais determinam que os mandatos de parlamentares pertencem não a estes, (29) mas aos partidos pelos quais se elegeram. (30) O STF confirmou tal juízo, (31) mas desconsiderou dois de seus corolários. (32) Corolário A: ao mudar sua filiação partidária depois de eleito, (33) o parlamentar implicitamente renuncia; (34) nem será

preciso cassá-lo, (35) apenas informá-lo do desastrado descuido. (36) Corolário B: caberia ao partido desfalcado o direito de pleitear preenchimento dos cargos vagos (37) mediante a posse dos suplentes dos desertores.

(38) Não foi assim que o STF interpretou a jurisprudência do TSE. (39) Talvez por temer as conseqüências institucionais que possivelmente adviriam de decorrente terremoto político, (40) o STF optou por sentença mais ambígua e menos severa: (41) que se admitiam cassações, (42) mas não de todos; (43) e que os partidos desfalcados recuperem alguns lugares, (44) mas não todos.

(45) Pode-se entender que alguns infiéis sejam poupados, (46) já que poderiam alegar, digamos, que seu partido trocou a orientação doutrinária original por outra que justificadamente ele repudia. (47) Ou, então, que o partido o discriminava ou perseguia injustamente.

(48) Menos compreensível é o STF ter resolvido que a fidelidade passa a ser obrigatória só depois de o STF ter resolvido a ter reafirmado, em 27/3 último. (49) Se as proibições legais já vigoravam antes dessa data, (50) como considerar prescritas as violações anteriores? (51) Cabe a juízes interpretar leis, (52) não legislar.

(53) Ainda assim, na maioria dos partidos afetados, (54) pouco se resmungou. (55) Ninguém sabe ao certo que desdobramentos esperar do imbróglio.

(56) Por exemplo, o compromisso de fidelidade partidária obrigará igualmente senadores, governadores, prefeitos e seus vices, o presidente e seu vice? (57) Alguns argumentam que, nas eleições majoritárias, os votos são dados a candidatos, (58) não a partidos.

(59) Mas os que advogam fidelidade incondicional replicam que as leis eleitorais não mencionam candidatura avulsa. (60) Logo, o mandato é do partido pelo qual o candidato concorre. (61) Ressabiados, (62) os líderes receiam que, se aplicada a casos anteriores a março, essa regra penalizaria todos.

(63) Outra incerteza: se o projeto de anistia que tramita no Congresso resultar em lei, (64) o STF poderá ser chamado a declará-la inconstitucional. (65) Mas tal sentença, decerto parida a fórcipe, não sairia como berrante estigma de pirraça?

(66) Tudo isso ponderado, (67) nosso Egrégio até merece alguma simpatia. (68) Como exigir que desenredasse com elegância esse emaranhado confuso (69) em que, mais uma vez, tipicamente, fins e meios prevalecem sobre princípios?

Aldo Pereira

(Folha de São Paulo, Opinião, p. A3, 09/10/2007) (A5-FSP)

TEXTO 6

A realidade dos números

Vivien Mello Suruagy

(1) Vivemos um momento peculiar. (2) Um olhar menos crítico e aprofundado da conjuntura nacional poderia revela-nos um cenário muito bom. (3) A inflação foi controlada, (4) existem altas reservas internacionais (5) e recordes de exportações e superávit comercial são quebrados. (6) No âmbito social, (7) 14 milhões de pessoas saíram da linha da miséria nos últimos anos. (8) Com relação à infra-estrutura, (9) o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) promete investimentos de R\$ 504 bilhões nos próximos quatro anos, (10) sendo aproximadamente R\$ 274 bilhões em energia e R\$ 170 bilhões em saneamento e habitação. (11) No entanto, estes números não disfarçam alguns graves problemas. (12) Na verdade, prevalece nos empreendimentos uma injusta divisão, (13) com a concentração das obras de maior valor e rentabilidade em poucas companhias, (14) enquanto todas as outras são disputadas de modo acirrado por elevado número de empresas. (15) Os serviços de médio porte são contratados aquém de seu real valor de mercado. (16) E mais: muitos desses empreendimentos empregam mão-de-obra informal.

(17) A situação consagra um equívoco vicioso do Brasil. (18) Afinal, uma injusta relação de trabalho leva, fatalmente, à ausência de qualificação. (19) Sem falar que são poucos os programas do PAC que se encontram em andamento. (20) Investiram-se, até o momento, R\$ 2 bilhões (21) e não há nenhuma obra em execução em alguns setores relevantes. (22) Em um país que pretende elevar seu Produto Interno Bruto (PIB) em 5% ao ano, (23) a pauta de prioridades não pode, evidentemente, excluir a melhoria da infra-estrutura, (24) cujas obras, projetos e alternativas são incipientes. (25) Outra questão a ser equacionada refere-se à energia, (26) pois o descompasso entre a oferta e a demanda pode comprometer investimentos e o crescimento. (27) Não está descartado sequer um racionamento branco, (28) como a falta de gás para a indústria.

(29) Ante tais deficiências e da precariedade da infra-estrutura, (30) é inevitável questionar: o que é feito das parcerias público-privadas (PPP's), aprovadas e sancionadas com tanto glamour pelo governo federal? (31) Também preocupa a falta de independência das agências reguladoras, (32) suscitando intranqüilidade no mercado.

(33) Sem falar dos juros e impostos elevados. (34) São fatores que oneram muito as empresas, (35) reduzindo sua competitividade. (36) Os problemas, portanto, são muitos. (37) Para viabilizar soluções, (38) é imprescindível o trabalho das entidades de classe no cumprimento de sua missão como representantes dos setores produtivos. (39) Precisamos, mais do que nunca, da união de todos (40) para impulsionar o crescimento sustentado do país. (41) Somente assim teremos condições de garantir às empresas a sua manutenção competitiva e saudável no mercado, (42) possibilitando a todas contratos a preços justos. (43) Dessa forma, poderemos assegurar a geração de empregos de qualidade e melhor renda aos trabalhadores.

(Estado de Minas, Opinião, p. 09, 27/12/2007)

(A6-EM)

TEXTO 7

Ética e Ciência

(1) À primeira vista, (2) ética e ciência caminham paralelas. (3) Fazem parte de tipos diferentes de conhecimento. (4) A ciência trabalha com hipóteses a serem provadas, testadas empiricamente. (5) E em qualquer lugar do mundo, desde que se observem as mesmas coordenadas estabelecidas, (6) a experiência científica pode ser verificada. (7) O nível subjetivo se reduz ao mínimo. (8) Desloca para o campo da experimentação o peso maior das afirmações, teses, demonstrações.

(9) A ciência se justifica por si mesma (10) enquanto o desvendamento do real, do mundo, de tudo o que nele existe. (11) O ato de saber goza de autonomia (12) em face de qualquer outro juízo. (13) Responde ao duplo movimento de um sujeito apto e feito para conhecer e a realidade que se expõe como objeto à sua intolerância.

(14) A ética, por sua vez, freqüenta o departamento de filosofia. (15) Trata de valores. (16) Num primeiro olhar, (17) o mundo dos valores depende enormemente das culturas, dos sujeitos que apreciam a realidade. (18) Em outros termos, o pêndulo pende para o lado subjetivo. (19) Logo, parece melhor deixar trilhar cada uma por via própria. (20) À ciência, (21) o mundo objetivo da experimentação e verificação; (22) à ética, (23) a escolha, a percepção subjetiva dos valores.

(24) A ciência aduz exemplos evidentes de que procedimentos teóricos não implicam nenhuma conotação valorativa. (25) Equações matemáticas, princípios de balística: que têm a ver com alguma apreciação ética? (26) E, por sua vez, como a solidariedade pode ser demonstrada cientificamente como exigência do ser humano?

(27) Então, onde se encontram as duas? (28) No sujeito e na prática. (29) Pesquisar implica decisão. (30) O cientista, ao praticar a ciência, não pode pôr entre parênteses a si mesmo, a sua consciência diante do objetivo perseguido, dos meios usados, das intenções pretendidas. (31) E nesse momento interfere a ética (32) para discernir segundo o princípio de humanidade o que se pretende, as conseqüências do experimento científico, o uso a que se destina. (33) Prescindir de tal questionamento ético conduz a que, sob o nome de cientificidade, se cometam os maiores crimes.

(34) A história tem sido severa em juízos sobre pesquisas científicas eticamente desastrosas para a humanidade. (35) Caso escandaloso e paradigmático, que recebeu a condenação nos tribunais de Nuremberg depois da Segunda Guerra Mundial, se tornou o procedimento de cientistas nazistas. (36) Eles praticaram barbaridades (37) em nome do

projeto eugenista. (38) Os processos do julgamento descem a pormenores revoltantes de pesquisas feitas sobre presos de guerra. (39) No caso, (40) o objetivo e os meios usados se fizeram ao arrepio de qualquer ética.

(41) A neutralidade da pesquisa não passa de pura abstração, (42) já que ao se realizar envolve quantidade enorme de elementos carregados de valores. (43) Constitui-se verdadeira esquizofrenia, (44) que chega a beirar a perversão psicológica, a cisão entre o procedimento científico e o sujeito que o pratica, (45) como se não houvesse unidade profunda entre ambos.

(46) Na ciência, (47) os fins, os meios e a relação entre eles caem necessariamente sob o juízo ético. (48) E nas pesquisas atuais interfere agravante: (49) a louca concorrência entre as instituições financiadoras. (50) Elas impõem aos cientistas eficiência, produtividade, descobertas comercializáveis. (51) E na sofreguidão de lucros (52) têm-se cometido enormes crimes contra a humanidade. (53) Em íntima conexão com interesses econômicos se associam projetos políticos até as raias de guerras criminosas. (54) Nunca foi tão dramática a relação entre ética e ciência, (55) sobretudo na forma tecnológica.

(55) A ciência, ao descer do olimpo da consideração abstrata para o chão do cotidiano em que ela se pratica, envolve-se radicalmente com a ética. (56) Dois campos têm caído especialmente sob a mira da ética: (57) a biotecnologia e os experimentos que afetam a ecologia. (58) Aí (59) se travam batalhas pesadas entre tecnologia e ética. (60) A própria sobrevivência física e espiritual da humanidade está em jogo.

João Batista Libanio

(O tempo, Opinião, p. A11. 14/10/2007)

(A7-OT)

TEXTO 8

Acabou o natal, é hora da troca de presentes

Délio Malheiros

(1) Apagadas as luzes de Natal, (2) é hora de abrir os presentes. (3) E quais os direitos do consumidor nessa hora? (4) O Código do Consumidor tem resposta para tudo.

(5) Quem lê apressadamente pensa que consumidor é só quem comprou o presente. (6) Engano: são todos aqueles que também fazem uso dele. (7) É o caso de quem ganhou um presente. (8) E também daquele que foi vítima de um acidente (9) provocado por um automóvel defeituoso adquirido por outra pessoa. (10) Assim sendo, vamos às principais dúvidas e respostas.

(11) Para quem não gostou do presente ou este não serviu (12) – como um sapato, por exemplo -, (13) o melhor a fazer é ir no estabelecimento e negociar a troca. (14) E se o lojista não aceitar? (15) Aí a coisa complica, (16) já que o código do Consumidor não garante isso (17) se não houver defeito. (18) Em caso de insatisfação, (19) a troca é obrigatória apenas se houve uma promessa nesse sentido. (20) A única exceção são as compras fora do estabelecimento, (21) como por telefone ou em uma feira. (22) Nesses casos, (23) a devolução pode ser feita em até sete dias.

(24) No entanto, apesar de haver na lei a previsão de troca por simples insatisfação, (25) essa troca é muito comum no comércio. (26) Os lojistas sabem: essa gentileza cativa o cliente, (27) que acaba comprando mais na hora da substituição. (28) A condição é que o produto não tenha sido usado, que a embalagem não esteja violada e que a nota fiscal seja apresentada.

(29) É bom ficar atento a promoções, (30) pois algumas vezes os produtos adquiridos não contam com a possibilidade de troca. (31) De garantia de qualidade, sim. (32) Outra dúvida muito comum diz respeito ao prazo para solução dos defeitos e a quem procurar nessa situação. (33) Como já informei aqui na semana passada, (34) nesse caso a lei também é muito clara: (35) o consumidor poderá recorrer ao vendedor, ao fabricante, importador ou qualquer outro que faça parte da cadeia de produção e distribuição.

(36) E nessa hora temos assistido grandes redes fazerem o “jogo de empurra”, (37) encaminhando o consumidor para a assistência técnica. (38) É uma prática

desonesta, (39) pois o produto foi adquirido na loja (40) e ela deve tomar as providências cabíveis.

(41) Quando o produto apresenta defeito que cause danos ao consumidor, (42) como queimar-se ao acender o fogão, (43) a lei atribui responsabilidade exclusiva do fabricante. (44) Nesse caso, (45) não só a troca e a devolução do dinheiro são garantidas, (46) mas também uma indenização por danos morais e materiais.

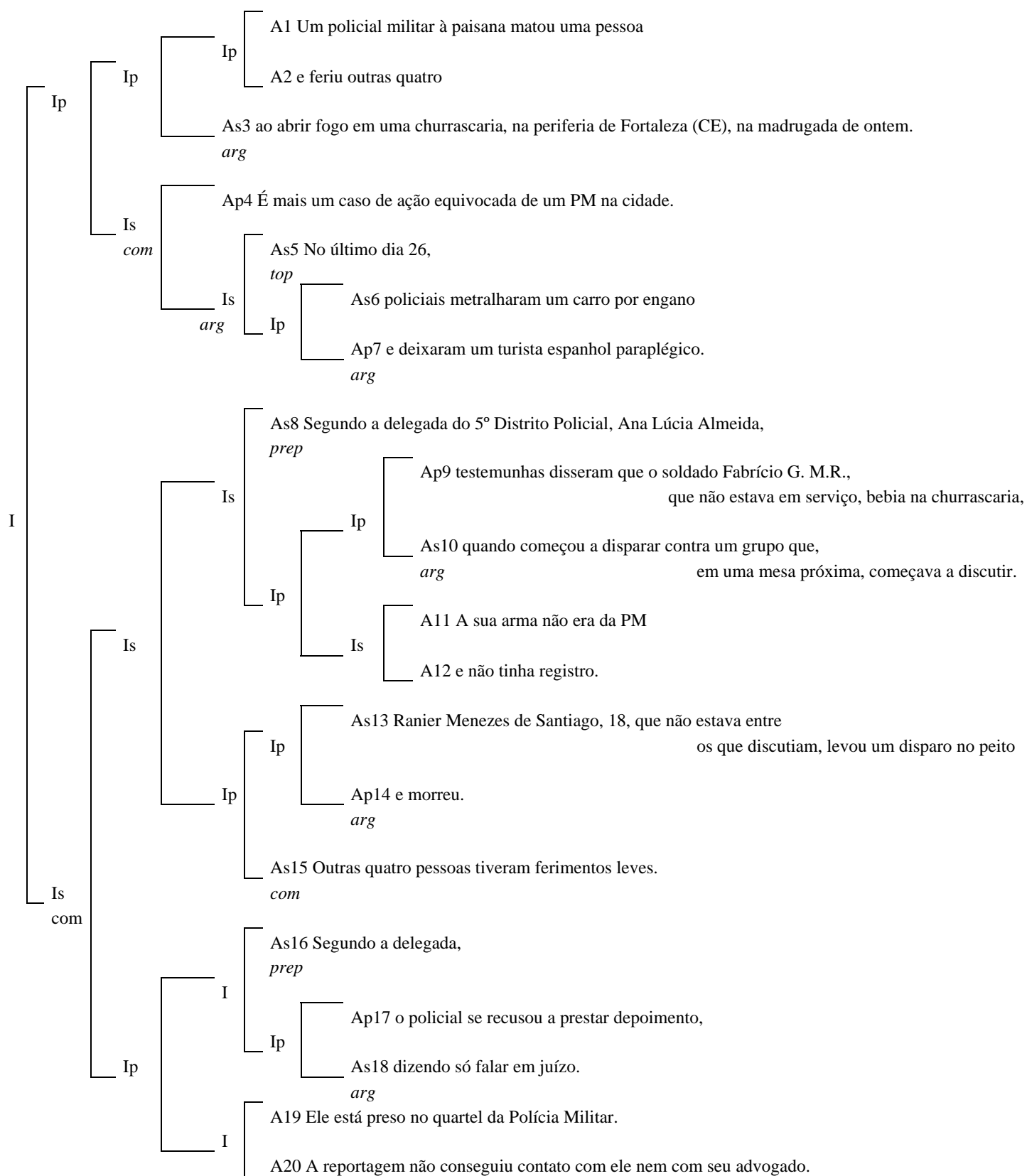
(47) Quanto ao prazo para solução, (48) a lei prevê o máximo de 30 dias. (49) Além desse período, (50) o consumidor pode exigir o dinheiro de volta ou a substituição por similar. (51) Se o produto adquirido for um produto de primeira necessidade, (52) o Código determina solução imediata, (53) como também já dissemos aqui. (54) Em caso de desrespeito à lei, (55) os Procons são sempre bons parceiros. (56) Lembre-se disso.

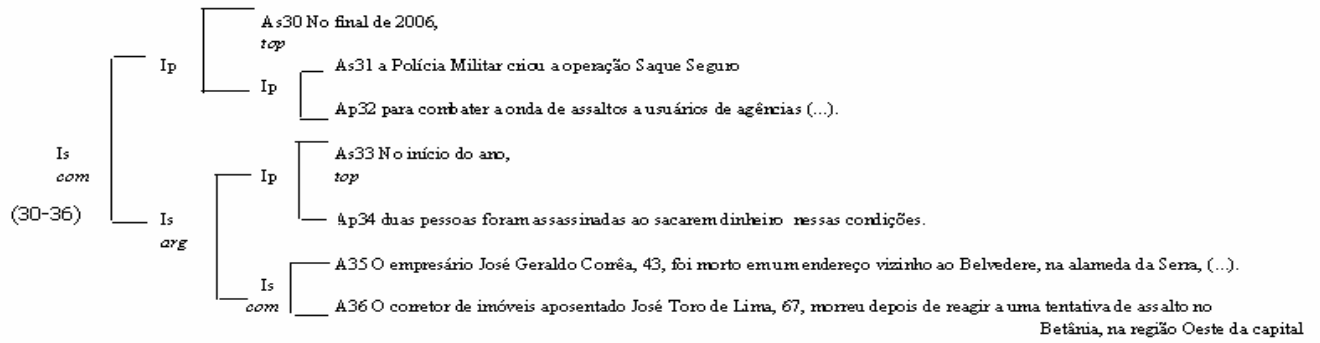
(Super Notícias, Opinião, p. 02, 31/12/2007)

(A8-SN)

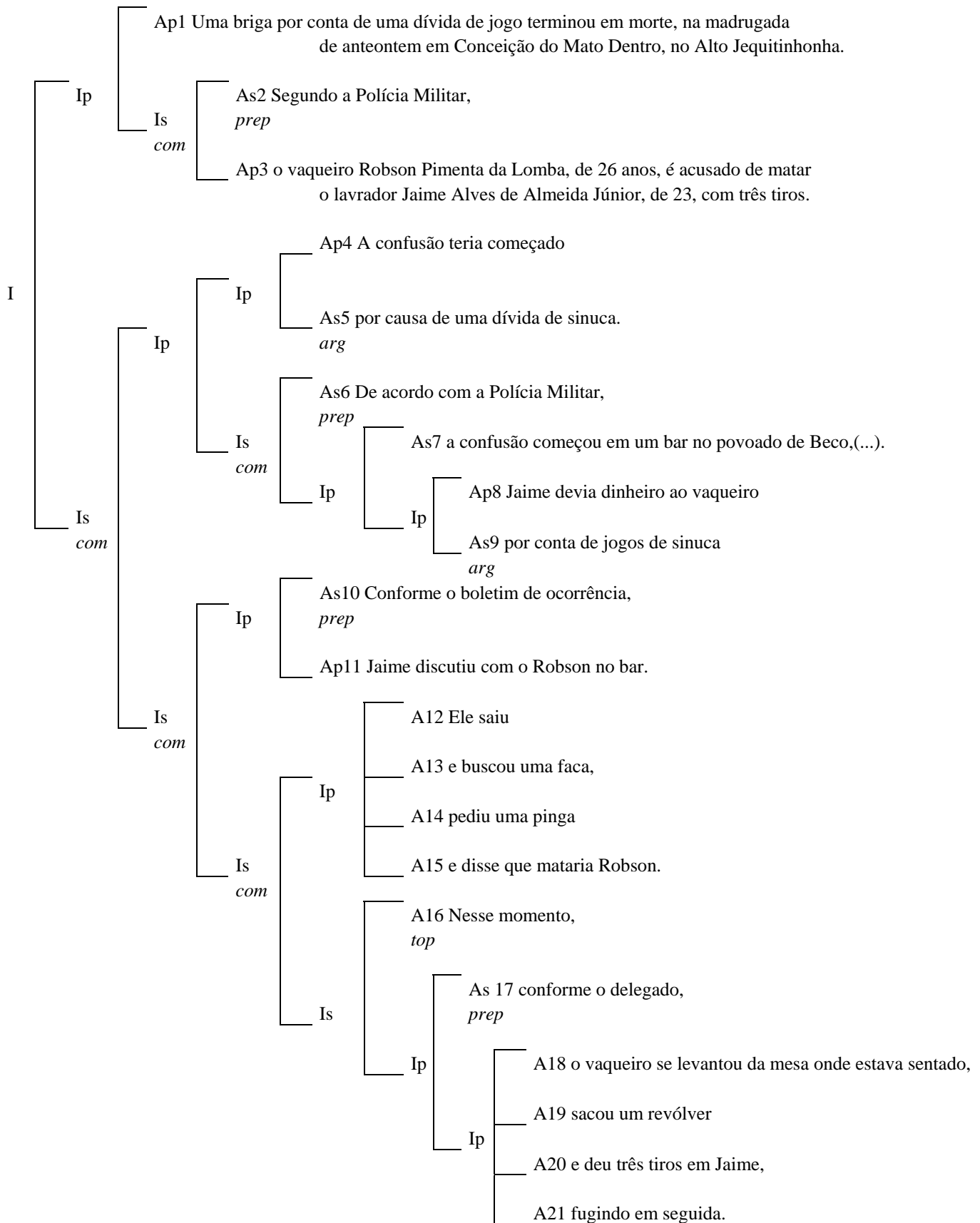
ANEXOS B

Policial mata um e fere quatro ao abrir fogo em churrascaria

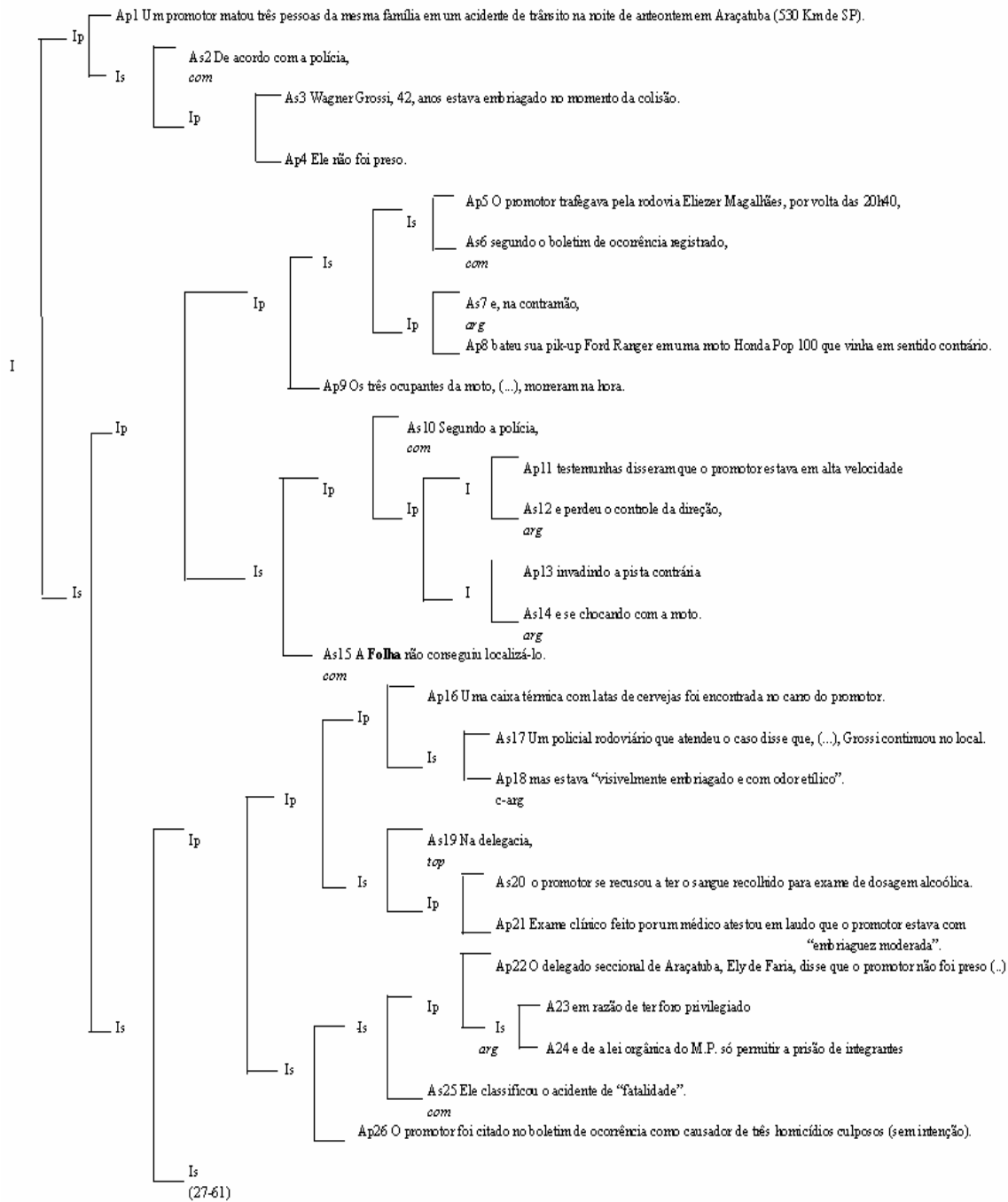


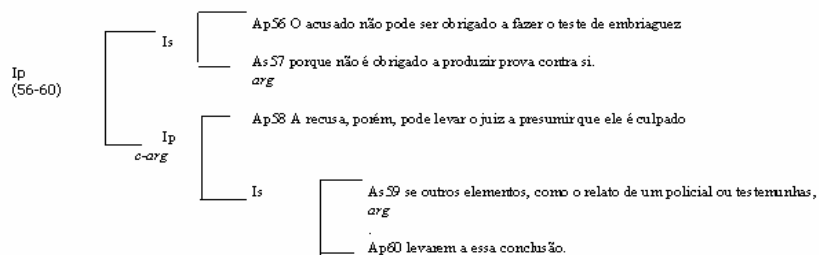
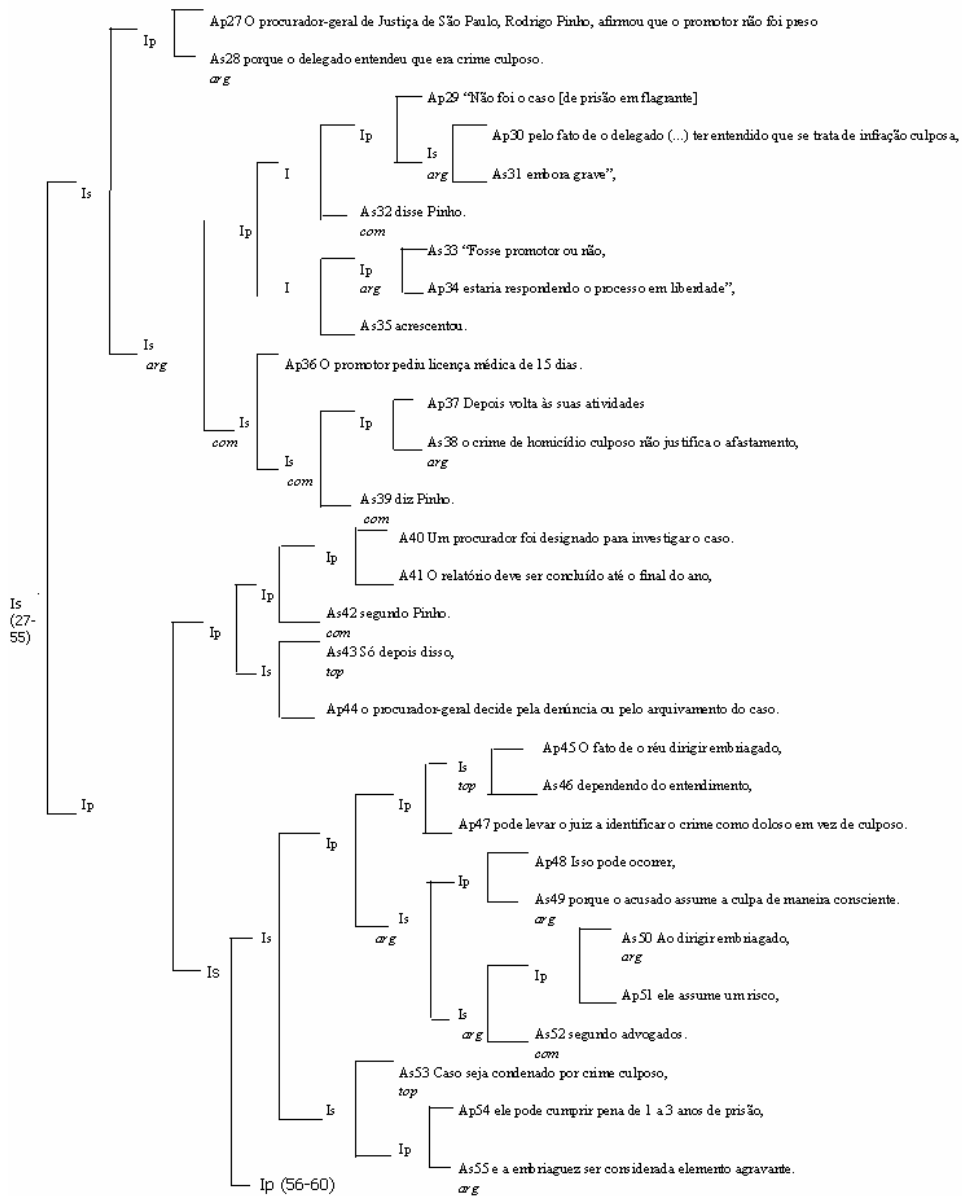


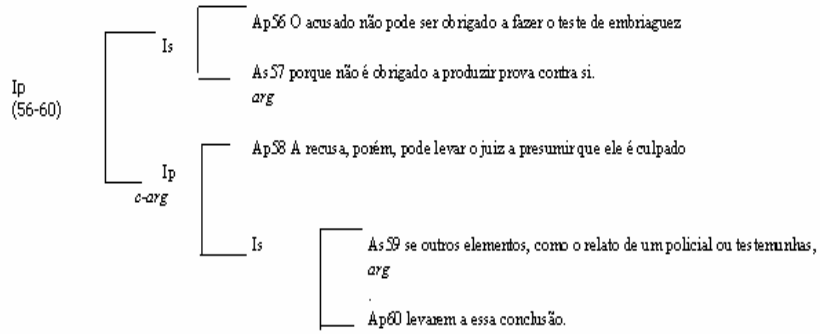
Homem mata por causa de dívida de sinuca

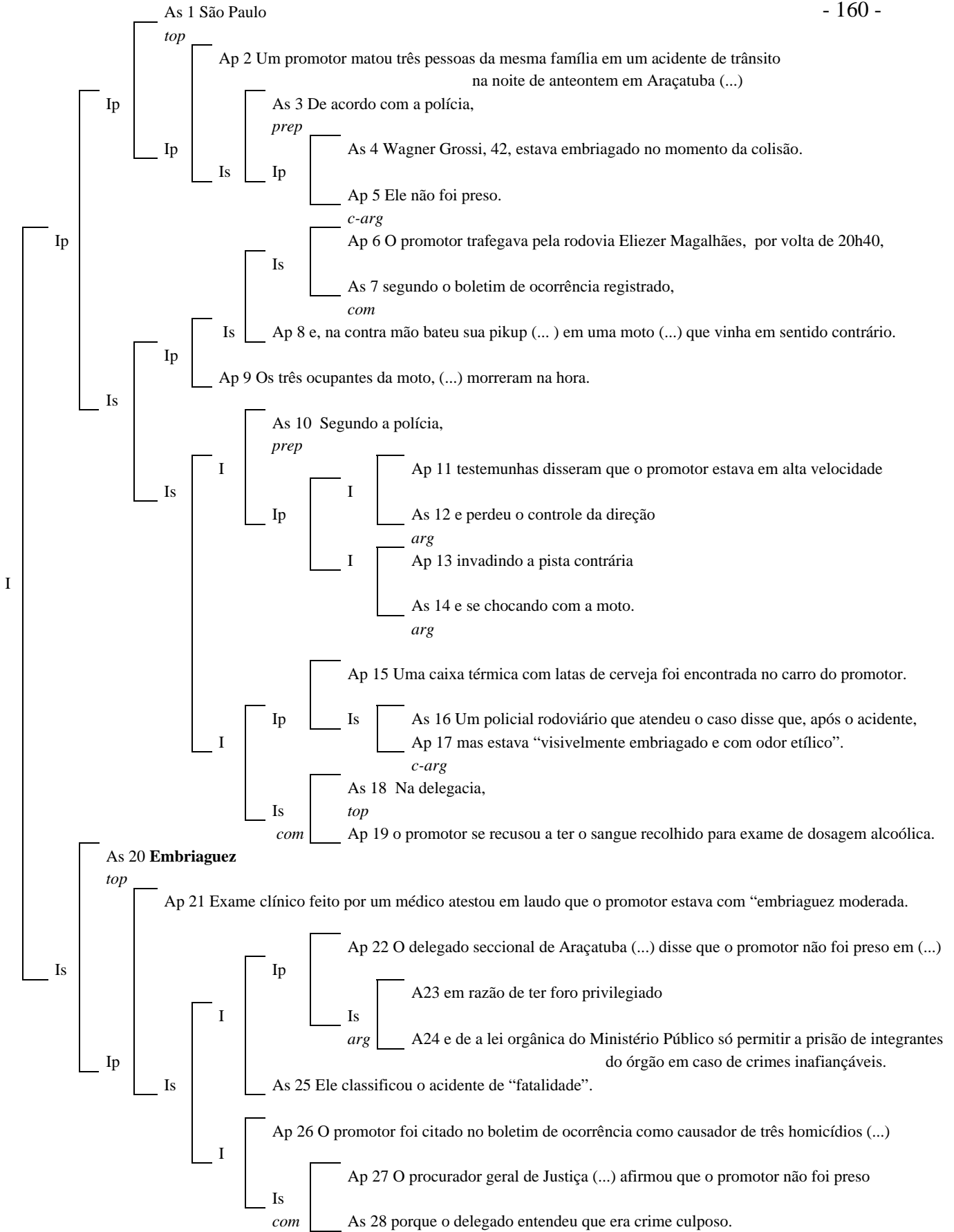


Promotor invade contramão e mata casal e filho de 7 anos

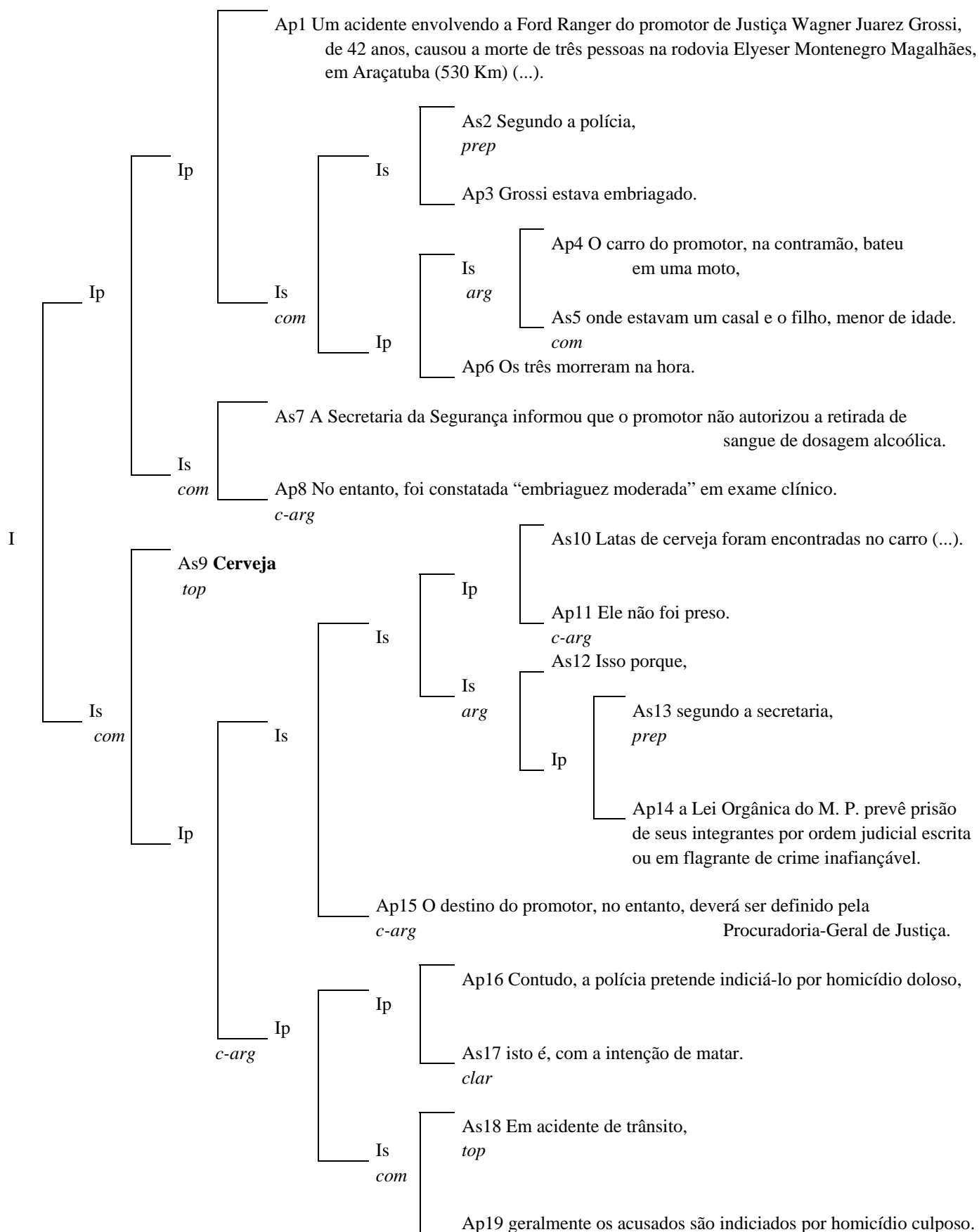




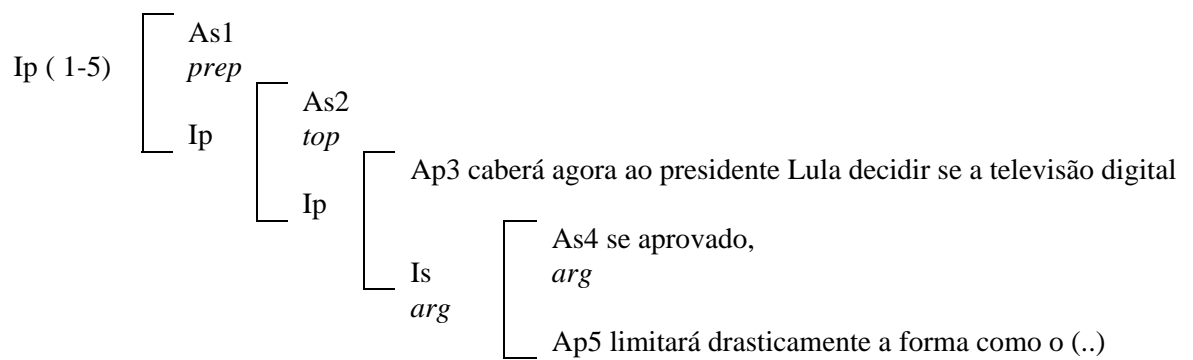
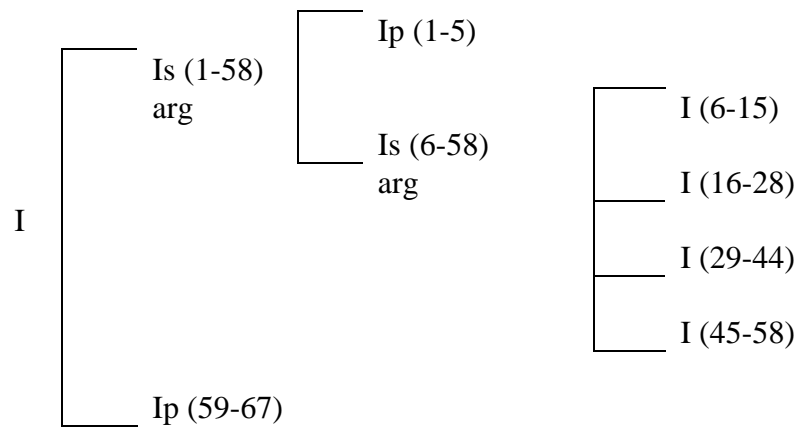


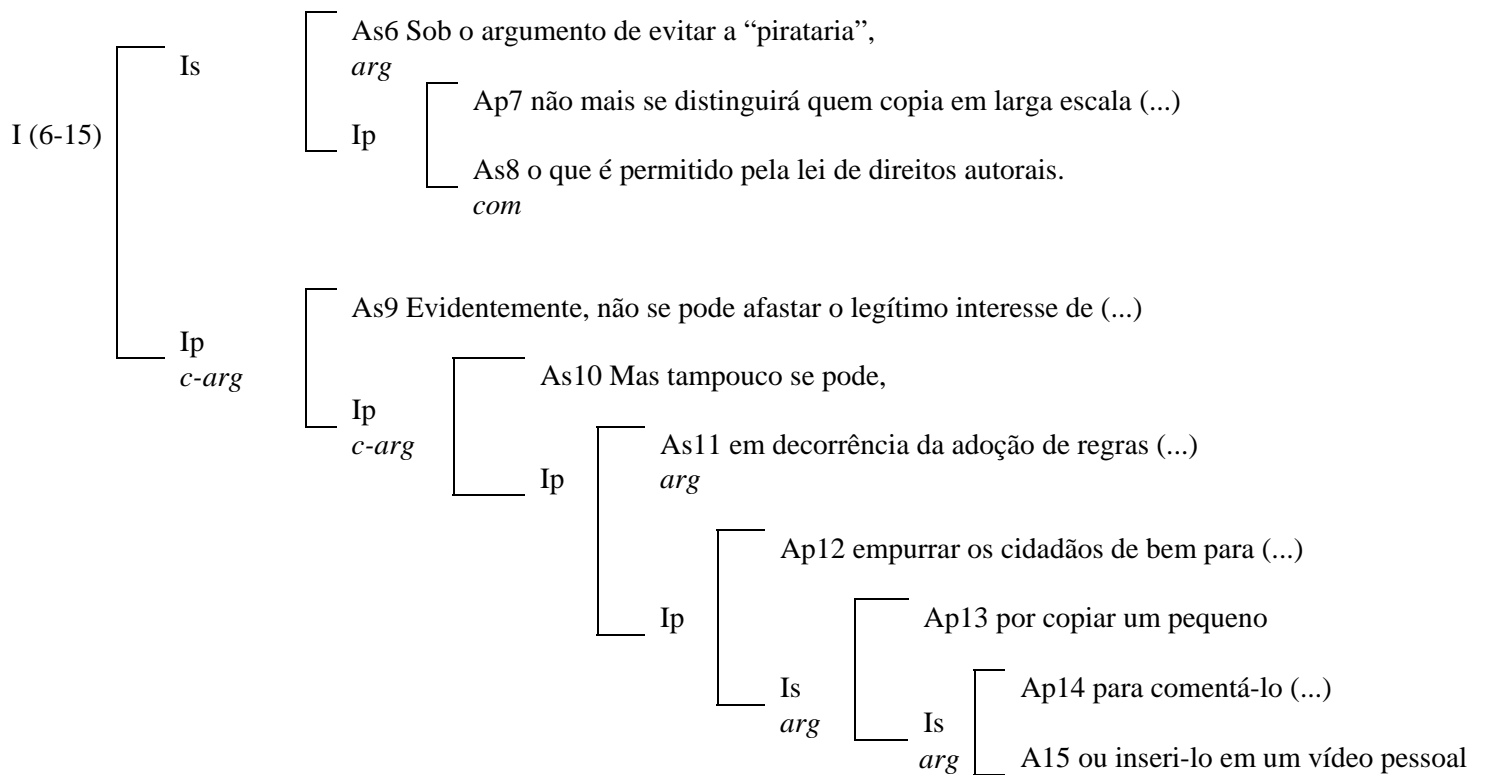


Promotor embriagado mata três pessoas em acidente



A TV digital e o respeito ao consumidor





I (6-15)

Is

As6 Sob o argumento de evitar a “pirataria”,
arg

Ip

Ap7 não mais se distinguirá quem copia em larga escala (...)

As8 o que é permitido pela lei de direitos autorais.
com

Ip

c-arg

As9 Evidentemente, não se pode afastar o legítimo interesse de (...)

Ip

c-arg

As10 Mas tampouco se pode,

Ip

As11 em decorrência da adoção de regras (...)
arg

Ip

Ap12 empurrar os cidadãos de bem para (...)

Is

arg

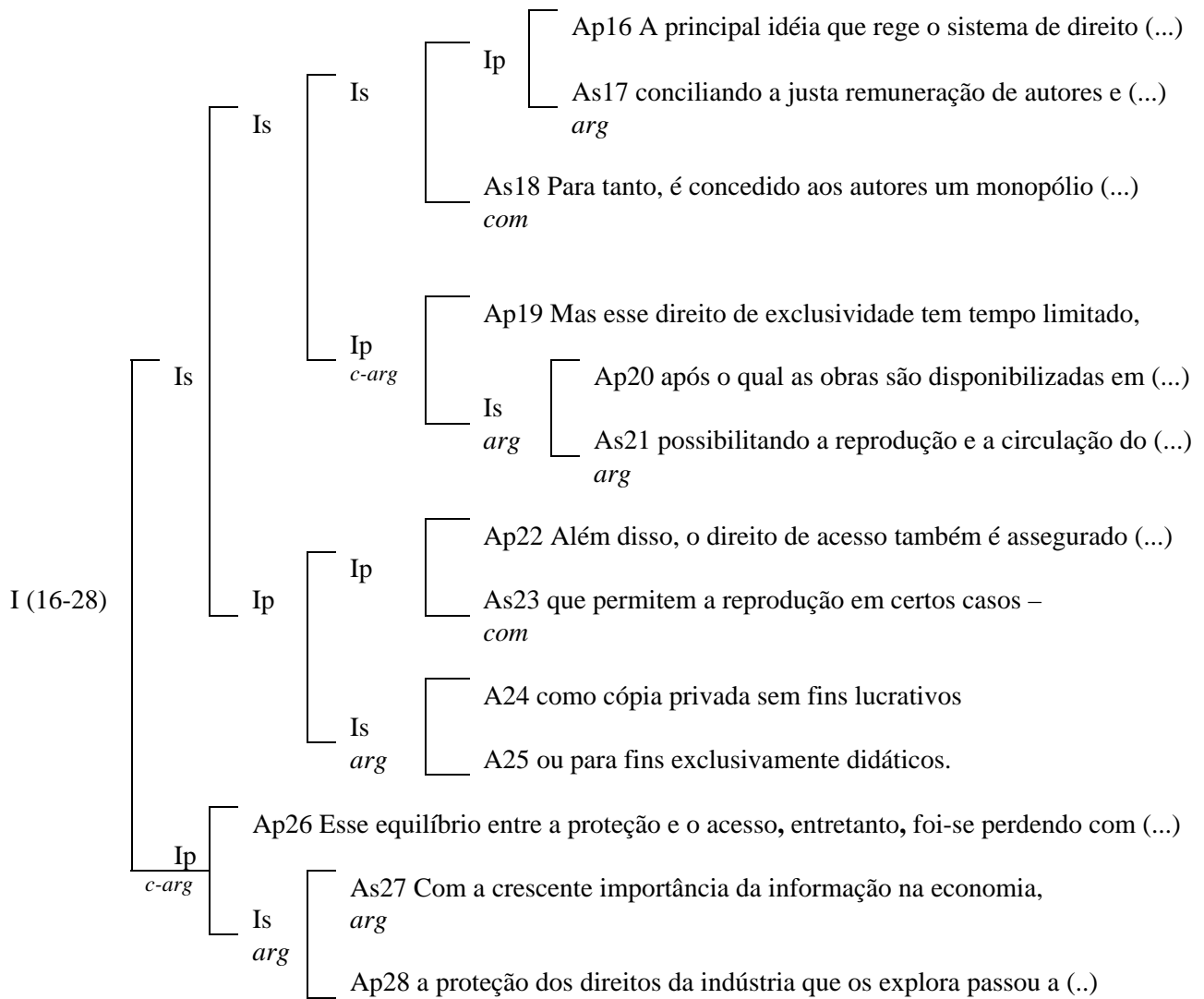
Ap13 por copiar um pequeno

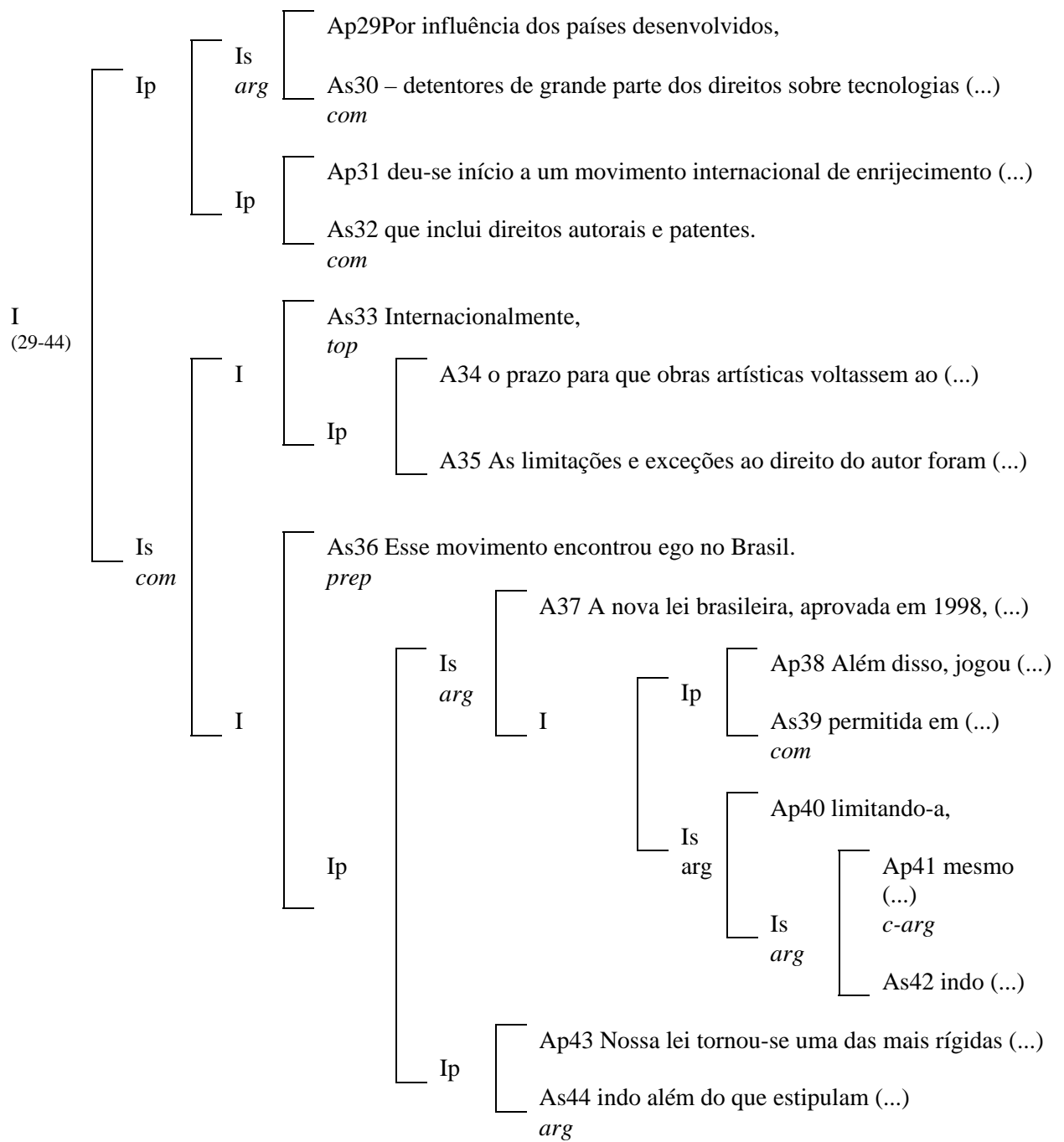
Is

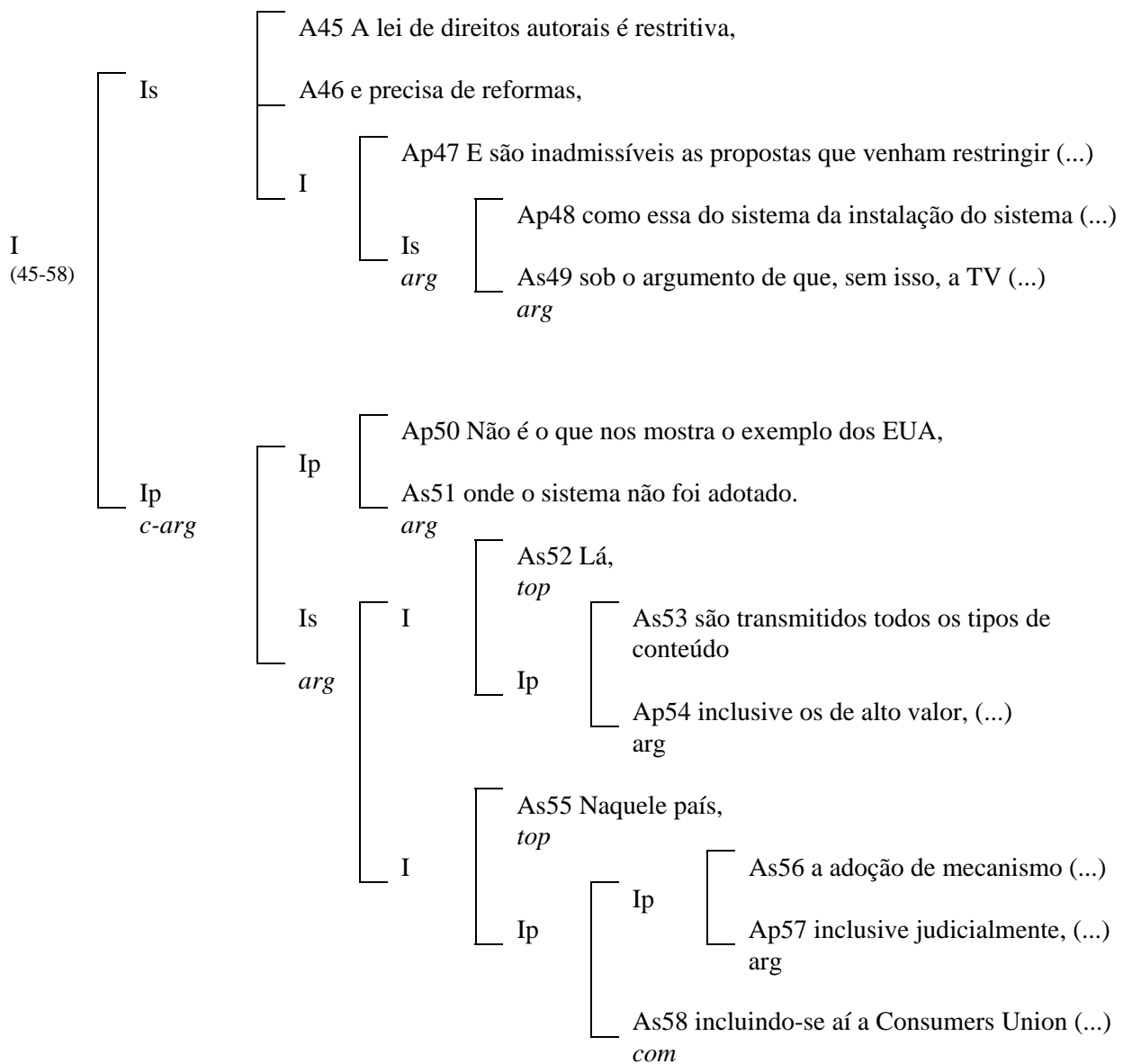
arg

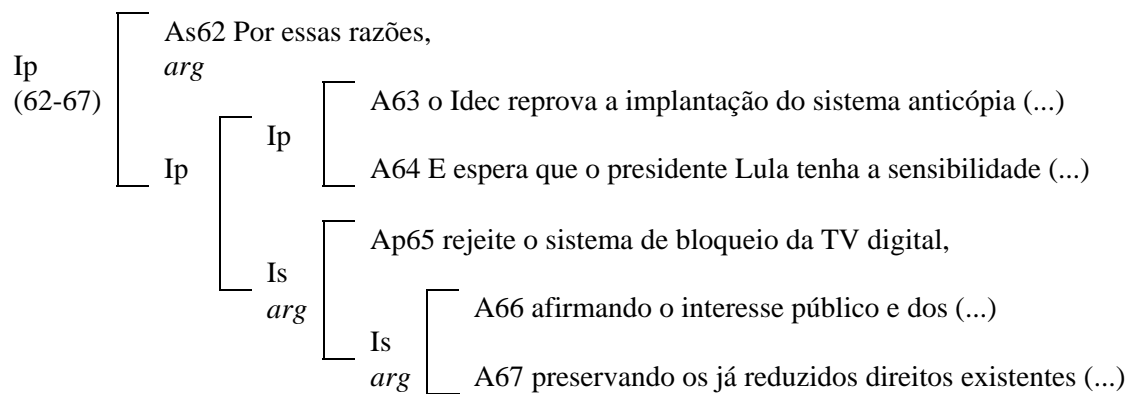
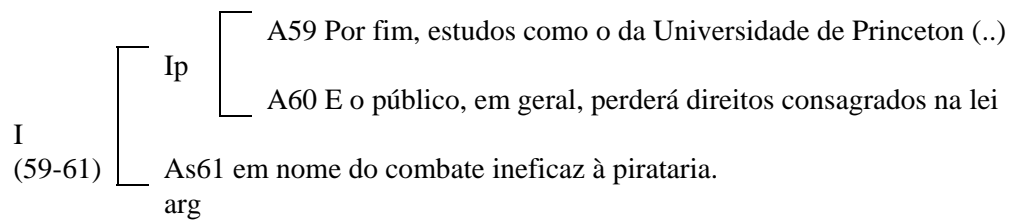
Ap14 para comentá-lo (...)

A15 ou inseri-lo em um vídeo pessoal

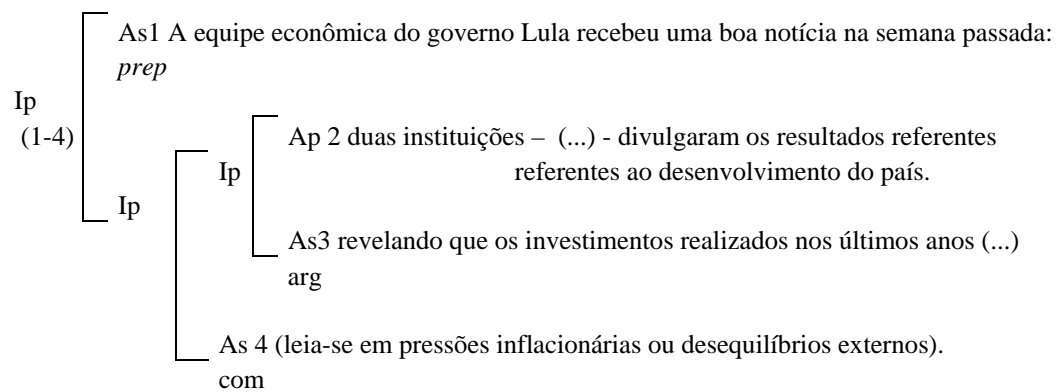
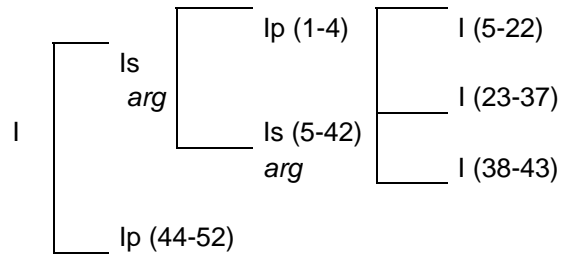




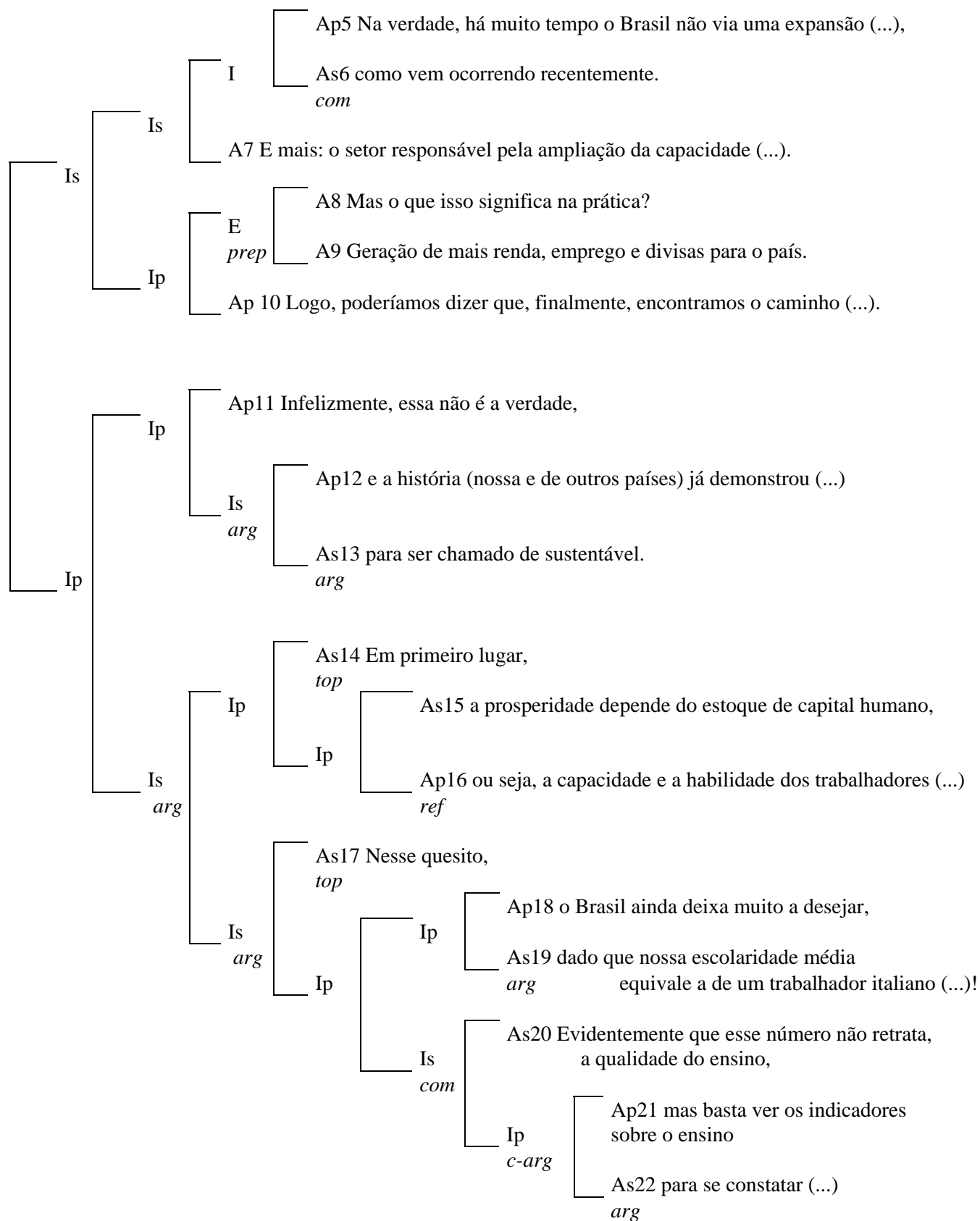


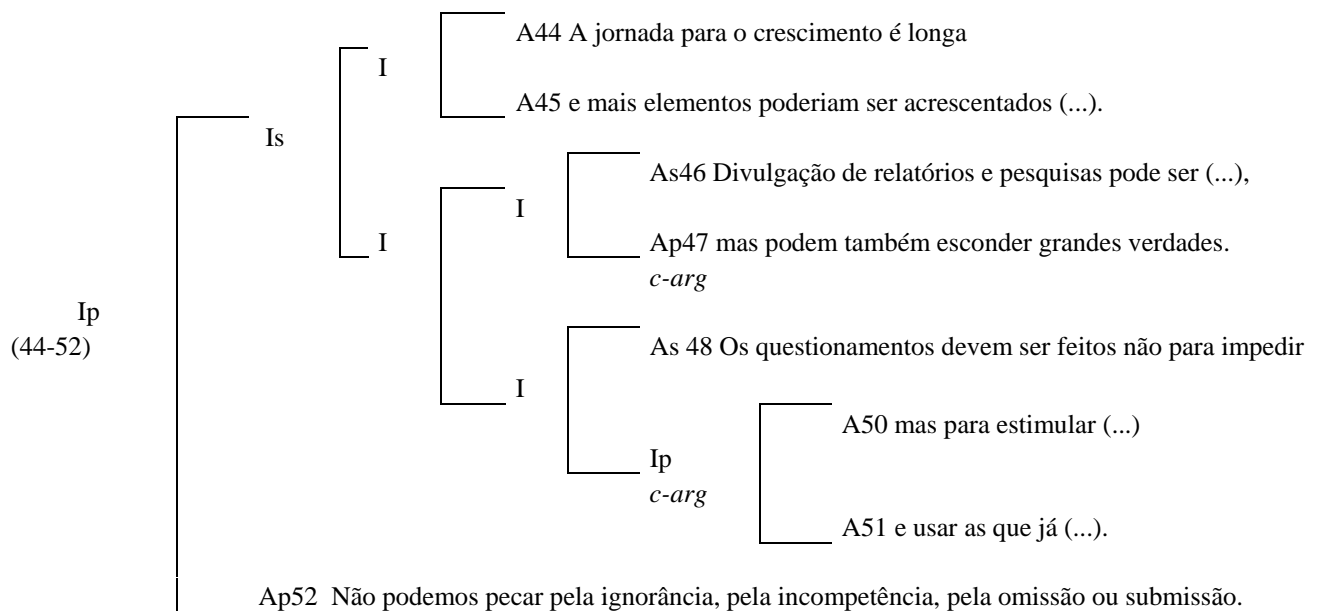
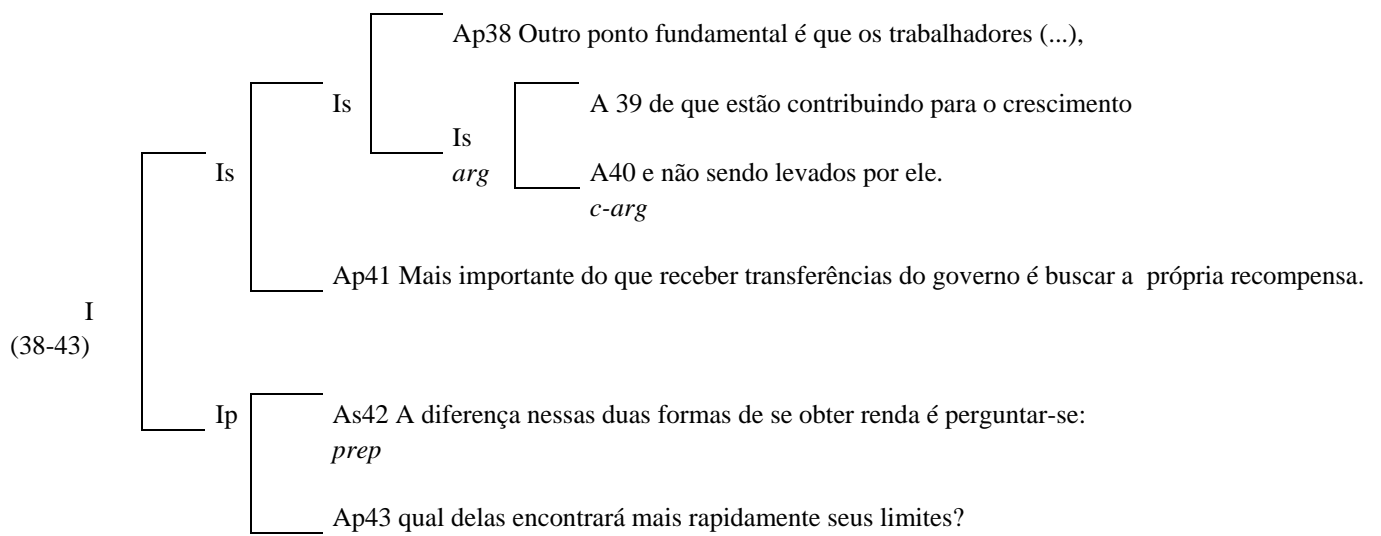


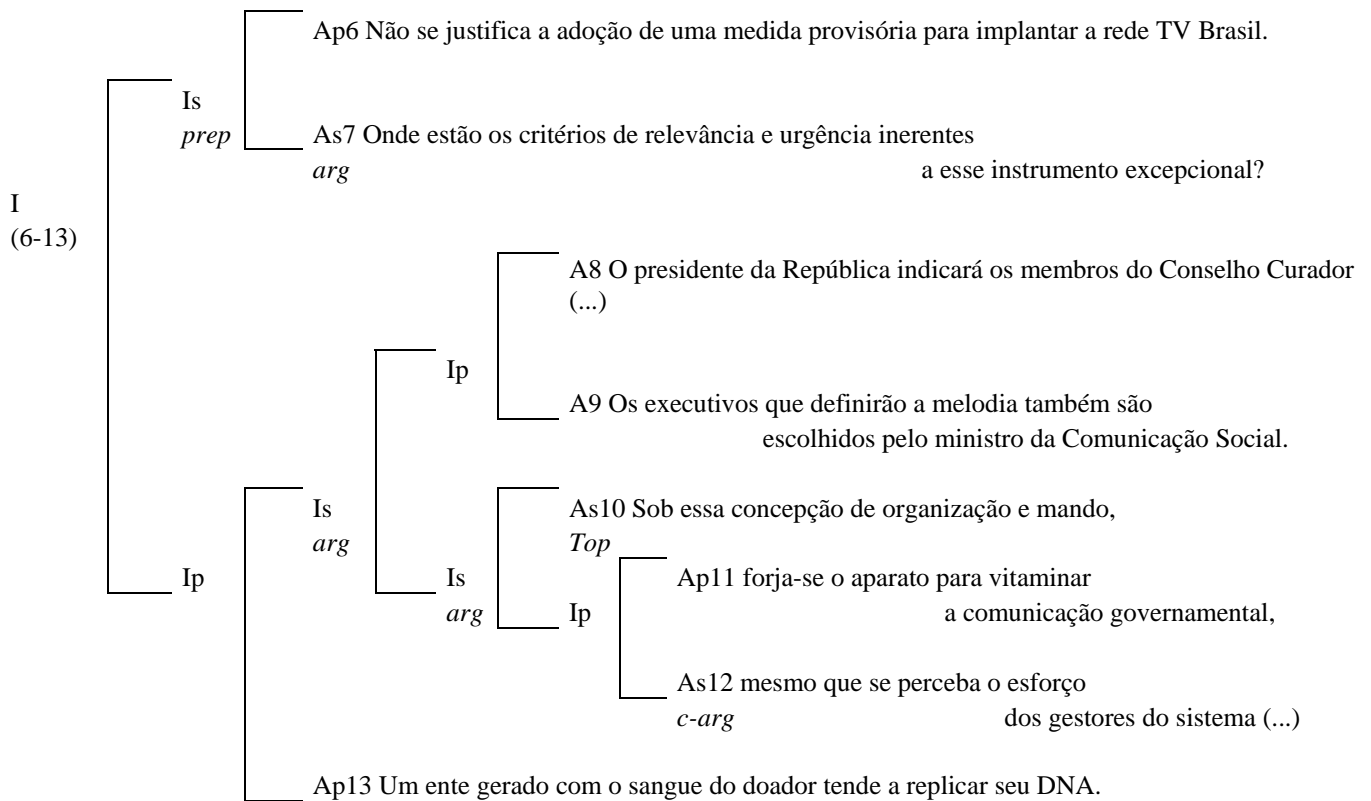
Uma longa jornada

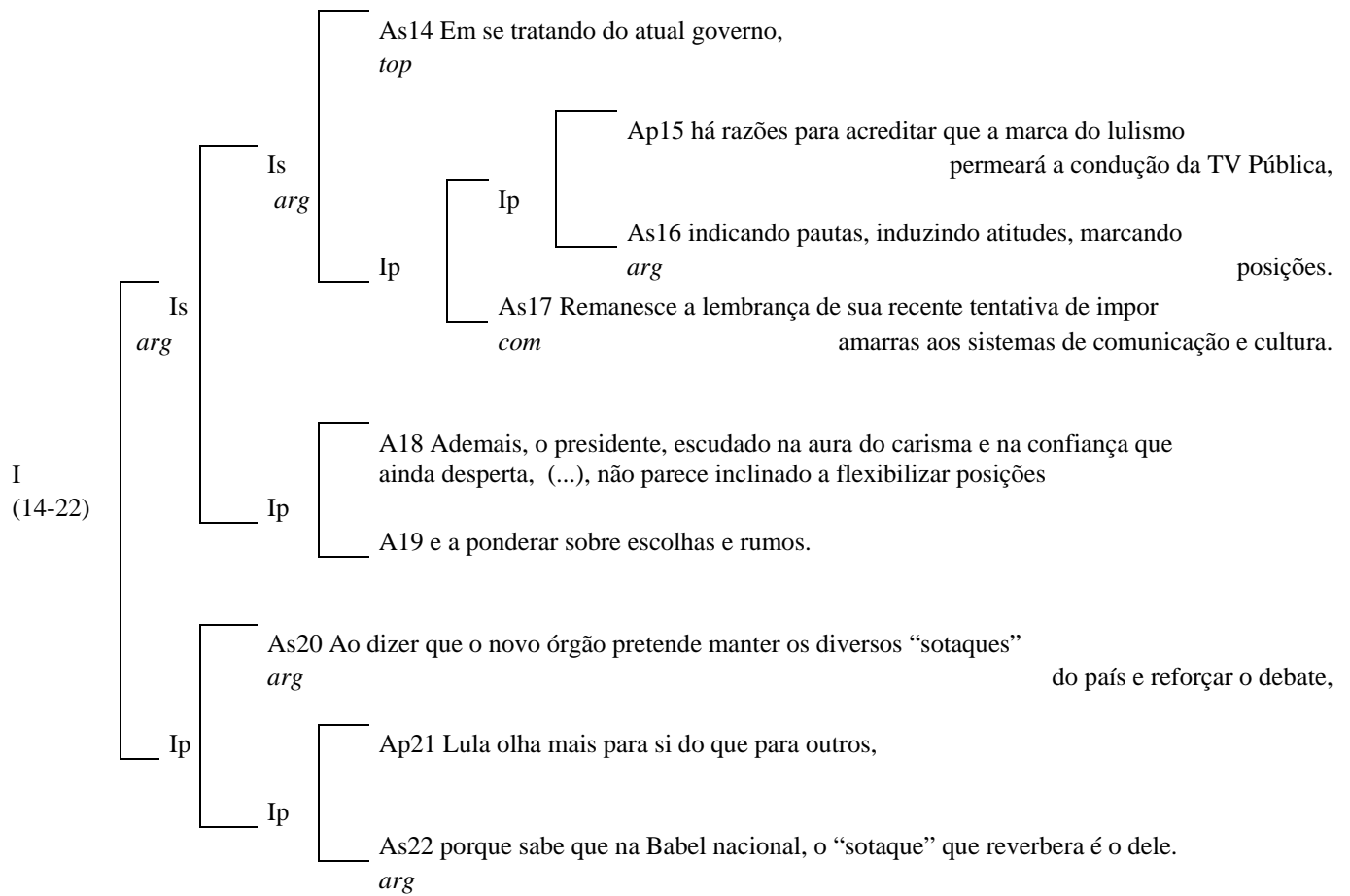


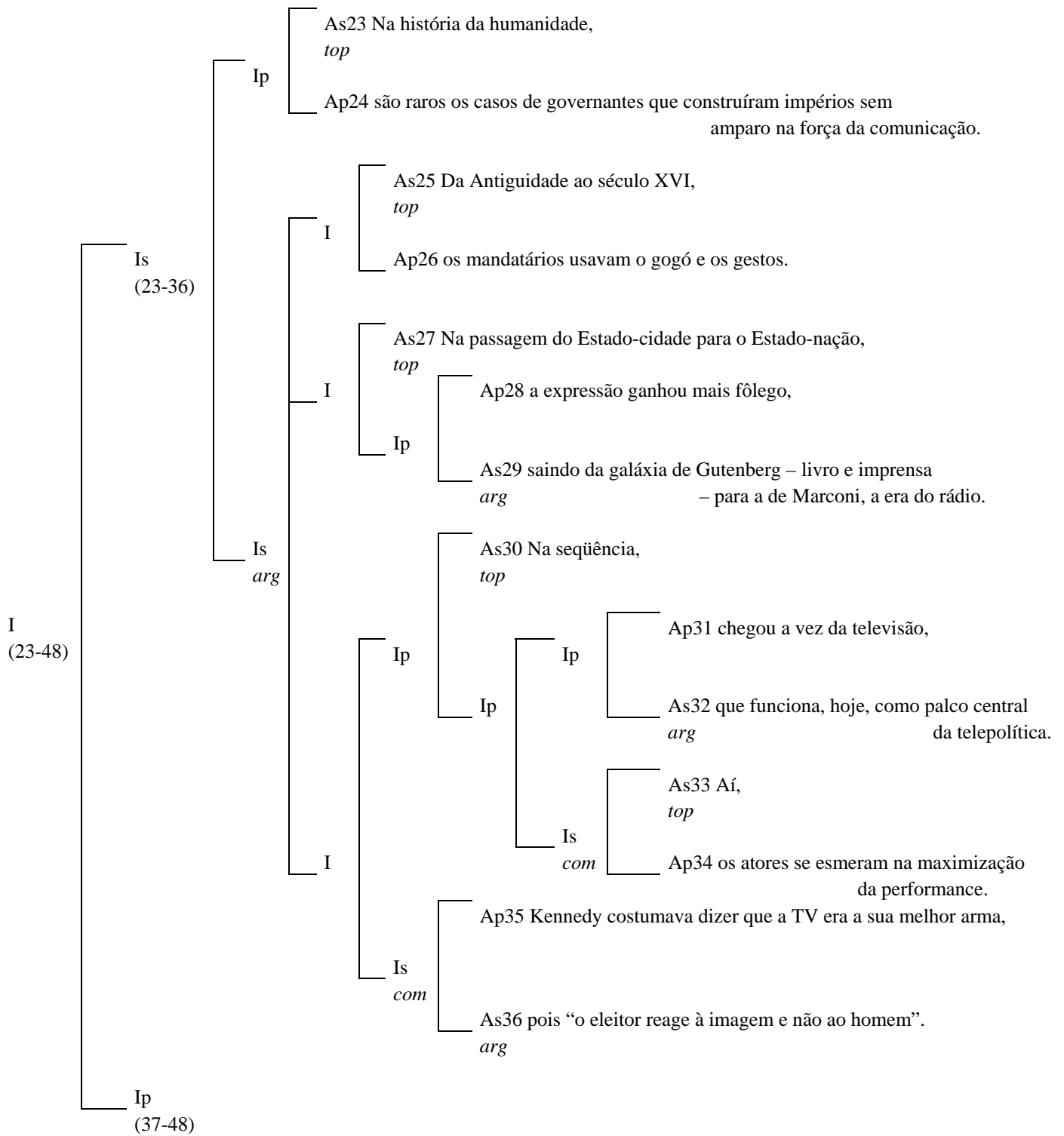
I (5-22)

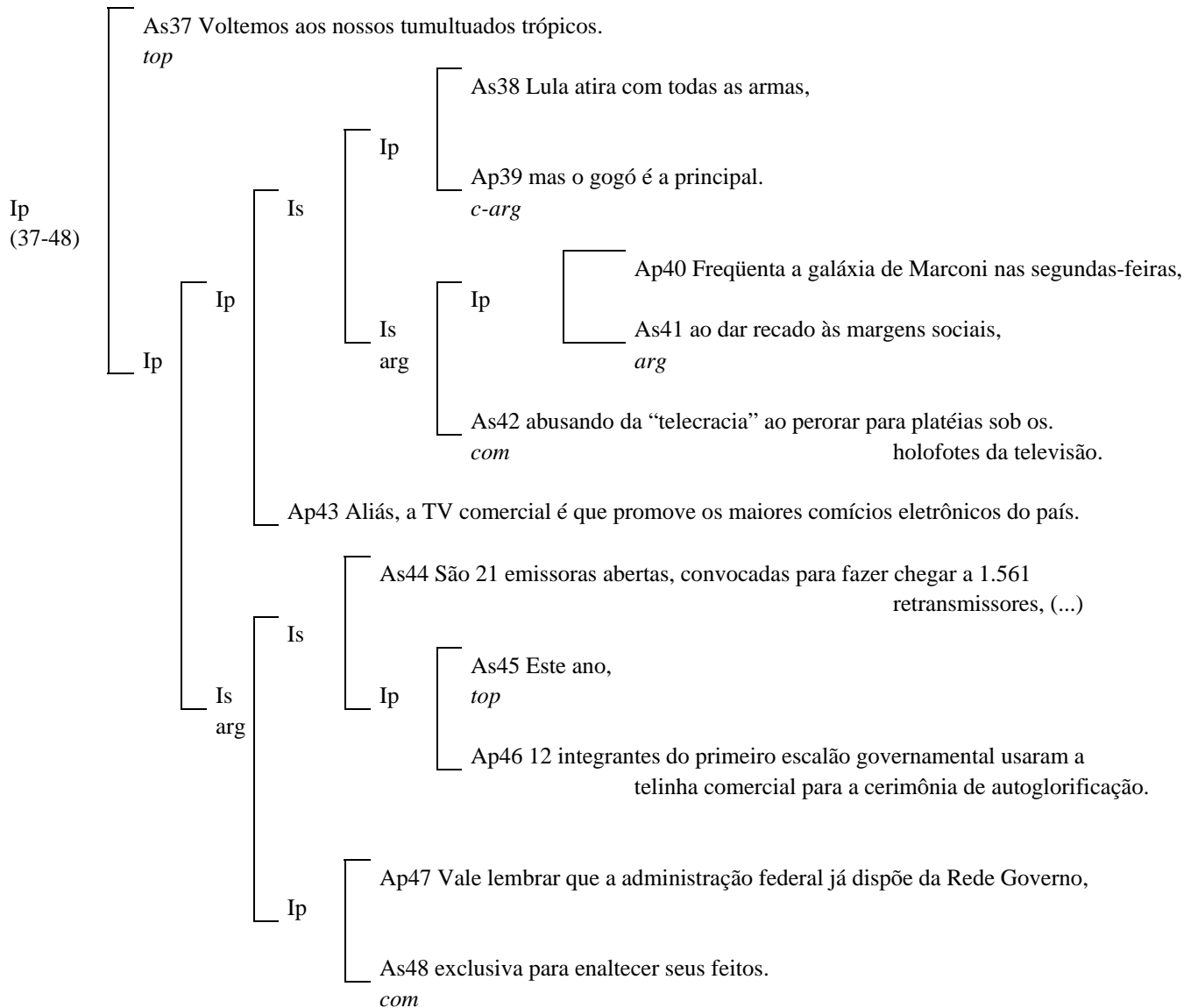




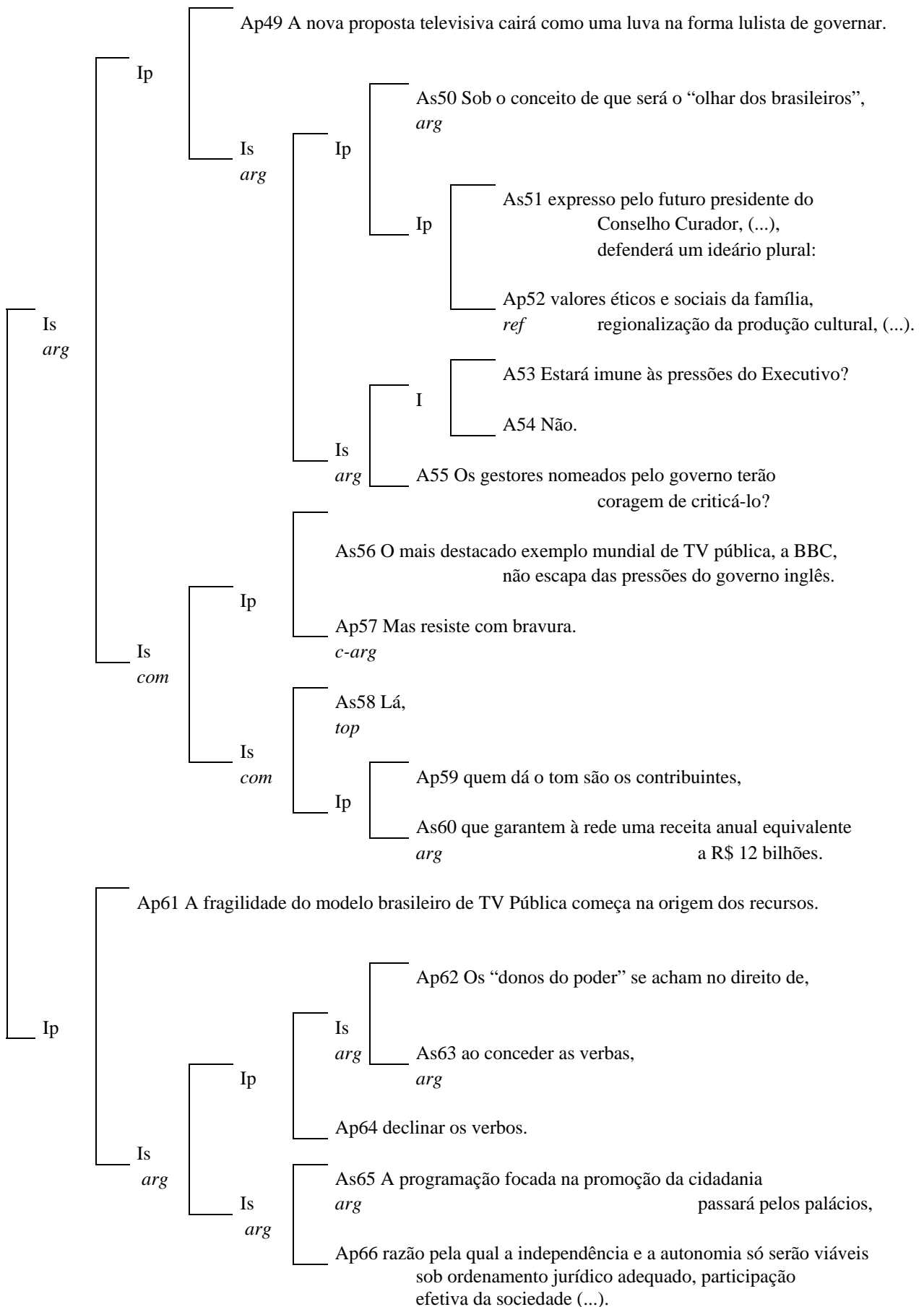


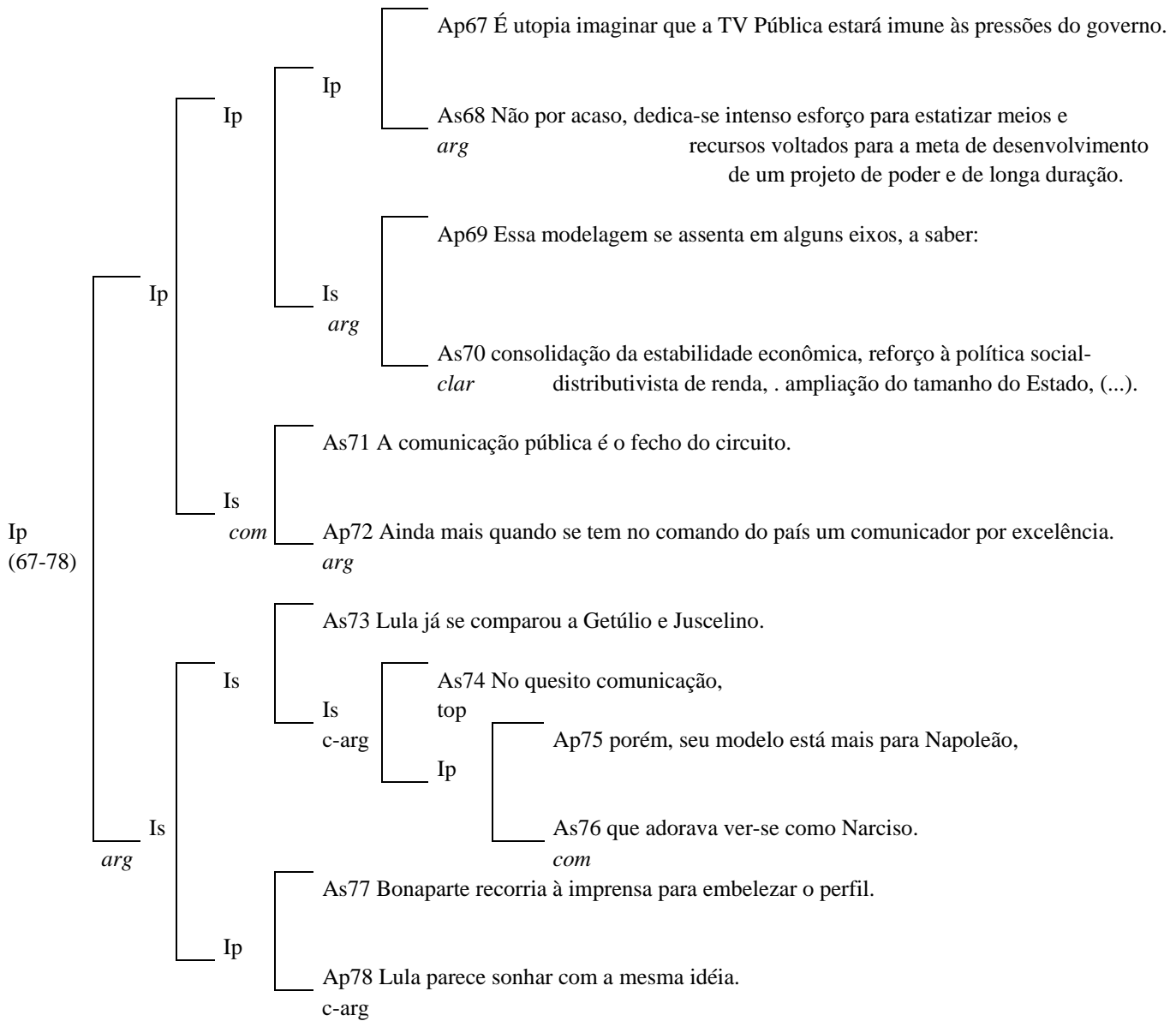




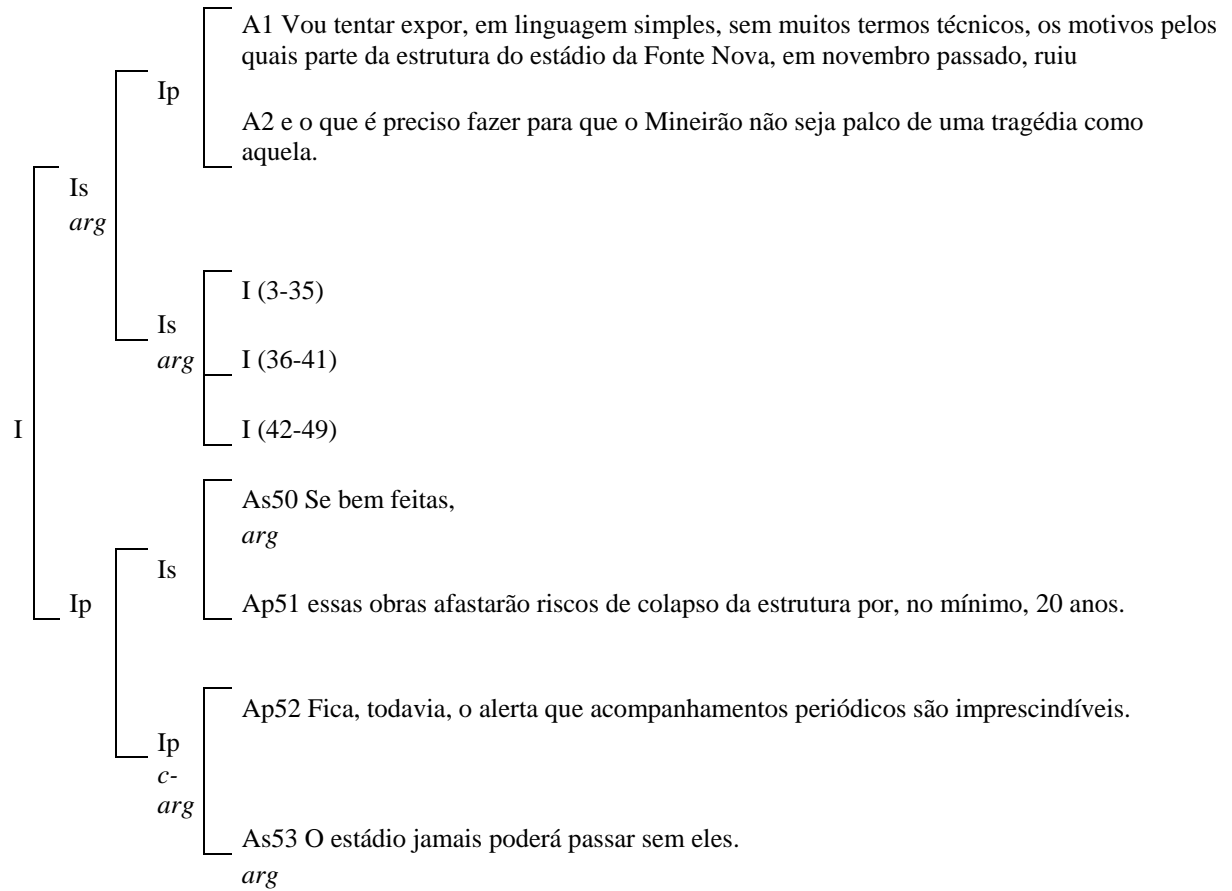


I
(49-66)

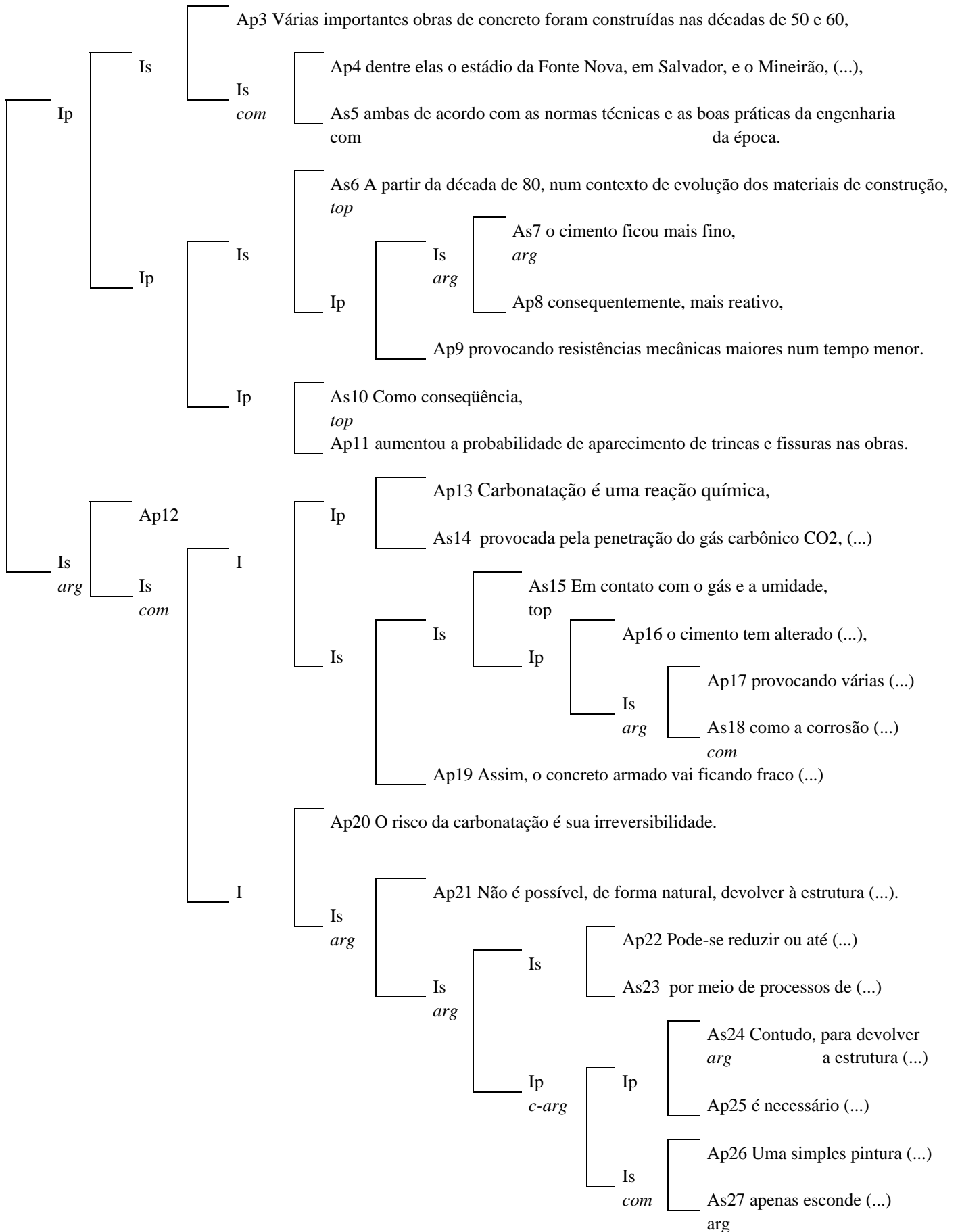


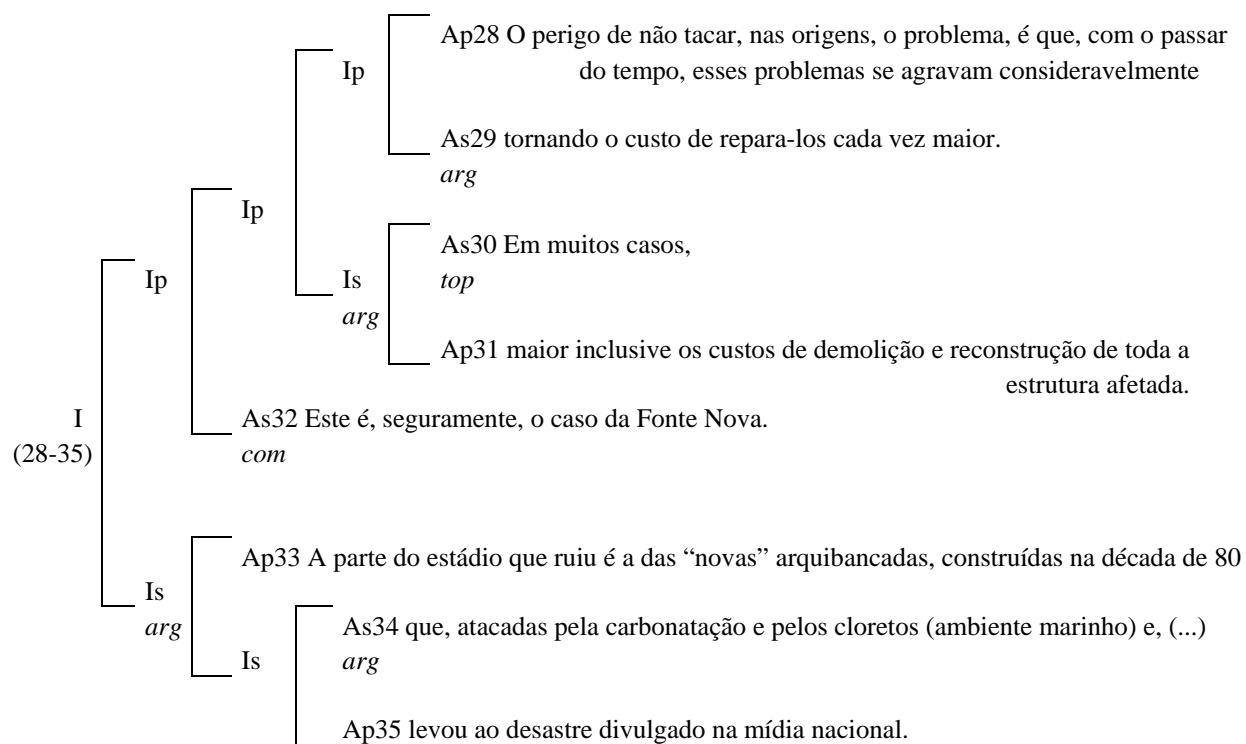


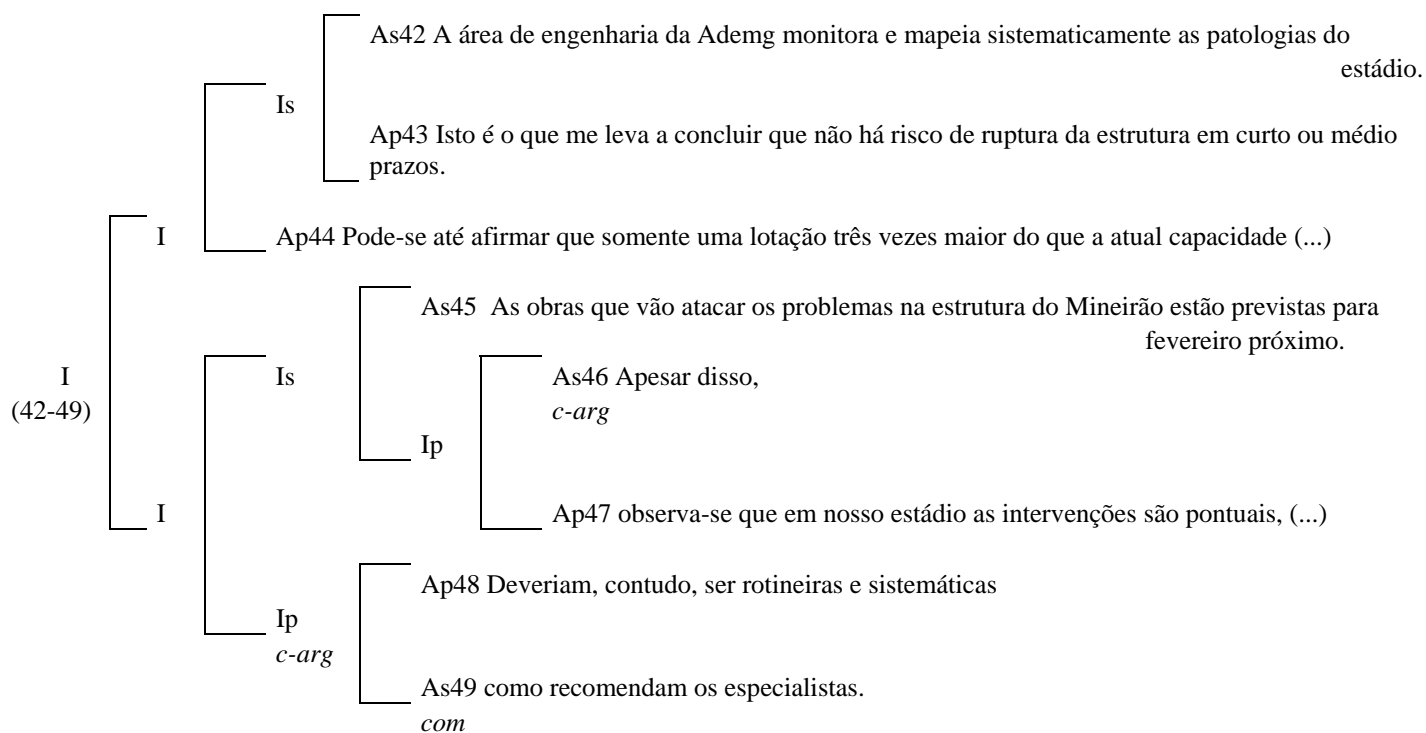
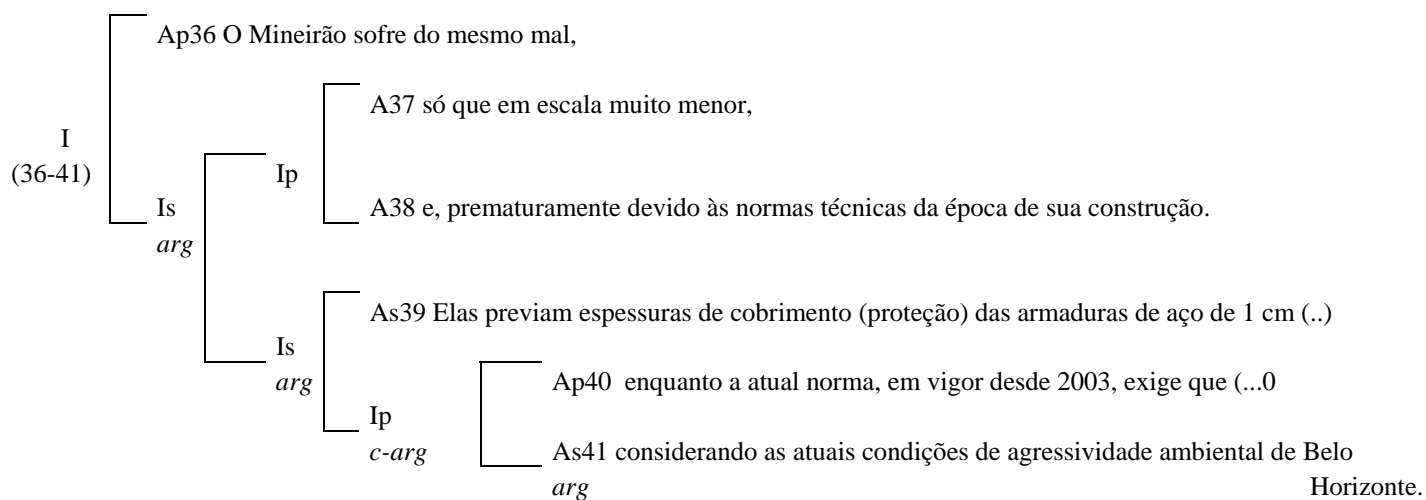
Fonte Nova X Mineirão

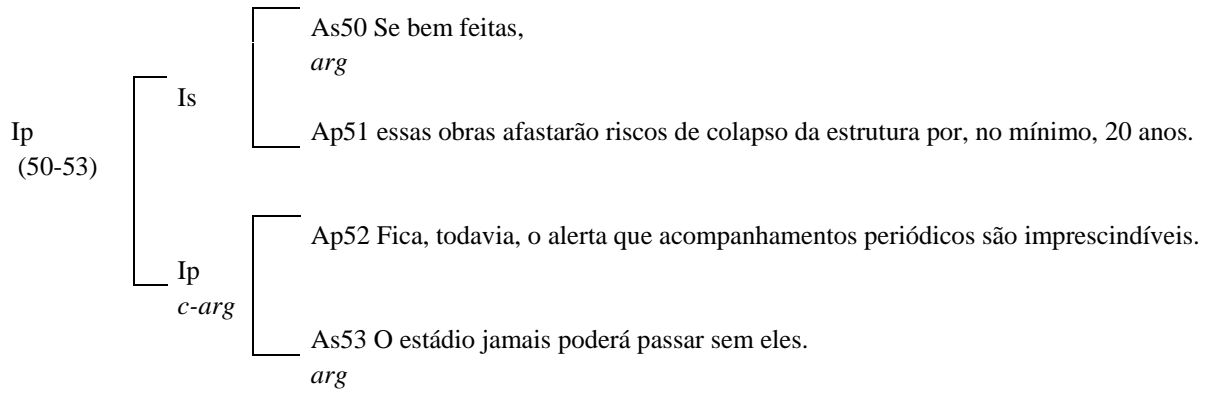


I (3-27)

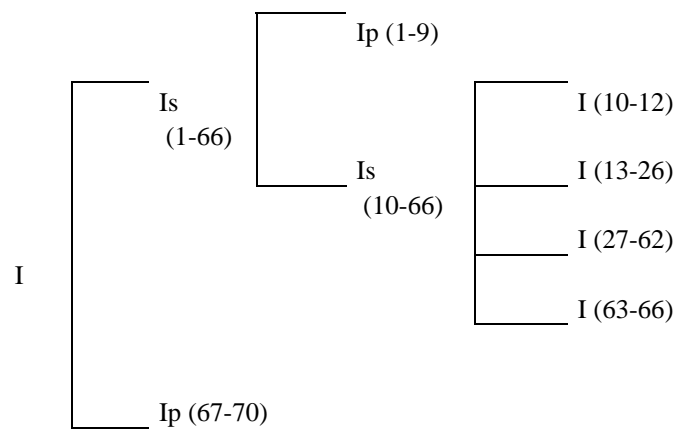


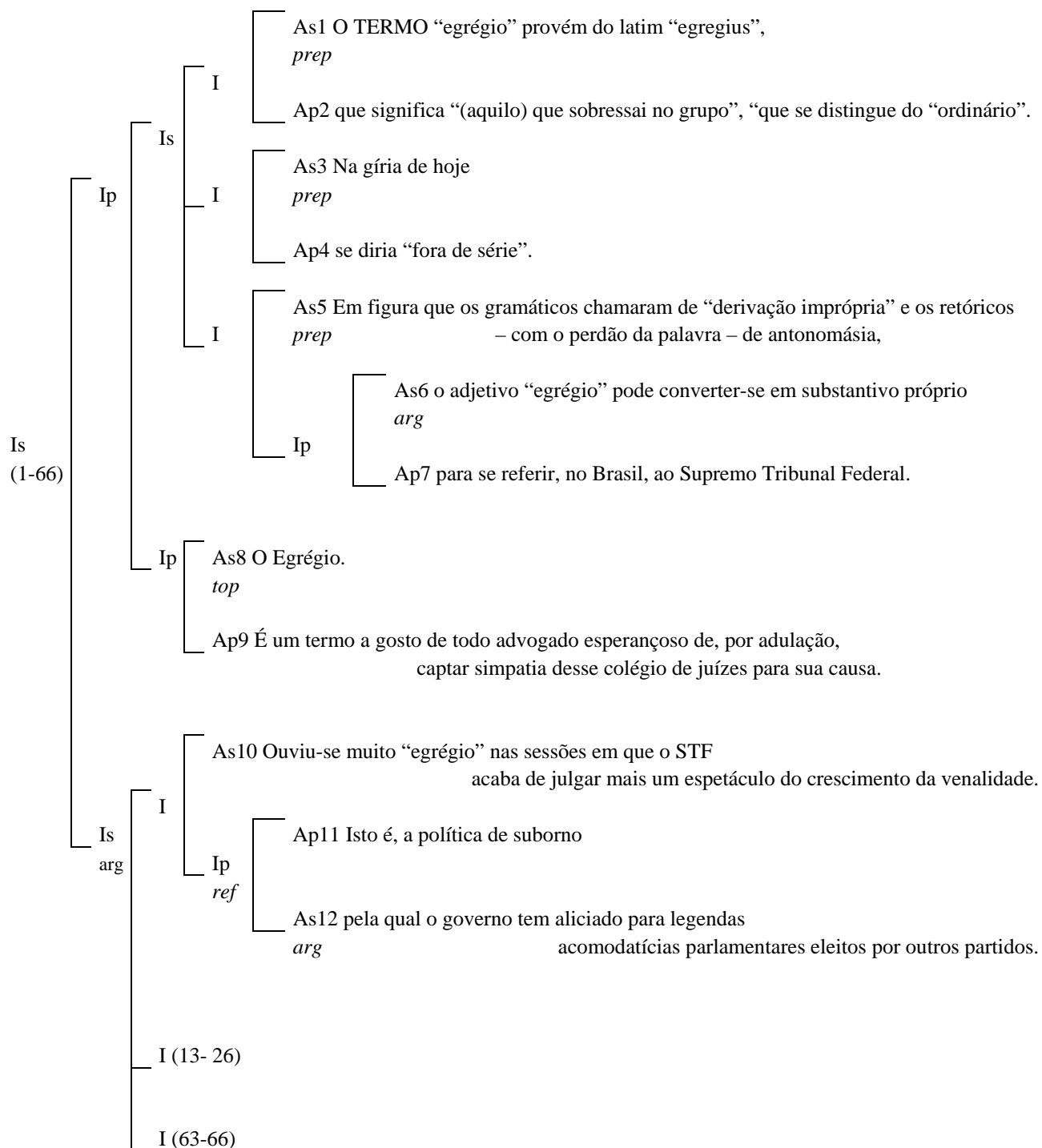




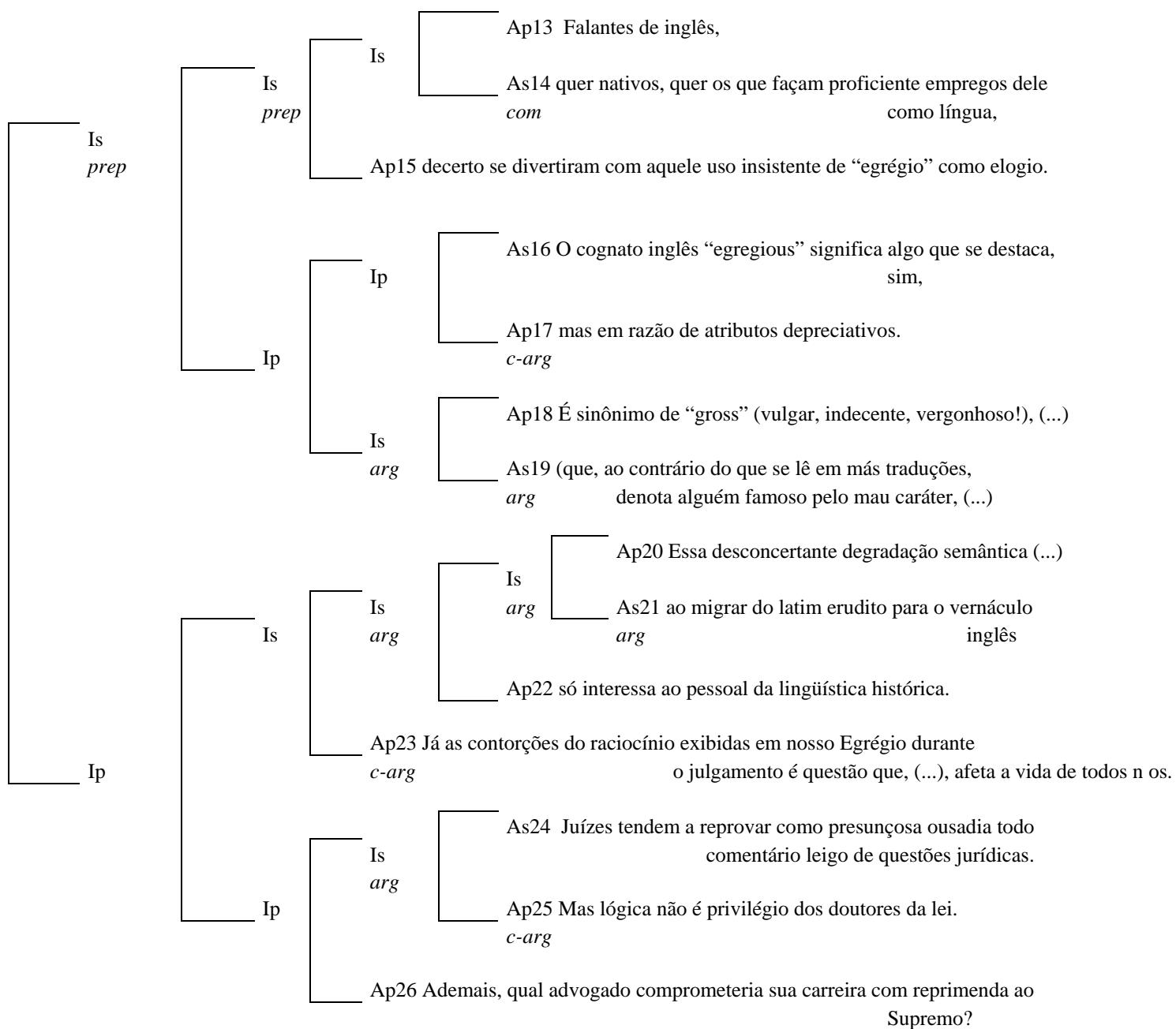


O imbróglio da infidelidade

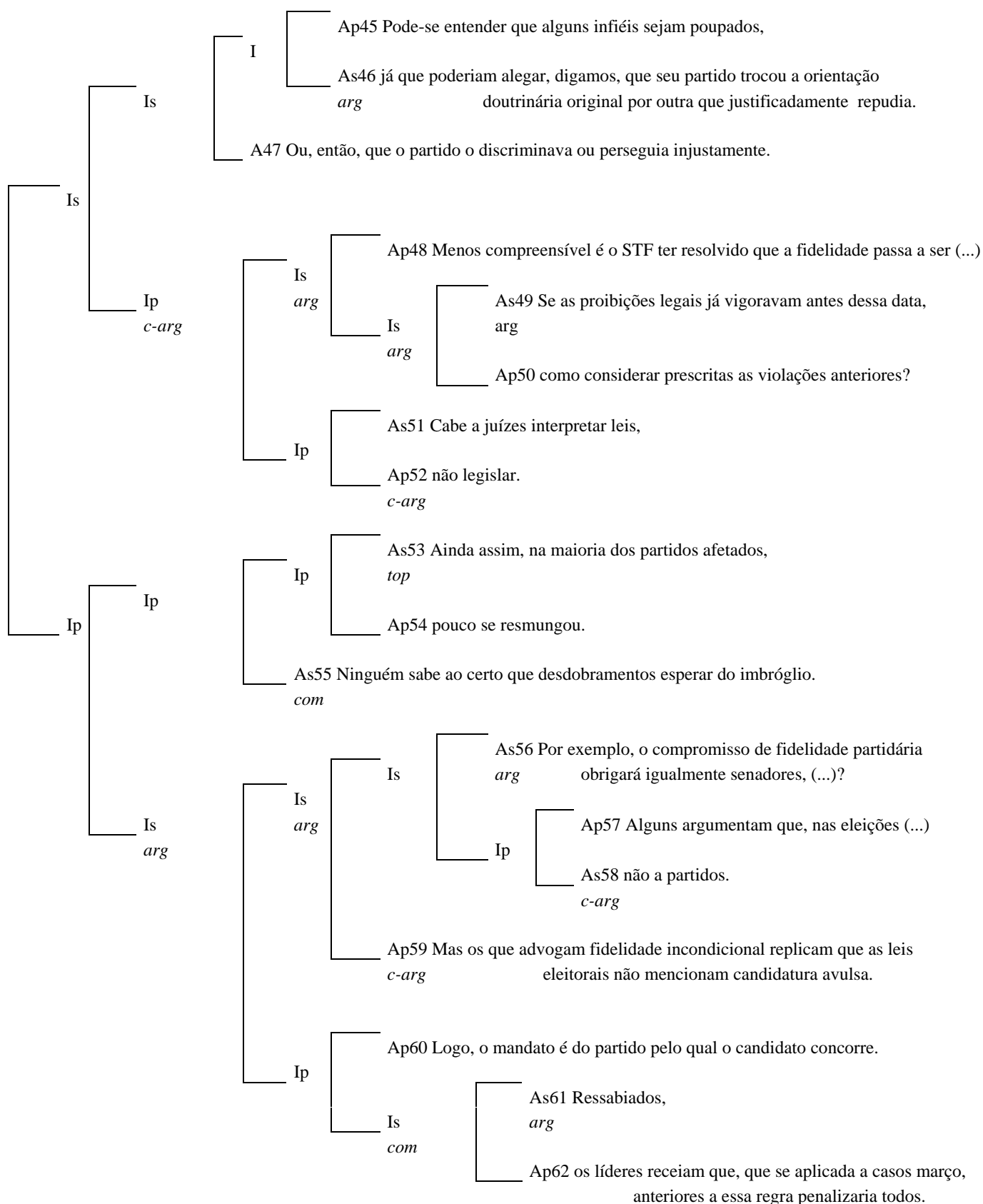


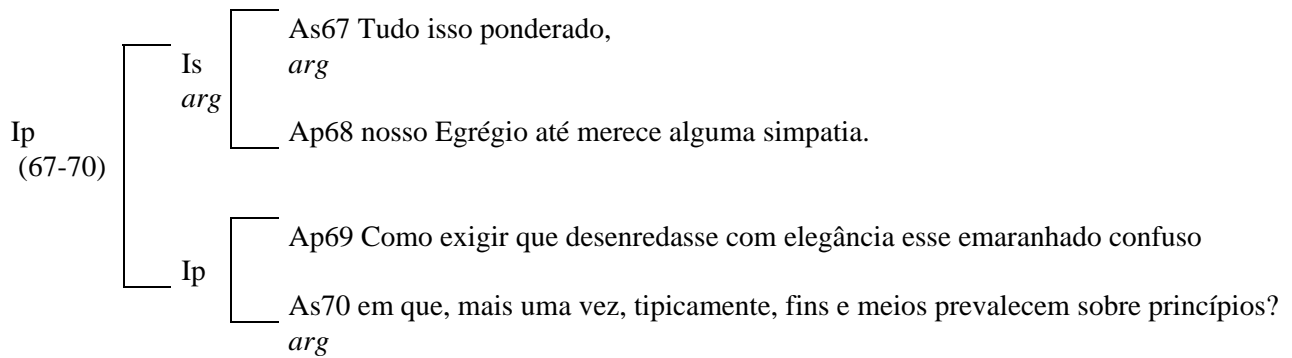
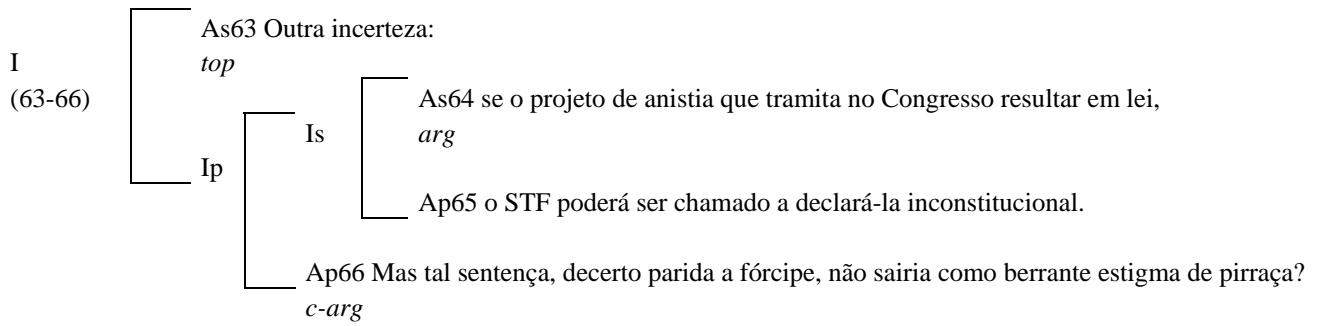


I
(13-26)

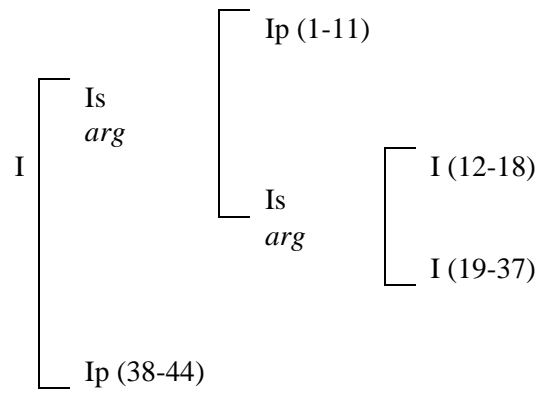


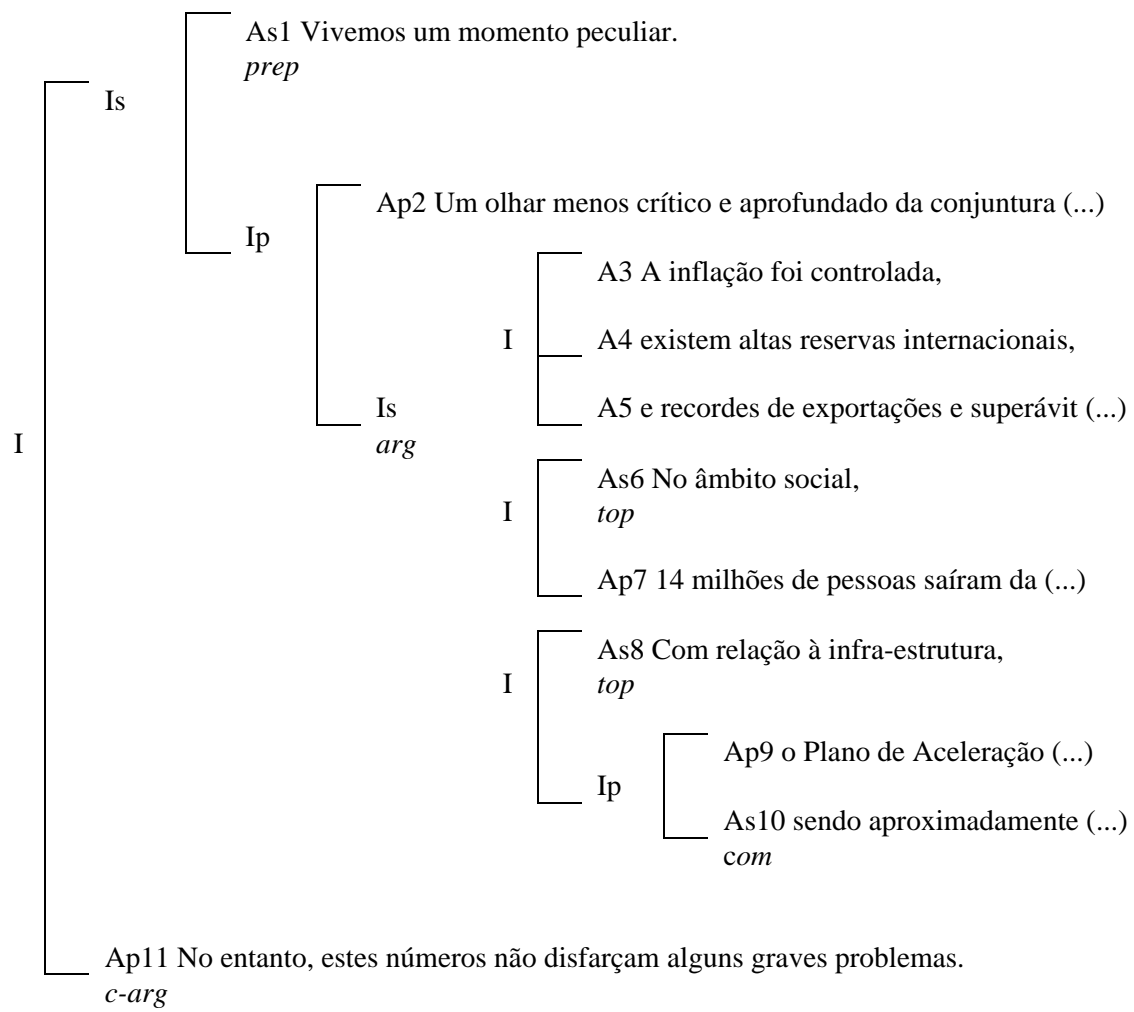
Ip
(45-62)

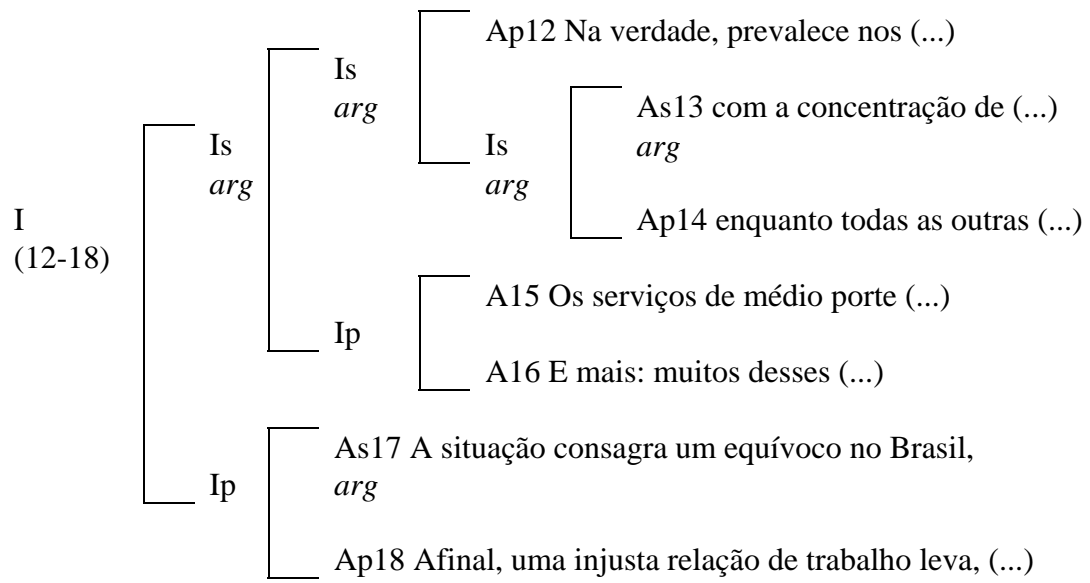


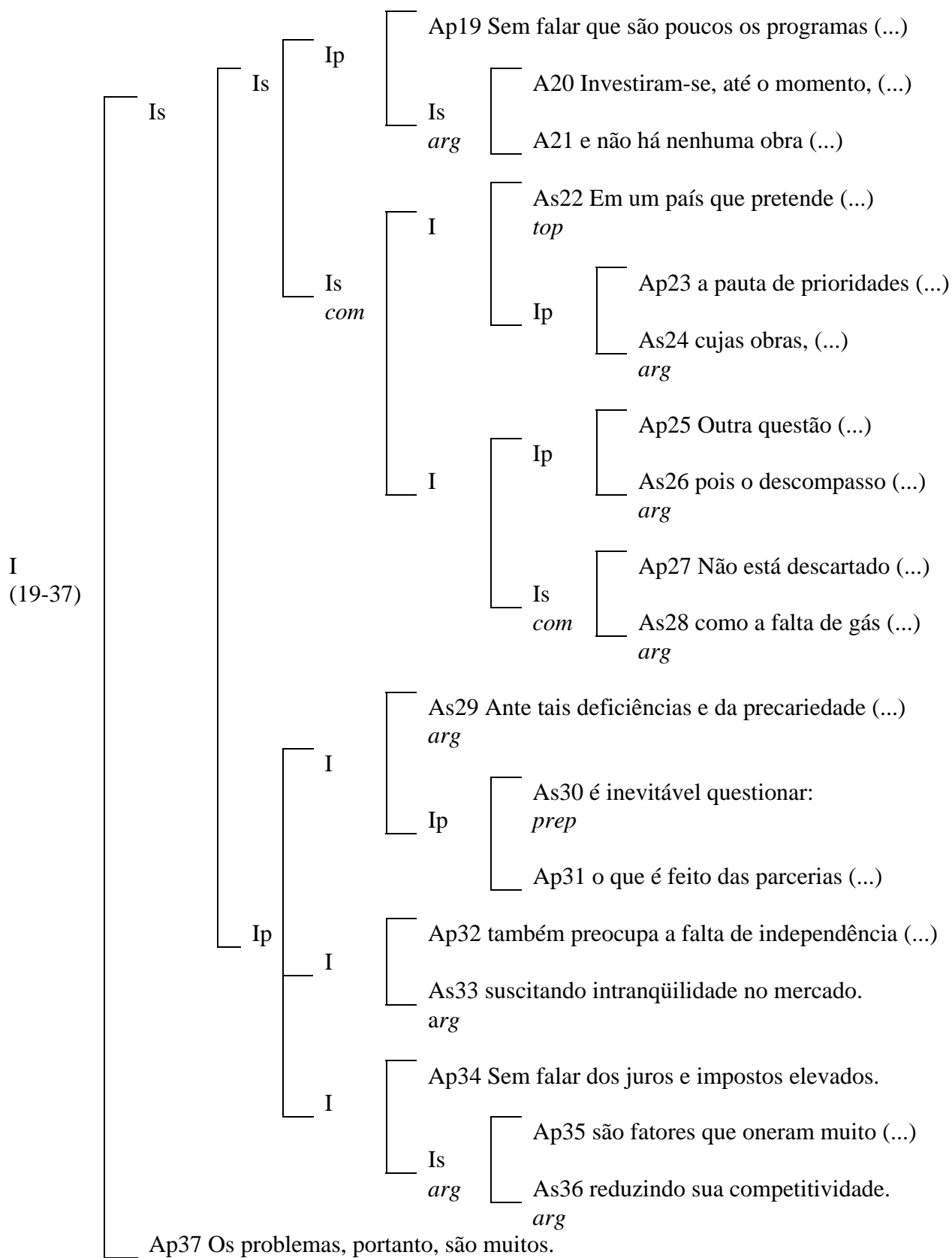


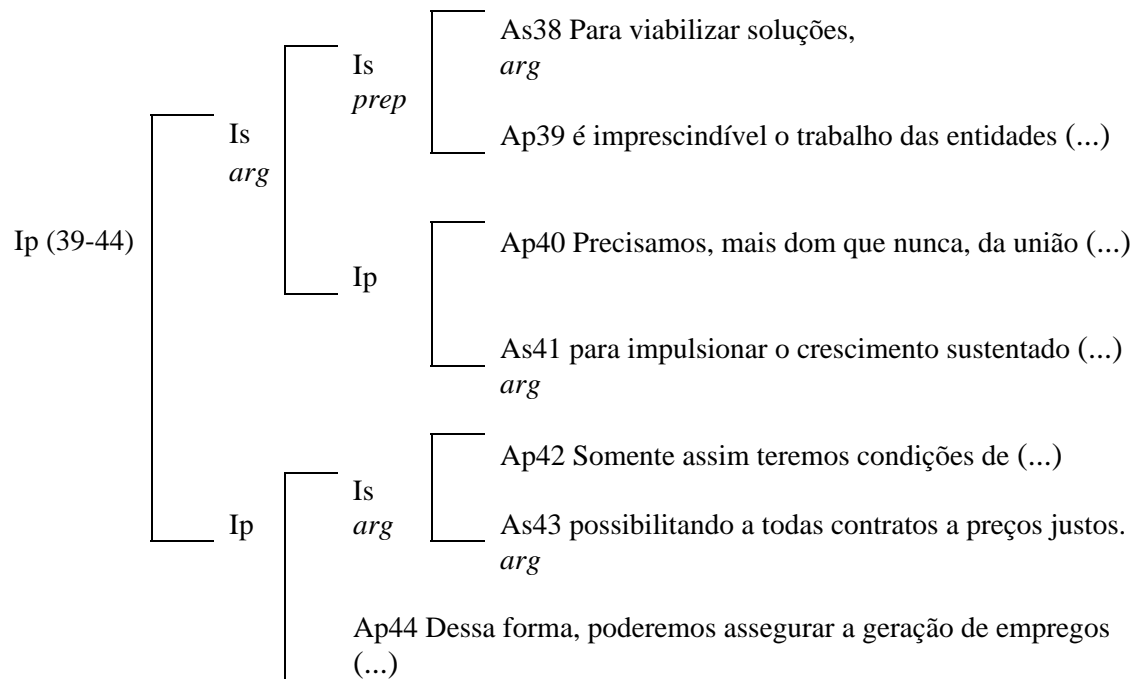
A realidade dos números



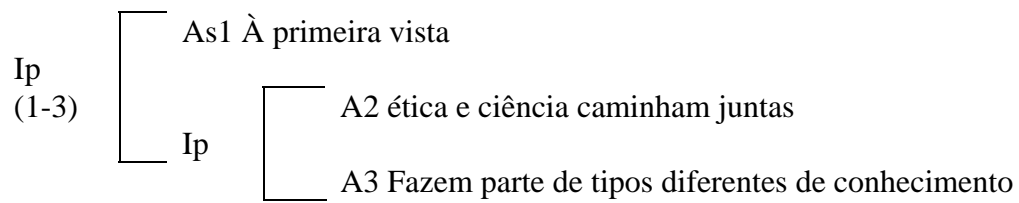
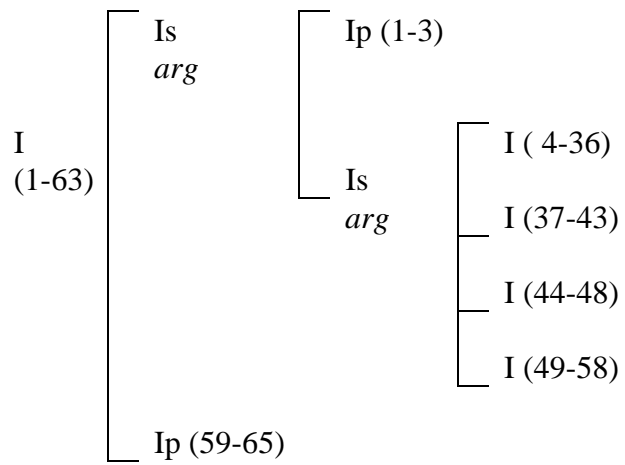


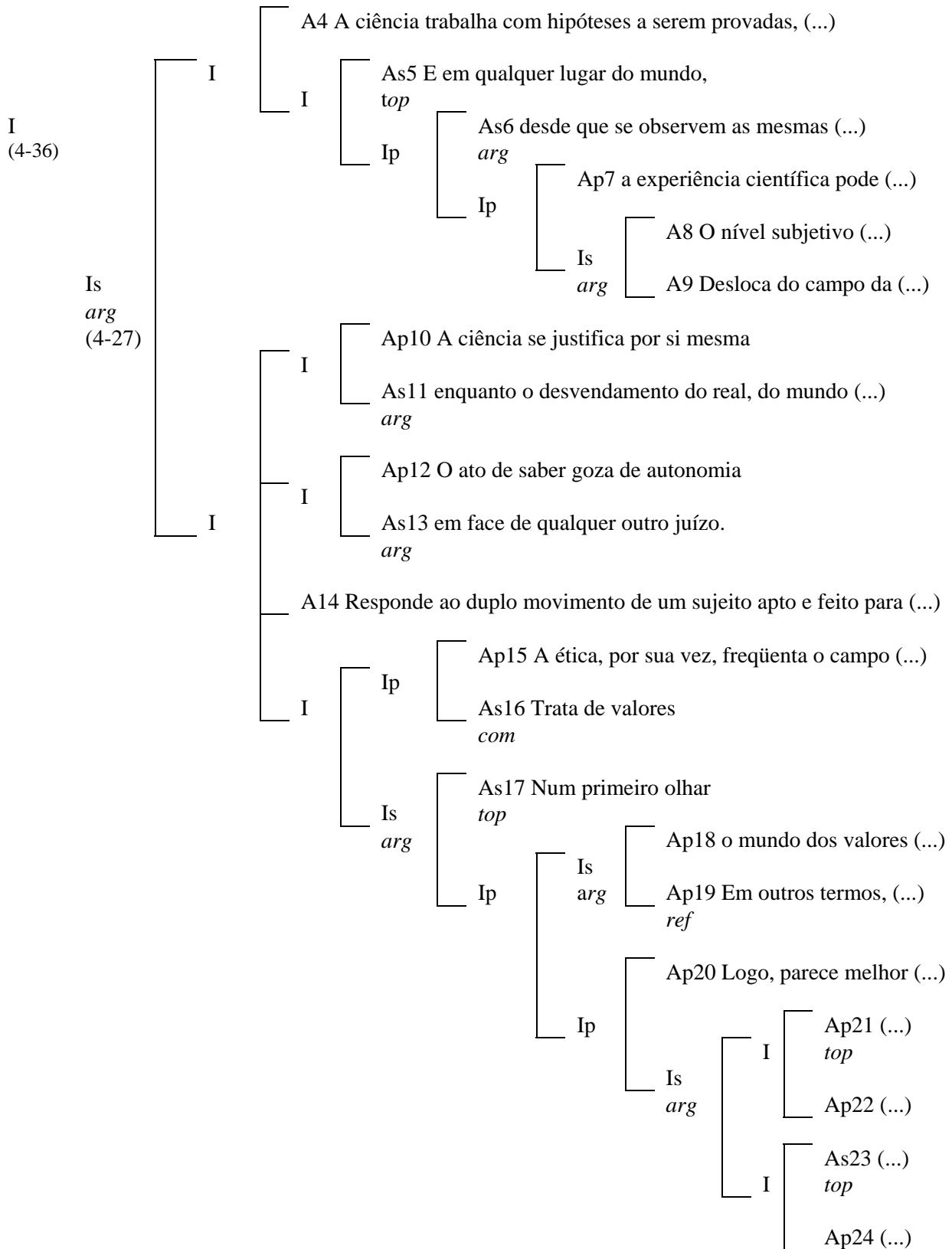


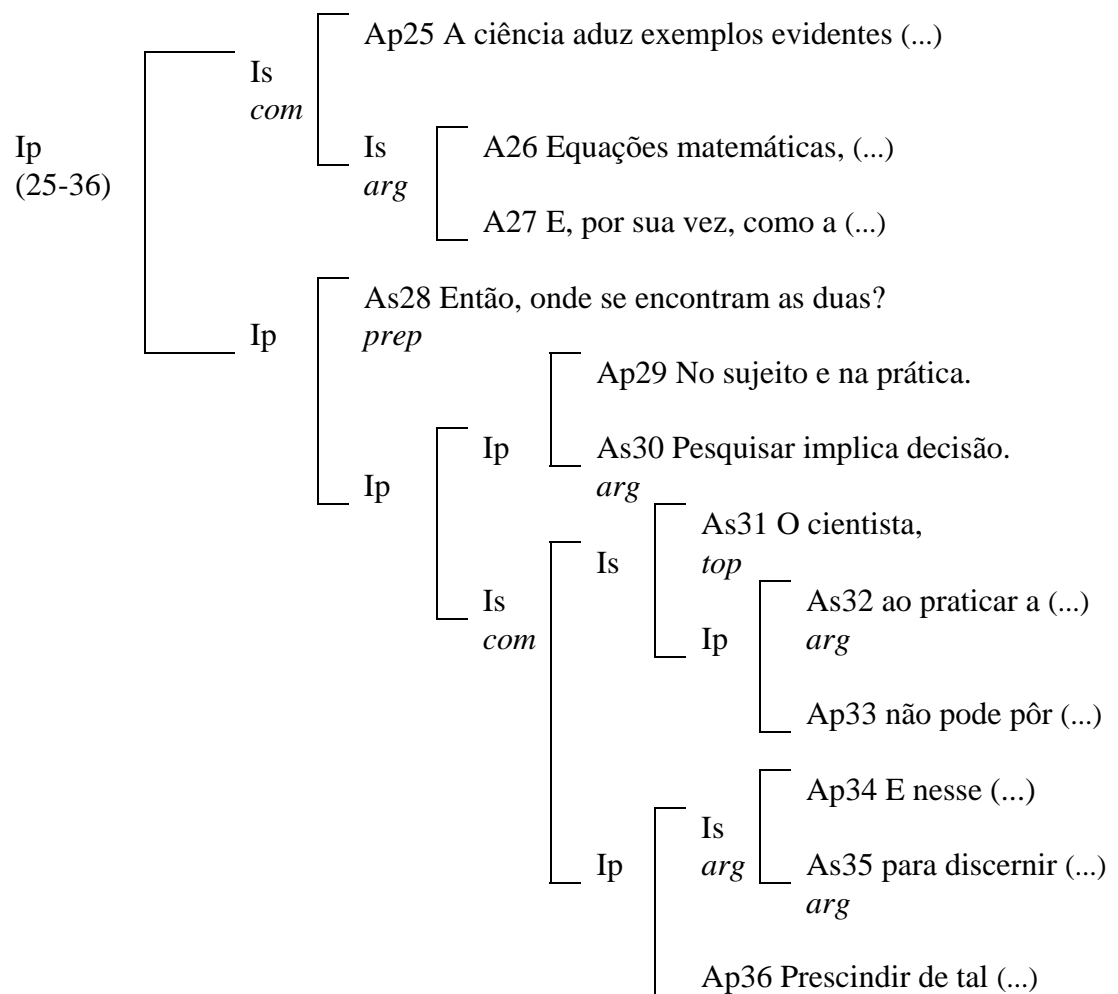


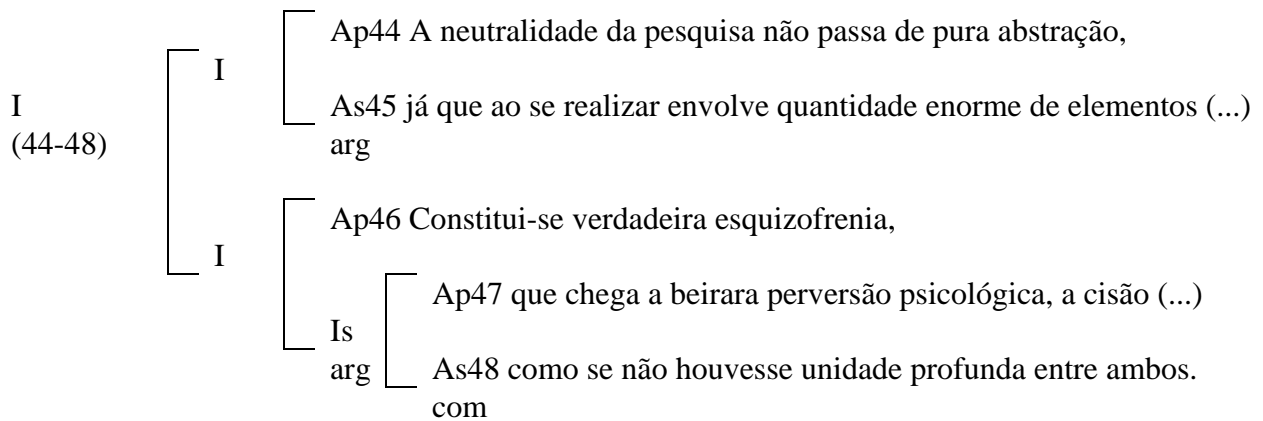
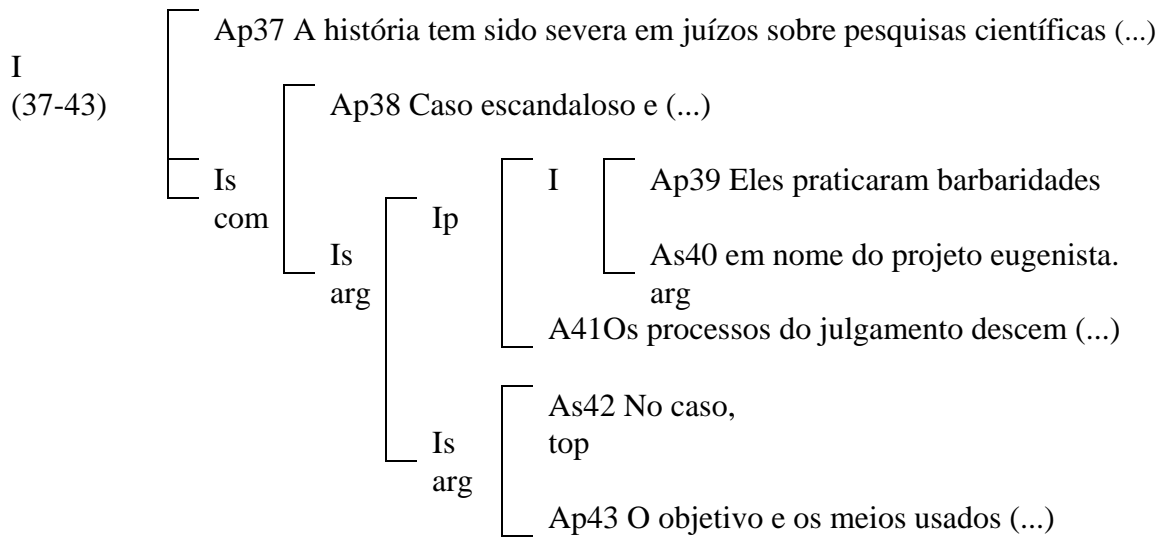


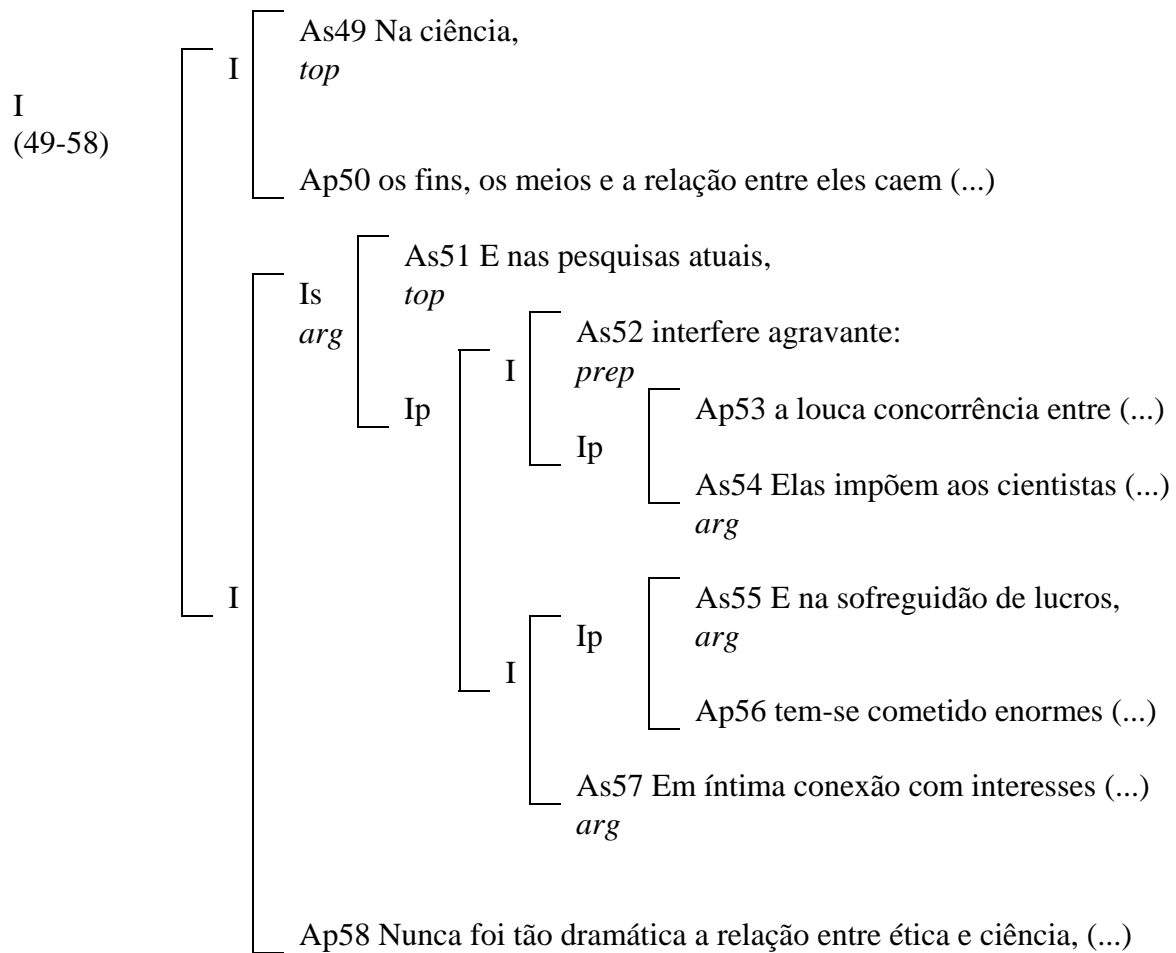
Ética e ciência

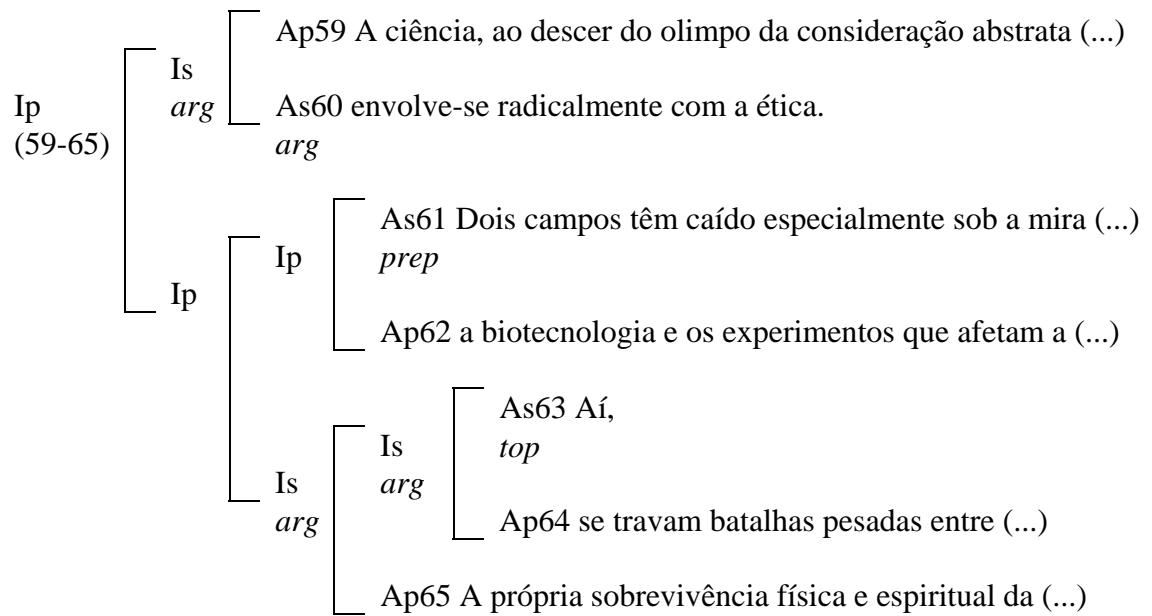












Acabou o natal, é hora da troca de presentes

